

Universidade Estadual de Maringá
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura

Anais

15º Fórum de Extensão e Cultura da UEM

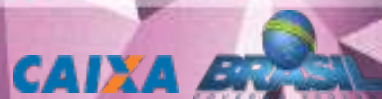
9 e 10 de outubro de 2017

Maringá - Paraná

15º FOREXT UEM
FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA
9 E 10 DE OUTUBRO DE 2017

ÉTICA, DIÁLOGO E RESPEITO

ALICERCES PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL E A DIGNIDADE HUMANA



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

Reitor: Mauro Luciano Baesso
Vice-Reitor: Júlio César Damasceno
Pró-Reitora de Extensão e Cultura:
Itana Maria de Souza Gimenes
Diretora de Extensão:
Erica Piovam de Ulhôa Cintra
Diretora de Cultura:
Marivânia Conceição Araújo

ORGANIZAÇÃO GERAL

Itana Maria de Souza Gimenes - PEC
Ana Tiyomi Obara – PEN
Erica Piovam de Ulhôa Cintra – PEC/DEX
Marivânia Conceição de Araújo – PEC/DCU
Solange Franci Raimundo Yaegashi – PEN/DEG
Telma Maranhão Gomes – PEC/Fórum Social
Olivia Toshie Oiko – Projeto Rondon
Ana Paula Vidoti – Operação Rondon
Lucas César Sant’Anna – Operação Rondon

COORDENAÇÃO DO COMITÊ CIENTÍFICO

Itana Maria de Souza Gimenes – PEC
Erica Piovam de Ulhôa Cintra – PEC/DEX
Marivânia Conceição de Araújo – PEC/DCU
Solange Franci Raimundo Yaegashi – PEN/DEG

COMITÊ CIENTÍFICO

Adélia Haracenko – DGE
Ailton José Morelli – DHI
Alfeu Rodrigues de Araújo Filho – DMU
Alice Maria de Souza Kaneshima – DBS
Andreia Anhezini – DMU
Andreia Veber – DMU
Angela Maria Marcone de Araújo – DES
Antonio Campanha Martinez – DMV
Aparecida Meire Calegari Falco – DTP
Carla Fernanda de Barros - DCT
Debora de Mello Gonçalves Sant’Ana – DCM
Décio Roberto Calegari – DEF
Edson Oliveira Júnior – DIN
Eliana Tomimatsu Shimauti – DAB
Eliane Domingues – DPI
Eliane Rose Maio – DTP
Estela Louro – DFA
Fabiano Burgo – DDM
Gilberto Clóvis Antonelli – DEP
Henrique Ortêncio Filho – DCI
Idalina Diar Regla Carolino – DMD
Juliana Scanavacca – DTC
Leila Pessoa da Costa – DTP
Leonardo Augusto Alves Inacio – DMU

Marcia Istake – DCO
Maria Auxiliadora Milaneze Gutierrez – DBI
Maria de Fátima Garcia – DCO
Maria de Lourdes Santiago Luz – DEP
Maria Therezinha Loddi Liboni – DPI
Mauro Porcu – DMD
Max Emerson Rickli – DZO
Mitsue Fujimaki – DOD
Nelson Yoshio Uesu – DFA
Oduvaldo Marques Pereira Júnior – DMV
Olivia Toshie Oiko – DEP
Paula Aline Zanetti Campanerut-Sá – DAB
Regina Lúcia Mesti – DTP
Sandra de Cássia Pelegrini – DHI
Simone Fiori – DCI
Solange Marta Franzói de Moraes – DFS
Sonia Silva Marcon – DEN
Terezinha Oliveira – DFE
Vicente Chiaramonte Pires – DAD

APOIO TÉCNICO OPERACIONAL

Laércio Ferreira
Wagner Ronaldo Ferrarezi
Claudemir Guaraldo
Tânia Regina Gasparelo
Luciane Lejambre
Lucílio Gobbi
Marcos Eduardo Teramoto
Rosalina Galhardo Cinti
Natália Carolini Basso
Caroline Rodrigues Ferreira de Oliveira
André Zanutto

DESENVOLVIMENTO OPERACIONAL: SISTEMA DE CONTROLE DE FREQUÊNCIA POR LEITOR DE CÓDIGO DE BARRAS

Wagner Ronaldo Ferrarezi
Claudemir Guaraldo

ARTE DO EVENTO

Tânia Regina Machado
Aurilene Aparecida Meneghetti da Cruz
Tereza Iochiko Udo
Tháís da Silva Vérdereo
Larissa Monique Saldanha da Silva
Guilherme de Souza
Mariana Silva Basso

EDITORAÇÃO

Equipe DEX
2018

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)**

F745a Fórum de Extensão e Cultura da UEM (15. : 2017 out.
09 e 10 : Maringá, PR)
Anais do 15º Fórum de Extensão e Cultura da UEM :
Ética, diálogo e respeito : alicerces para o
desenvolvimento social e a dignidade humana : 09 e
10 de outubro de 2017 / organizadores Itana Maria de
Souza Gimenes ... [et al.]. -- Maringá, PR:
UEM/PEC/DEX, 2017.

Disponível em: <<http://www.pec.uem.br/eaex/>>
ISSN 1983-6562

1. Extensão universitária - Universidade Estadual
de Maringá (UEM) - Congresso. 2. Extensão
universitária - Congresso. 3. Ensino superior -
Congresso. 4. Educação - Congresso. 5. Cultura -
Congresso. 6. Ética - Congresso. I. Gimenes, Itana
Maria de Souza, org. II. Universidade Estadual de
Maringá. Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.
Diretoria de Extensão. III. Título: 15º Fórum de
Extensão e Cultura da UEM : Extensão Universitária :
compromisso e transformação social : 09 e 10 de
outubro de 2017. IV. Título.

CDD 23.ed. 378.17

Márcia Regina Paiva de Brito – CRB-9/1267

Apresentação

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PEC) da Universidade Estadual de Maringá promoveu nos dias 9 e 10 de outubro de 2017, no campus sede, na cidade de Maringá – Paraná, o 15.º FÓRUM DE EXTENSÃO E CULTURA DA UEM, com o tema “*Ética, diálogo e respeito: alicerces para o desenvolvimento social e a dignidade humana*”. O objetivo do evento foi socializar a produção do conhecimento realizada pelos diferentes Projetos de Extensão e Cultura da UEM ao longo do ano letivo de 2017 e refletir questões emergentes da sociedade contemporânea.

A programação do 15.º FOREXT UEM, bastante ampliada das edições anteriores, incluiu a presença do cientista político e professor da UNICAMP, o **Professor Doutor Roberto Romano da Silva**, que palestrou sobre o tema do evento e ressaltou elementos importantes da atuação extensionista e do compromisso do trabalho social da extensão universitária. Na sessão de homenagem, o destaque à professores e alunos extensionistas que receberam títulos nacionais e internacionais ao longo do ano visando estimular e difundir a categoria da Extensão na UEM, sendo eles/as:- Professores Ana Paula Vidotti (DCM) e Lucas César Sant’Anna (DGE) e alunos/as Alexsandro Merenciano Ramos (Direito), Endrel de Azevedo Godoi (Ciências Biológicas), Fabiana Galvão da Motta Lima (Biomedicina), Frida Ariadni Budach (Odontologia), Isadora Alves da Rocha (Geografia), Natália Brita Depieri (Ciências Biológicas) e Vinícius Silva Guizzellini (Ciências Biológicas) pela realização da Operação Rondon no município de Cambará - Paraná; Professor Ednaldo Michellon (DAG) e o aluno João Pedro Mariano pelas realizações do CERAUP e o primeiro lugar no Prêmio José Richa 2017; e o Professor Décio Calegari (DEF) por menção honrosa do trabalho paraolímpico em evento internacional realizado no Canadá. A sessão cultural na manhã de abertura oficial ficou por conta do Coro Feminino dirigido pela professora Andreia Anhezini (DMU); outras duas sessões culturais que compuseram a programação foram as peças teatrais: “O Auto dos 99%”, com a coordenação do professor Pedro Ochôa (DCU) e equipe na primeira noite do evento, e o teatro-debate “O Auto da Barca do Fisco” sob a coordenação do professor Marcílio Hübner e a Trupe Arte, ética e cidadania que realizaram o encerramento do evento na última noite.

Foi mantida também as duas sessões paralelas, com mesas redondas de temas exponenciais para a Extensão, ambas em 2º Encontro: o Projeto RONDON e o Fórum Social da UEM, este último sob o tema Direitos Humanos na UEM e o lançamento de vídeo institucional com a coordenação da professora Marivânia Araújo (DCU) e a agente universitária Telma Maranhão Gomes (PEC). A modalidade de exposição de pôster virtual, novidade de 2016, foi mantida como facultativa aos trabalhos aprovados, e houve uma sessão a mais das ocorridas na edição anterior, totalizando 24 sessões de apresentação de trabalhos em 4 eixos centrais que misturaram as áreas temática da Extensão (Comunicação, Cultura, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, e Trabalho) promovendo uma troca de experiências e perspectivas do processo extensionista ao longo dos dois dias de evento no Bloco B-33 em Maringá.

Como na edição anterior, por decisão do Fórum de Políticas de Extensão e Cultura da UEM vinculado a PEC, manteve-se o modelo adotado para apresentação de trabalho na versão resumo expandido (exatas 4 páginas) que orientou a submissão *online* no sistema *EasyChair*, em uso desde 2015, para análise do Comitê Científico do evento. O evento gratuito contou com inscrições *online* e abertas a toda a comunidade universitária e externa, conforme a agenda divulgada, contando com o registro de público de 800 participantes volantes nos dois dias de evento, que somado à comissão organizadora e ao comitê científico, totalizam cerca de 1.000 (mil) pessoas envolvidas. Neste ano, ainda, e pela primeira vez, houve apoio de recurso da Caixa Econômica Federal como patrocinadora do evento.

A Comissão Organizadora agradece a participação dos **43 (quarenta e três) professores e agentes universitários** dos departamentos abaixo arrolados que participaram ativamente do Comitê Científico que avaliou 212 textos submetidos e aprovou 204 trabalhos extensionistas, bem como aos **professores** que compuseram o quadro de Coordenadores das 24 sessões de apresentação realizadas nos dois dias de evento: **DAB – DAD – DBI – DBS – DCI – DCM – DCO – DCT – DDM – DEF – DEN – DEP – DES – DFA – DFE – DFS – DGE – DHI – DIN – DMD – DMU – DMV – DOD – DPI – DTC – DTP – DZO.**

O sucesso do evento é compartilhado com o **Fórum de Políticas de Extensão e Cultura da UEM**, órgão vinculado à PEC com representantes extensionistas dos diferentes Centros, que desde 2016 definiram nova proposta para este evento, mais robusta e de integração das diferentes áreas com espaço de debate, e extensivo a toda **Equipe PEC** na organização e realização do evento, desde a arte final (Tânia Machado, Thaís, Larissa, Guilherme e Mariana), *site* oficial (Wagner), noticiário DEX (Claudemir), e todo o apoio técnico e operacional que um evento dessa monta requer (Laércio, Tânia, Luciane, Claudemir, Lucílio, Marcos, Caroline, Larissa, Thaís, Rosa), incluído o suporte da Assessoria de Comunicação – ASC UEM, Rádio UEM, TV UEM e *site* institucional na cobertura prévia e durante o evento. Os certificados estão disponíveis *online* no *site* da DEX através do informe do CPF em aba específica, uma conquista de 2016!

Desejando rever a todos/as que abrilhantaram o 15.º FOREXT UEM na próxima edição, segue com nosso abraço e votos de excelentes ações de alcance à comunidade em geral,

Itana Gimenes, Erica Cintra e Marivânia Araújo
Organização Geral do 15.º FOREXT UEM

15.º FOREXT UEM- Fórum de Extensão e Cultura da UEM

Ética, diálogo e respeito: alicerces para o desenvolvimento social e a dignidade humana - 9 e 10 de outubro de 2017 - Bloco B-33

Programação

1º Dia - MANHÃ 09/10/2017 (segunda-feira) - Auditório B - 33

08:00 Credenciamento

08:30 Abertura Oficial: Coordenação do Cerimonial da UEM

Prof. Dr. Mauro Luciano Baesso, Reitor da UEM; Prof. Dr. Júlio César Damasceno, Vice-Reitor; Prof.ª Dr.ª Itana Maria de S. Gimenes, Pró-Reitora de Extensão e Cultura; Prof.ª Dr.ª Erica Piovam de Ulhôa Cintra, Diretora de Extensão; Prof.ª Dr.ª Marivânia C. Araújo, Diretora de Cultura; Prof.ª Dr.ª Ana T. Obara, Pró-Reitora de Ensino; Prof. Dr. Rael Gimenes, Secretário Municipal de Cultura

09:00 Apresentação cultural – Prof.ª Andréia Anhezini– DMU e Coro Feminino

09:15 Sessão de homenagem aos professores extensionistas por ações realizadas em 2017

09:30–11:40 Palestra de Abertura: *Ética, diálogo e respeito: alicerces para o desenvolvimento social e a dignidade humana*

• **Palestrante: Prof. Dr. ROBERTO ROMANO – Instituto de Filosofia - UNICAMP**

1º Dia - TARDE 09/10/2017 (segunda-feira) - SESSÕES DE APRESENTAÇÃO - salas aula - B -33

13:45 Apresentação de trabalhos

15:35 Intervalo

15:50 Apresentação de trabalhos

17:40 Teto das atividades

1ª NOITE 09/10/2017 - 18:00-19:00 - HALL DO BLOCO B-33

Sessão Cultural 1 - TEATRO “O AUTO DOS 99%”

• **Coordenação: Prof. PEDRO UCHÔA – UEM**

1ª NOITE 09/10/2017 (segunda-feira)

19:00 – 23:00 – II Encontro RONDON e Operação Rondon/SETI (Mesa-redonda)

Coordenadores: Prof.ª Dr.ª Olívia Toshie Oiko – DEP, Prof.ª Dr.ª Ana Paula Vidotti – DAB, Prof. Dr. Lucas César Sant’Anna – DGE e integrantes das Operações

- Membros do Fórum de Políticas de Extensão e Cultura da UEM

- Docentes e participantes do Projeto RONDON e Operação Rondon/SETI

19:00 – 23:00 - II Encontro Fórum Social da UEM (Mesa-redonda)

Coordenadores: Prof.ª Dr.ª Marivânia Conceição de Araújo – DCU/PEC, Msc. Telma Maranhão Gomes – PEC/Fórum Social, e coordenadores de Projetos com enfoque em Direitos Humanos

- Comissão do Fórum Social da UEM

- Comissão Permanente do Combate à Violência e Discriminação da UEM

- Representantes de Entidades da Comunidade Externa

2º Dia – MANHÃ 10/10/2017 (terça-feira)- SESSÕES DE APRESENTAÇÃO - salas aula – B -33

8:00 Apresentação de trabalhos

9:50 Intervalo

10:10 Apresentação de trabalhos

12:00 Teto das atividades

2º Dia – TARDE 10/10/2017 (terça-feira)- SESSÕES DE APRESENTAÇÃO - salas de aula – B -33

13:45 Apresentação de trabalhos

15:35 Intervalo

15:50 Apresentação de trabalhos

17:40 Teto das atividades

2ª NOITE - 10/10/2017 - ENCERRAMENTO- 19:45-23:00 Teatro Universitário TUM

Sessão Cultural 2 - “O AUTO DA BARCA DO FISCO: o uso do teatro na formação para a cidadania”

• **Coordenação: Prof. Dr. MARCÍLIO HÜBNER – UEM com a Trupe Arte, ética e cidadania - Teatro e debate – Projeto de Extensão “Dramatizando a cidadania”**

Organização: UEM – PEC – PEN

Patrocinadora oficial:



MAPA DO ENSALAMENTO 15.º FOREXT UEM 2017

1. Saúde, educação, direitos humanos e justiça (53 trabalhos), apresentações à sl.101 Bl.B33:

- **Sessão 1** - 2,8,9,11,3,4,17,18,135- horário: 13:45min. às 15:35min. **(segunda, 9/10)**
Coordenação: Prof.ª Terezinha Oliveira - DFE
- **Sessão 5**–10,19,20,21,6,7,156,95,111- horário: 15:50 às 17:40min.
Coordenação: Prof. Décio Roberto Calegari- DEF
- **Sessão 9**–15,31,32,33,12,13,118,121,130- horário: 8h às 9:50min. **(terça, 10/10)**
Coordenação: Prof. Mauro Porcu - DMD
- **Sessão 13**–40,42,44,45,23,28,30,152,155 – horário: 10:10min. às 12h
Coordenação: Prof.ª Maria de Lourdes Santiago Luz - DEP
- **Sessão 17**–46,49,50,54,26,25,73,162,174- horário: 13:45min. às 15:35min.
Coordenação: Prof.ª Débora Gonçalves Sant'Anna - DCM
- **Sessão 21**–57,59,62,66,29,35,177,180- horário: 15:50 às 17:40min.
Coordenação: Prof.ª Regina Lúcia Mesti - DTP

2. Saúde, educação e cultura (50 trabalhos), apresentações à sala 102Bl. B33:

- **Sessão 2**–68,71,74,76,39,38,5,14,27- horário: 13:45min. às 15:35min. **(segunda)**
Coordenação: Prof.ª Adélia Haracenko - DGE
- **Sessão 6**–77,78,79,80,37,47,41,188,58- horário: 15:50 às 17:40min.
Coordenação: Prof. Vicente Chiaramonte Pires - DAD
- **Sessão 10**–84,85,87,88,55,122,53,75- horário: 8h às 9:50min. **(terça, 10/10)**
Coordenação: Prof. Fabiano Burgo - DDM
- **Sessão 14**–89,90,91,93,61,63,96,132 – horário: 10:10min. às 12h
Coordenação: Prof.ª Alice Maria de Souza Kaneshima - DBS
- **Sessão 18**–99,100,101,102,65,72,143,180 - horário: 13:45min. às 15:35min.
Coordenação: Prof.ª Sonia Maria Marcon - DEN
- **Sessão 22**–103,104,107,108,92,97,51,193- horário: 15:50 às 17:40min.
Coordenação: Prof.ª Sonia Maria Marcon - DEN

3. Saúde, educação, meio ambiente e comunicação (53trabalhos), apresentações à s.103Bl. B33:

- **Sessão 3**–110,112,114,117,86,115,52,48,145-horário:13:45min.às 15:35min. **(2ª-f.)**
Coordenação: Prof.ª Simoni Fiori - DCI
- **Sessão 7**–120,123,124,125,127,56,131,24,34,36- horário: 15:50 às 17:40min.
Coordenação: Prof.ª Simone Fiori - DCI

- **Sessão 11**–126,128,133,134,105,22,81,98,64- horário: 8h às 9:50min.(**terça-feira**)
Coordenação: Prof.^a Maria Auxiliadora Milaneze Gutierre - DBI
- **Sessão 15**–136,137,138,139,113,146,148,67,69 – horário: 10:10min. às 12h
Coordenação: Prof.^a Andréia Anhezini - DMU
- **Sessão 19**–140,141,144,157,116,149,154,109 - horário: 13:45min. às 15:35min.
Coordenação: Prof.^a Regina Lúcia Mesti - DTP
- **Sessão 23** - 151,161,165,168,119,207,129,201 - horário: 15:50 às 17:40min.
Coordenação: Prof.^a Eliana Tomimatsu Shimauti - DAB

4. Saúde, educação, trabalho e tecnologia da produção(48 trabalhos), apresentações à sala 108 do Bl. B33:

- **Sessão 4** - 170,171,172,175,142,147,94,60,70- horário: 13:45min. às 15:35min. (**2af.T**)
Coordenação: Max Emerson Rickli–DZO
- **Sessão 8**–176,182,184,186,163,166,82,190- horário: 15:50 às 17:40min.
Coordenação: Prof.^a Angela Marcone de Araújo - DES
- **Sessão 12**–191,192,194,195,167,175,159,43- horário: 8h às 9:50min.(**terça-feira**)
Coordenação: Prof.^a Maria de Fátima Garcia - DCO
- **Sessão 16**–197,198,199,200,178,179,181,16 – horário: 10:10min. às 12h
Coordenação: Prof. Fabiano Burgo - DDM
- **Sessão 20**– 203,204,205,185,187,183,158,160- horário: 13:45min. às 15:35min.
Coordenação: Prof.^a Andréia Anhezini - DMU
- **Sessão 24**– 206,210,212,196,209,83,211 - horário: 13:45min. às 15:35min.
Coordenação: Prof.^a Erica Piovam de Ulhôa Cintra - DEX

ORIENTAÇÕES GERAIS AOS APRESENTADORES/AS E PÚBLICO EM GERAL

Para a apresentação estará disponível projetor de multimídia e caneta para quadro branco; são destinados 10 minutos totais de apresentação por texto, sendo reservado 30 minutos de debate geral após todas as apresentações da respectiva sessão. Os anais do evento estarão disponíveis por meio eletrônico no site oficial do FOREXT (enviar os últimos textos em doc. ou docx no email dex.eventos@gmail.com), com certificação online emitida a partir de 23/10 pela Diretoria de Extensão – DEX/UEM: em www.dex.uem.br na aba *Emissão de Certificados*.

A Comissão Organizadora do 15.º FOREXT UEM 2017 agradece a sua presença e deseja a todos/as um EXCELENTE evento!!

SUMÁRIO

1. Saúde, educação, direitos humanos e justiça:

Sessão 1

Texto 002	A psicologia a serviço da comunidade	014
Texto 008	Ações do projeto Bases Morfofisiológicas do Aparelho Reprodutor: Ponto de Partida para Compreensão dos Métodos Contraceptivos e DST realizadas no ano de 2016 e 2017.	018
Texto 009	O impacto da educação em saúde bucal e sua importância no alcance de hábitos saudáveis	021
Texto 011	Controle Populacional de Cães e Gatos	025
Texto 003	O Espaço Segundo Cérebro: disseminação do conhecimento sobre Sistema Nervoso no ensino técnico	028
Texto 004	Violência na escola e sua relação com as características sociais e espaciais: intervenção com alunos do ensino médio das escolas estaduais de Sarandi-PR.	032
Texto 017	Projeto Brincadeiras com meninos e meninas de/e nas ruas: Uma reflexão acerca do comportamento das Crianças e adolescentes	036
Texto 018	Projeto de Enfrentamento ao Trabalho Infantil	039
Texto 135	Da aplicabilidade dos princípios do direito penal para alteração da condição das medidas alternativas à prisão	043

Sessão 5

Texto 010	Hemoglobinopatias: Diagnóstico e orientação genética	047
Texto 019	Análise do conhecimento dos visitantes de uma exposição científica sobre coluna vertebral normal e patológica	051
Texto 020	Conscientização para o desenvolvimento de boa postura durante o exercício de atividades laborais	056
Texto 021	Reabilitação Oral em Pacientes com Edentulismo Total e Parcial	061
Texto 006	A pessoa idosa na era digital	066
Texto 007	Aprendizagens museológicas utilizando exposições temáticas	070
Texto 156	PROPAE e a inclusão no ensino superior: acessibilidade pela digitalização e adaptação de materiais na UEM	073
Texto 095	Justiça restaurativa: desafios e avanços	078
Texto 111	Treinamento de basquete/handebol para usuários de cadeiras de rodas participantes do PROAFA/UEM	082

Sessão 9

Texto 015	Anemia em idosos no ano de 2016	086
Texto 031	Consultas de enfermagem gerontogeriatrica na atenção primária: caracterização dos idosos atendidos	090
Texto 032	Atendimento em saúde mental na atenção primária: caracterização de pacientes	094
Texto 033	Lesão hepática induzida pela fenitofina: relato de caso	098
Texto 012	Matemática uma exposição interativa de matemática	102
Texto 013	Brincar e representar: um jogo de aprendizagem	105
Texto 118	Gênero e paradesporto uma análise da participação feminina no PARAJAPS.	109
Texto 121	A atuação do NEDDIJ para a efetivação da proteção integral da criança e adolescente por meio do acesso à Justiça	112
Texto 130	GDUCC - Grupo de Diálogo Universidade-Cárcere- Comunidade na Comarca de Maringá	116

Sessão 13

Texto 040	Acompanhamento de pacientes em saúde mental: análise acerca dos históricos de transtornos e encaminhamento de usuários da Atenção Básica	120
Texto 042	Diagnóstico laboratorial da tuberculose e infecções causadas por micobactérias não tuberculosas (2016-2017)	124

Texto 044	Experimento do bafômetro e efeitos do uso abusivo de álcool nas funções do sistema nervoso central	128
Texto 045	O Álcool como antisséptico e desinfetante– Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em Medicamentos e Cosméticos	132
Texto 023	Atendimento Psicoeducacional a crianças com problemas de escolarização e TDAH: compreendendo o processo de mediação.	136
Texto 028	Itinerância do MUDI e o contato com a comunidade.	140
Texto 030	Educação Social, Jogos e Brincadeiras e a Rede de Proteção da Criança e do Adolescente da cidade de Ivaiporã-Pr: Ações do Projeto Brincadeiras com Meninos e Meninas do Vale do Ivaí-PR.	144
Texto 152	Reflexões sobre a importância da triagem psicológica com sujeitos em conflito com a lei encaminhados para o Programa Patronato de Maringá	148
Texto 155	Atuação do Programa Patronato de Maringá/PR junto aos autores de violência doméstica	151

Sessão 17

Texto 046	Participação de Acadêmicas de Enfermagem no Atendimento a Gestantes com Toxoplasmose no Ambulatório de Especialidades do Hospital Universitário de Maringá	155
Texto 049	Intervenções psicológicas em grupos de idosos como estratégia de prevenção em saúde mental	159
Texto 050	Ritmos Biológicos: Em casa, no trabalho e na escola	163
Texto 054	Ocorrência de Anemia em Crianças atendidas no LEPAC-UEM nos dois últimos anos	167
Texto 026	PIN: Plano como INstrumento de INformação, INclusão e INterdisciplinaridade	171
Texto 025	Entendendo conceitos através da experimentação: Extração do DNA do morango	175
Texto 073	As Intervenções educativas do Projeto “Brincadeiras com Meninos e Meninas de/e nas Ruas”: princípios e direitos.	179
Texto 162	Patronato: um recorte das condições sociais e educacionais dos assistidos pelo programa	183
Texto 174	Contribuições do Acompanhamento Psicossocial (AP) para a ressocialização de egressos penitenciários e beneficiários da justiça assistidos pelo Programa Patronato de Maringá	187

Sessão 21

Texto 057	“Dança como meio de expressão corporal na terceira idade”	191
Texto 059	Médicos da Graça: porque brincar é sério	195
Texto 062	“Busca ativa dos servidores hipertensos e diabéticos da uem”	199
Texto 066	Conscientização sobre o tabagismo através da arte	204
Texto 029	Conhecendo a bioquímica: Abordagem sobre os problemas de saúde causados pelo consumo excessivo de refrigerantes com utilização de experimento prático	207
Texto 035	Alterações metabólicas em pacientes obesos ou com sobrepeso portadores de nefrolitíase	210
Texto 177	Pró-Mulher: Programa de prevenção à violência e apoio à mulher e às famílias vítimas de agressão	214
Texto 180	Levantamento epidemiológico do projeto de extensão: Diagnóstico, tratamento e epidemiologia das doenças da cavidade bucal – LEBU	218

2. Saúde, educação e cultura:

Sessão 2

Texto 068	Massoterapia como atividade de lazer e conforto aos idosos institucionalizados: relato de experiência	224
Texto 071	Treinamento Multimodal para Idosos	228
Texto 074	Estudo de caso em jovens atletas maringaenses de natação paralímpica (classes-14)	232
Texto 076	Diagnóstico e acompanhamento laboratorial em pacientes suspeitos de leishmaniose tegumentar americana região noroeste do estado do Paraná	236

Texto 039	Escolas na uem- kits de demonstrações de física na área da mecânica	240
Texto 038	Projeto Pró-Infância: Reflexão sobre uma experiência de extensão universitária relativa ao Serviço Social no âmbito escolar.	243
Texto 005	Iluminação Cênica: Princípios Práticos da Iluminação Teatral	248
Texto 014	Iniciação ao médicos da graça 2017	252
Texto 027	Agroecologia e o resgate de sementes crioulas como processos da cultura camponesa: O Noroeste do Paraná no foco da discussão.	255

Sessão 6

Texto 077	Visita domiciliar no contexto das intoxicações: dados do ano de 2016	259
Texto 078	Projeto Pequenos Gestos, Grandes Sorrisos: Promoção de Saúde Bucal aos pacientes da Clínica Odontológica da UEM	263
Texto 079	Avaliação do Risco Social Familiar em visitas domiciliares ao intoxicado	267
Texto 080	O conhecimento da pesquisa científica transformado em extensão por meio da exposição: "Como o estresse molda o cérebro antes e depois do nascimento?"	271
Texto 037	CEPEDOC e a comunidade arquitetônica	275
Texto 047	Atendimento Psicoeducacional à crianças com problemas escolarização e TDAH: Queixas apresentadas	279
Texto 041	Canto coral como agente de interação social e desenvolvimento humano	282
Texto 188	Atividades Artísticas da FAÍSCA	286
Texto 058	Concurso de Fotografias: Imagens do Campus	288

Sessão 10

Texto 084	Acompanhamento das ações extencionistas de uma paciente diagnosticada com hipertensão arterial, diabetes mellitus e depressão	292
Texto 085	Avaliação da Flexibilidade em Idosos Participantes do Projeto de Extensão Cultura Corporal para Idosos	296
Texto 087	Implantação de metodologia para análise de drogas em cabelo humano	300
Texto 088	Relato de experiência sobre acompanhamento domiciliar a familiares com condições crônicas	304
Texto 055	PROMUD: Nosso Corpo Sob Olhar Microscópico	308
Texto 122	Educação e Educação Física: Aproximações de Análise à Luz da crítica marxiana da Economia Política	312
Texto 053	Reavivando a cultura da feira do produtor junto à comunidade de Itambé	316
Texto 075	O Clown como meio possível para a construção da ludicidade: um resgate das memórias dos participantes do GEC	320

Sessão 14

Texto 089	Avaliação da importância do aconselhamento dietético para obtenção do <i>stone clinic effect</i> em portadores de litíase urinária recorrente	323
Texto 090	Serviço de Informação sobre Medicamentos	326
Texto 091	Alterações Metabólicas em Pacientes Litiásicos e Hipertensos	329
Texto 093	Projeto "Sorrir com Saúde": priorizando atividades preventivas e educativas em Escola Municipal de Sarandi/PR	333
Texto 061	Carbonatação do Concreto	337
Texto 063	Projeto violência na escola e suas características sociais e espaciais: perspectiva de continuidade ao ensino superior dos alunos do 2º ano do ensino médio de Sarandi-PR	341
Texto 096	Operação Rondon Regional como ferramenta de Extensão Universitária	345
Texto 132	Desafios, dificuldades e socialização de um Periódico Científico de Ciências Contábeis	349

Sessão 18

Texto 099	Avaliação da resiliência de pessoas com condições crônicas e seus cuidadores	353
Texto 100	Adesão ao tratamento e complicações relacionadas ao <i>diabetes mellitus</i> em pacientes admitidos por um projeto de extensão	357
Texto 101	Autocuidado em pessoas com Diabetes Mellitus Recém-Admitidos em um Projeto	

	de Extensão	361
Texto 102	Atendimento de uma Síndrome de Fournier no ambulatório de feridas: estudo de caso	367
Texto 065	Política de extensão universitária: contribuição histórica, cultural e educativa do projeto escola de ginástica def/uem	369
Texto 072	A importância do profissional de Educação Física no Hemocentro Regional de Maringá	373
Texto 143	Atividades de aventura como possibilidade pedagógica a partir de uma proposta crítico-superadora.	376
Texto 180	Levantamento epidemiológico do projeto de extensão: Diagnóstico, tratamento e epidemiologia das doenças da cavidade bucal – LEBU	380

Sessão 22

Texto 103	Problemas emocionais influenciando o dia a dia de pessoas com diabetes mellitus	384
Texto 104	Cuidando do Idoso com doença crônica e sua família em situação de fragilidade: Relato de experiência	387
Texto 107	Adesão ao tratamento e complicações relacionadas ao <i>Diabetes Mellitus</i> em pacientes admitidos por um projeto de extensão	391
Texto 108	I Concurso de desenho sobre prevenção e controle de tabagismo do centro estadual de educação básica para jovens e adultos (ceebeja) de Maringá. Ênfase em tabaco e meio ambiente	395
Texto 092	Saltando sobre letras e números: a aprendizagem interdisciplinar por meio do <i>Parkour</i>	399
Texto 097	Projeto de Extensão Rural: Alicerces para o desenvolvimento social e a dignidade humana na formação profissional nas Ciências Agrárias da UEM	404
Texto 051	CORO FEMININO DO CCH: uma experiência de aprendizado artístico-musical e integração comunitária por meio do Canto Coral	408
Texto 193	Toxicidade das plantas medicinais: a importância do repasse de conhecimentos no Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM	412

3. Saúde, educação, meio ambiente e comunicação:

Sessão 3

Texto 110	Perfil sociodemográfico dos pacientes atendidos no Ambulatório de Feridas do HURM	416
Texto 112	Programa de visita domiciliar ao intoxicado: receptividade e dificuldades na abordagem às famílias	420
Texto 114	A experiência da morte e do luto em um projeto de extensão	424
Texto 117	Relação doença cárie – consumo de açúcar – prevalência em crianças no projeto de extensão “promoção de saúde bucal nos diferentes ciclos de vida: gestantes e bebês”	428
Texto 086	Tabela periódica: como entendê-la no nono ano do ensino fundamental	432
Texto 115	Cadeia produtiva de orquídeas na região de Maringá (PR) e o repasse de informações no Museu Dinâmico Interdisciplinar	436
Texto 052	Programa Paranaense de Certificação de Produtos Orgânicos: PPCPO – Fase III	440
Texto 048	A Química contribuindo para uma formação consciente: pH no dia a dia	444
Texto 145	Panorama de ovinocultores da Região Metropolitana de Umuarama	448

Sessão 7

Texto 120	Avaliação do atendimento humanizado à puérperas no Hospital Universitário Regional de Maringá	452
Texto 123	Cuidando de pacientes oncológicos sem possibilidades de cura em um projeto de extensão universitária	455
Texto 124	O projeto de extensão no acompanhamento de indivíduos/famílias com condição crônica e na formação de enfermeiros	459
Texto 125	Cuidado de enfermagem a família: experiência vivenciada em visitas domiciliares a pessoa com doença crônica e sua família	463
Texto 127	Extração de óleos essenciais e suas aplicações	467

Texto 056	A influência do consumo na produção de alimentos livre de agrotóxicos	472
Texto 131	Agricultura, trabalho e fonte renda.	476
Texto 024	Escolas na uem: elaboração de kits experimentais de termodinâmica	479
Texto 034	A socialização do conhecimento científico por meio do rádio	483
Texto 036	Avaliação da importância do aconselhamento dietético para obtenção do <i>stone clinic effect</i> em portadores de litíase urinária recorrente	487

Sessão 11

Texto 126	Cultivo de plantas medicinais no estado do Paraná e o repasse das informações nos ambientes temáticos do Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM	491
Texto 128	Eficácia das medidas educativas e preventivas para mães e bebês no projeto de extensão “promoção de saúde bucal nos diferentes ciclos de vida: gestantes e bebês”	495
Texto 133	Aspectos da atenção em saúde na comunidade rural Elza Lerner em Mandaguáçu-PR	498
Texto 134	A importância do Auto-Exame Bucal na prevenção do câncer bucal	502
Texto 105	No Hospital também se aprende: Vivências da Pedagogia Hospitalar no HUM.	506
Texto 022	Orquídeas como bioindicadoras ambientais no parque do Ingá (Maringá, PR) e as intervenções não formais no Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM	509
Texto 081	Técnicas de herborização para plantas medicinais	513
Texto 098	O CerAUP e as Hortas Comunitárias como mecanismo de desenvolvimento social e humano	518
Texto 064	Por que utilizar música e poesia para falar de cidadania, ciência e meio ambiente?	522

Sessão 15

Texto 136	Doenças crônico-degenerativas no idoso e sua associação com depressão: um relato de caso.	525
Texto 137	Ambulatório de seguimento do prematuro, projeto Mãe Canguru: perfil obstétrico e gestacional das mães.	529
Texto 138	Ambulatório de <i>follow up</i> do prematuro, Projeto Mãe Canguru: perfil dos egressos	533
Texto 139	Medidas preventivas para problemas relacionados à amamentação em um banco de leite humano	537
Texto 113	Recursos alternativos para alunos com deficiência e necessidades educacionais especiais no ensino superior	541
Texto 146	A importância das bromélias para os ecossistemas e o repasse de conhecimentos no Museu Interdisciplinar da UEM	545
Texto 148	Desafios na socialização do conhecimento: os aprendizados da Mostra Científica de 2017 (PELD/CNPq – UEM – PEA – Nupélia)	549
Texto 067	Limpeza participativa do parque do cinquentenário: uma ação para o futuro	553
Texto 069	Integração com a comunidade por meio de ações das Ciências Morfológicas: o projeto PROMUD	557

Sessão 19

Texto 140	Abordagem multidisciplinar no atendimento de pacientes vítimas de traumatismo alvéolo-dentário	561
Texto 141	Treinamento de força para idosos: Implementação de atividades junto ao projeto “cultura corporal para idosos”	565
Texto 144	Importância da síndrome metabólica na gênese da calculose renal	569
Texto 157	Atividades físicas adaptadas do Vale do Ivaí-PR	573
Texto 116	Uma proposta de formação para professores que ensinam matemática nos anos iniciais de escolarização	576
Texto 149	CAJUEES: Suporte jurídico, contábil e administrativo através da Incubação sob a ótica da Economia Solidária à Cooperativas de reciclagem	583
Texto 154	UNITRABALHO - Incubação e assistência de empreendimentos econômicos solidários(ees) nos meios rural e urbano	587
Texto 109	Utilização do ensino a distância como forma de proporcionar atualização e suporte	

	aos profissionais que dão atendimento aos pacientes do SUS	591
--	--	-----

Sessão 23

Texto 151	A influência da saúde bucal na qualidade de vida de uma população em situação de rua	595
Texto 161	Saúde das educadoras infantis: cuidado, atenção e dignidade pelo trabalho	599
Texto 165	Toxicovigilância: Busca Ativa e Educação em Saúde no HUM	603
Texto 168	Efetividade do hidrocolóide no tratamento de úlcera venosa: relato de experiência.	606
Texto 119	Pluralidades(em)cena: processo experimental de teatro-inclusivo	610
Texto 207	A importância entomológicas nos Museus de Ciências	614
Texto 129	Ação social promovida por alguns grupos do Programa de Educação Tutorial (PET)	617
Texto 201	Reestruturação e manutenção da home page do Departamento de Engenharia Mecânica	621

4. Saúde, educação, trabalho e tecnologia da produção:

Sessão 4

Texto 170	Relato de experiência de um projeto de extensão odontológico em apoio aos pacientes com doença renal crônica	626
Texto 171	Projeto Sorrir com Saúde: relato de experiência	630
Texto 172	Reimplante dentário: relato de experiência do projeto de extensão C.E.M.Trau/Odonto	634
Texto 175	Percepção dos usuários sobre o atendimento recebido em um serviço de informação remota	638
Texto 142	O auto da barca do fisco: A difícil mensuração do alcance de um projeto de extensão	642
Texto 147	Investigação e prevenção do uso abusivo de álcool entre adolescentes	645
Texto 094	Processo editorial do Periódico Científico Psicologia em Estudo	649
Texto 060	Manutenção do portal eletrônico de divulgação científica e tecnológica do departamento de engenharia de produção	653
Texto 070	Reservatório de água da chuva como parte do sistema de sustentabilidade em hortas urbanas da cidade de Umuarama - PR	657

Sessão 8

Texto 176	Eventos Adversos a Medicamentos: uma década de estudo	661
Texto 182	Saúde do trabalhador: atenção, cuidado e dignidade ao servidor público(a)	666
Texto 184	Entre o lazer e o rendimento: o caso do esporte e do exercício na promoção da saúde	670
Texto 186	Reações Adversas a Medicamentos no HUM	674
Texto 163	A democratização do ensino e a promoção do desenvolvimento pessoal e social através do cursinho uem	678
Texto 166	8ª Edição do Entenda de Economia do Conselho Regional de Economia (CORECON/PR) – atividade em Maringá	681
Texto 082	Categorização zootécnica do rebanho ovino da região metropolitana de Umuarama – PR	685
Texto 190	Feira Agroecológica de Inclusão Social Cultura e Artes (FAISCA) e a implantação da rotulagem dos produtos.	689

Sessão 12

Texto 191	Acidentes com animais peçonhentos: dados de um centro de toxicologia em 2016	692
Texto 192	A disseminação do conhecimento em enfermagem: características dos artigos publicados na revista “ciência, cuidado e saúde” no ano de 2016	696
Texto 194	Acidentes ocupacionais com animais peçonhentos notificados a um Centro de Toxicologia	700
Texto 195	Prevenção e conhecimento da toxoplasmose entre estudantes da Universidade Estadual de Maringá	703
Texto 167	Soluções encontradas pelo projeto Escola de aventuras para a resolução dos	

	problemas de aprendizagem do Skate no ensino fundamental.	707
Texto 175	Percepção dos usuários sobre o atendimento recebido em um serviço de informação remota	711
Texto 159	Empresa Júnior de Economia/UEM	715
Texto 043	ArqMUDI - Sistematização e divulgação de artigos em revista	718

Sessão 16

Texto 197	Descontaminação bucal na Unidade de Terapia Intensiva do HUM	721
Texto 198	Atenção odontológica a pacientes radioterápicos e quimioterápicos: uma abordagem humanizada	724
Texto 199	Operação Rondon Regional como ferramenta de Extensão Universitária	728
Texto 200	Composição coreográfica: as aulas de ritmos do projeto cultura corporal para idosos	733
Texto 178	O desenvolvimento humano e os processos educativos para inclusão escolar	737
Texto 179	Esporte Orientação: um olhar interdisciplinar	741
Texto 181	Alfabetização em contexto	745
Texto 016	Olhares sensíveis: relato de perspectivas possíveis acerca do CLOWN	749

Sessão 20

Texto 203	Rebatendo sobre duas rodas: adaptação do badminton para pessoas com deficiência física	752
Texto 204	A alfavaca como exemplo da importância dos nomes populares e científicos das plantas medicinais	756
Texto 205	Desenvolvendo novas estratégias no projeto: inserção de ações em saúde bucal junto à pastoral da criança nos municípios de Mandaguari e Sarandi – PR. 15.ºFOREXT UEM	760
Texto 185	A cultura afro-brasileira no barracão das artes	764
Texto 187	Projeto de Ginástica Geral do DEF/UEM: reflexos na formação inicial	767
Texto 183	Trabalho e práticas de atividades físicas e esportivas no “tempo livre”: discussão introdutória	771
Texto 158	Empreendedorismo social: ações do projeto de extensão PROAFA/UEM no esporte de auto rendimento	775
Texto 160	Gestão do Conhecimento contribuindo para as atividades de capacitação e de consultoria nas Empresas Juniores	778

Sessão 24

Texto 206	O que o banco de dentes humanos representa para nossa comunidade e ao curso de Odontologia da UEM?	782
Texto 210	Atendimentos de um ambulatório de saúde do trabalhador no ano de 2016	785
Texto 212	Condutas de enfermagem frente aos problemas na lactação	790
Texto 196	Desenvolvendo uma Matemática Investigativa	793
Texto 203	Laboratórios de Consultoria Econômico/Financeira - PROCONSULT	797
Texto 083	Avaliação de aprendizado dos participantes de uma tarde de campo sobre ovinos	801
Texto 211	Educação financeira sustentável: uma análise dos resultados no período de 2014 a 2016	805

1. Saúde, educação, direitos humanos e justiça - 53 trabalhos

Apresentações à sl.101 Bl.B33:

- **Sessão 1** - 2,8,9,11,3,4,17,18,135- horário: 13:45min. às 15:35min.**(segunda, 9/10)**
Coordenação: Prof.^a Terezinha Oliveira - DFE
- **Sessão 5**–10,19,20,21,6,7,156,95,111- horário: 15:50 às 17:40min.
Coordenação: Prof. Décio Roberto Calegari- DEF
- **Sessão 9**–15,31,32,33,12,13,118,121,130- horário: 8h às 9:50min.**(terça, 10/10)**
Coordenação: Prof. Mauro Porcu - DMD
- **Sessão 13**–40,42,44,45,23,28,30,152,155 – horário: 10:10min. às 12h
Coordenação: Prof.^a Maria de Lourdes Santiago Luz - DEP
- **Sessão 17**–46,49,50,54,26,25,73,162,174- horário: 13:45min. às 15:35min.
Coordenação: Prof.^a Débora Gonçalves Sant'Anna - DCM
- **Sessão 21**–57,59,62,66,29,35,177,180- horário: 15:50 às 17:40min.
Coordenação: Prof.^a Regina Lúcia Mesti - DTP

Sessão 1 – Texto 002

A psicologia a serviço da comunidade

Área Temática: Saúde

Emersson Augusto Paixão dos Santos¹, Vânia Lúcia Pestana Sant’Ana²

¹Bolsista Fundação Araucária UEM contato: emersonapsa@gmail.com

²Professora Dr^a do Departamento de Psicologia (DPI) – UEM contato: vlpsantana@gmail.com

Resumo. *Com a finalidade de atender à comunidade e desenvolver repertórios necessários para a atuação prática em clínica Analítico-Comportamental em grupo, ou individual, os alunos atendem clientes em ambas modalidades e recebem supervisão a respeito de suas intervenções. Além disso, participam de grupos de estudo nos quais aprendem os aspectos teóricos que lhes orientam a prática e organizam o Encontro Maringaense de Análise do Comportamento (EMAC), que tem a mesma finalidade e contou, em 2017, com a participação de 102 pessoas. O desempenho clínico dos alunos que participam no projeto se mostrou mais refinado nas supervisões do último ano de graduação do que aqueles que não participaram e, como resultado dos atendimentos, mais de 30 pessoas tem passado por acompanhamento psicológico.*

Palavras-chave: *Psicoterapia Analítico-Comportamental – Grupos terapêuticos – Extensão*

INTRODUÇÃO

As atividades de extensão desenvolvidas no contexto universitário podem ser compreendidas como uma série de ações, direcionadas à sociedade, que são realizadas com a finalidade de promover desenvolvimento social e intelectual tanto dos discentes, que participam da rotina universitária, quanto da população em geral, por meio do ensino e das pesquisas realizadas no âmbito acadêmico. De modo geral, as atividades de extensão também devem ter como fim a promoção e a garantia de princípios democráticos, tais como: o respeito pelo indivíduo, a igualdade de direitos e de participação e, por fim, a sustentabilidade das ações voltadas para o ambiente. No Brasil, elas se constituem como um dos pilares do ensino superior, juntamente com o ensino e a pesquisa, conforme dispõe o artigo 207 da Constituição Federal Brasileira de 1988.

É com base nesses pressupostos que o projeto de extensão “Teoria e Técnicas da Análise do Comportamento” é desenvolvido desde 1999 com os seguintes objetivos: propiciar condições para que os acadêmicos tenham oportunidade de compreender e discutir os princípios e as técnicas que norteiam a teoria analítico-comportamental; treinar os alunos para que consigam desenvolver procedimentos e habilidades importantes para a prática terapêutica; e, por fim, oferecer saúde e qualidade de vida para a comunidade atendida. Para cumprir com esses desígnios, o projeto conta, desde o início, com o apoio do Departamento de Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM), da Diretoria de Extensão e da Fundação Araucária.

As atividades desenvolvidas no âmbito do projeto estão fundamentadas na

Análise do Comportamento, uma ciência proposta por Burrhus Frederic Skinner (1904-1990), que está alicerçada nos princípios filosóficos do Behaviorismo Radical. Seu principal objeto de estudo é o comportamento humano, que pode ser compreendido como um processo relacional do indivíduo com o seu mundo natural e social (SKINNER, 2007).

DESENVOLVIMENTO

O discente bolsista PIBEX do projeto organiza um encontro semanal para grupo de estudos, nos quais são suscitadas discussões sobre aspectos teórico-conceituais que embasam a prática dos acadêmicos e de técnicas relevantes para a atuação terapêutica. Em tais encontros, os participantes têm a oportunidade de apresentar as discussões levantadas em textos de autores que são altamente citados entre os analistas do comportamento, abrindo espaços para perguntas e respostas entre si e com a supervisão da docente coordenadora do projeto Dr^a Vânia Lúcia Sant'Ana Pestana. Aqueles que forem considerados aptos pela coordenadora, por dominarem o embasamento teórico, são selecionados para realizarem atendimentos práticos.

Fundamentados nos princípios e técnicas analítico-comportamentais, os discentes do projeto desenvolvem atividades psicoterapêuticas individuais e em grupos. Tais intervenções psicoterápicas são desenvolvidas com a população que busca, espontaneamente ou a partir de encaminhamento, atendimento psicológico na Unidade de Psicologia Aplicada da UEM. Os atendimentos são semanais, duram 50 minutos e, a depender da demanda, podem ocorrer individualmente ou em grupos homogêneos, compostos por pessoas com semelhanças de idade, gênero ou demanda. Os acadêmicos que os realizam são orientados periodicamente em supervisões com a professora coordenadora do projeto. Nesses encontros, que ocorrem à parte do grupo de estudo, são relatadas as sessões individuais ou em grupo, que geralmente são gravadas e transcritas. A partir dos apontamentos dos alunos a respeito de tais sessões, são fornecidas indicações de leitura que dão subsídios teóricos para a atuação, bem como é elaborado um plano de tratamento para as próximas sessões, no qual são elencados objetivos intermediários e finais da terapia.

Dentre os grupos em andamento, com vistas a atender à demanda da população, está o grupo coordenado pelo bolsista do projeto, que tem por finalidade atender homens autores de violência contra a mulher denunciados no âmbito da Lei Maria da Penha (Lei N.º11.340, de 7 de agosto de 2006). Partindo da noção de violência doméstica e familiar contra a mulher como qualquer ação ou omissão baseada no gênero, que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou patrimonial, o trabalho desenvolvido tem como objetivos: Discriminação de padrões de comportamento agressivos por parte do agressor; Desenvolver um repertório de habilidades pró-sociais nos agressores e em seus familiares; Alterar as condições mantenedoras da violência, trabalhando em conjunto com outros órgãos passíveis de influência sobre esse fenômeno.

O grupo ocorre todas as Quintas-feiras, das 18h às 19h45min, e é composto por 9 homens agressores encaminhados pelo poder judiciário do estado do Paraná (5ª Vara Criminal). Inicialmente, foi realizado um encontro individual com cada um dos encaminhados, no intuito de conhecer a demanda. Em seguida, os coordenadores deram início ao atendimento psicoterápico individual, com o objetivo de conhece-los

pessoalmente e perceber comportamentos inadequados e dificuldades de relacionamento interpessoal. Nesses encontros, os integrantes do grupo participaram de conversas impessoais nas quais eram levados a relatar vivências cotidianas, o que possibilitou aos coordenadores compreender aspectos relevantes da forma como estabelecem suas relações familiares. A partir das demandas identificadas, os coordenadores passaram a planejar as sessões grupais fundamentando-se na literatura da área.

Os integrantes do projeto também organizam, anualmente, o Encontro Maringaense de Análise do Comportamento (EMAC), um evento promovido desde 2007 com a finalidade de reunir, em Maringá, pesquisadores que desenvolvem trabalho profícuo na área. Nele são discutidos temas diversos da área comportamental que envolvem política, sociedade, cultura, diferentes tendências de atendimento clínico que estão sendo desenvolvidas e pesquisadas. Trata-se de um momento oportuno para que palestrantes e pesquisadores difundirem o que vem sendo estudado nas diversas universidades e institutos do Brasil. Em 2017 a X edição do EMAC ocorreu de 20 a 22 de abril.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Com o atendimento individual, os alunos que participam do projeto organizado pelo bolsista, sob supervisão docente, atendem até 15 membros da comunidade e, nos grupos, mais de 30 pessoas são atendidas. No grupo voltado para o atendimento de agressores, é realizado o atendimento de 9 homens. O grupo ainda está em andamento, portanto os resultados ainda não estão finalizados, tem-se observado desde já, entretanto, que os participantes demonstram mais comportamentos sociais, do que demonstravam anteriormente às intervenções, tais como: agradecer, dar e receber elogios, agir empaticamente e expressar ideias e opiniões sem desrespeitar o direito do outro.

Durante os estágios do 5º ano da graduação de psicologia a orientadora da ênfase clínica comportamental pode notar que os alunos participantes do projeto de extensão tem maior aptidão para atender a população, seja em grupo ou individualmente, se comparado àqueles que não participaram, pois, nota-se que esses tem maior capacidade para desenvolver empatia com seus clientes, de modo a estabelecer uma adequada relação terapêutica e conseguem operacionalizar de maneira mais clara a demanda trazida pelos clientes, de modo que o estabelecimento de estratégias terapêuticas se torna mais bem delimitado. Percebe-se ainda que, em boa parte dos casos, a quantidade de sessões necessárias para uma resolução da demanda apresentada pela clientela também é menor para os que participam do projeto. Essa comparação é feita a partir das facilidades e dificuldades que os alunos do último ano do curso de psicologia relatam durante as supervisões clínicas.

O grupo de estudos, no qual participam 20 alunos, e o EMAC são meios pelos quais é possível instrumentalizar tais alunos de maneira teórico-prática, propiciando assim que entrem em contato ou ampliem seus conhecimentos sobre como a abordagem Analítico-Comportamental pode ser utilizada para a compreensão e mudança de demandas sociais e individuais dos membros da comunidade. No X EMAC 102 pessoas participaram, sendo 88 pessoas de Maringá e 14 de outras cidades e estados. Nele foram abordados temas relativos às novas tendências em psicoterapia clínica, cultura, políticas públicas, avaliação e tratamento de comportamento obsessivo compulsivo,

subjetividades e contemporaneidade. O evento alcançou o objetivo a que se propôs, a saber, propiciar espaço para discutir os aspectos teóricos, éticos e epistemológicos do Behaviorismo Radical, bem como as aplicações práticas da Análise do Comportamento na clínica e em outras possíveis áreas.

CONCLUSÃO

Projetos de extensão são facilitados por meio do fomento de instituições como a Fundação Araucária. Promovem importantes atividades complementares e até mesmo suplementares aos acadêmicos e, ainda, tem um impacto positivo no atendimento à população de modo geral. Tais atividades são de grande relevância, considerando que os discentes cursam apenas uma disciplina durante os primeiros quatro anos de sua graduação que tem por base tal abordagem e, mesmo nessa, não há um aprofundamento a respeito das implicações de sua aplicação. Desse modo, o treinamento para a prática a partir dessa abordagem, antes mesmo do último ano de graduação, se dá por meio desse projeto que possibilita que seus participantes atendam casos selecionados e supervisionados pela docente orientadora do projeto, na clínica escola da UEM.

As diferentes práticas realizadas por meio do Projeto Teorias e Técnicas em Análise do Comportamento podem ser vistas como tendo como denominadores comuns o atendimento psicológico as demandas apresentadas pela comunidade e a preparação dos discentes do curso de psicologia no manejo das técnicas comportamentais de modo que se tornem aptos a prestar serviço à mesma por meio de psicoterapia individual e em grupo, tendo, para isso, maior segurança, empatia e capacidade de delimitar estratégias adequadas a partir da demanda de cada um.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. In: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. _____.LEI MARIA DA PENHA. Lei N.º11.340, de 7 de Agosto de 2006.
- SKINNER, B. F. *Ciência e comportamento humano*. Trad. João Carlos Todorov e Rodolpho Azzi. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

Sessão 1 – Texto 008

Ações do projeto Bases Morfofisiológicas do Aparelho Reprodutor: Ponto de Partida para Compreensão dos Métodos Contraceptivos e DST realizadas no ano de 2016 e 2017.

Área temática: Saúde

Isabela Vanessa Tavares Cordeiro Silva¹, Sônia Trannin de Mello²

¹Aluna do curso de Enfermagem, bolsista PIBEX/UEM. Contato: iza_bela_bela@hotmail.com

²Professora do Departamento de Ciências Morfológicas da UEM e membro do Museu Dinâmico Interdisciplinar. Contato: stmello@uem.com

Resumo: *Este artigo tem como objetivo descrever o andamento do projeto de extensão: "Bases morfológicas do aparelho reprodutor: ponto de partida para compreensão dos métodos anticoncepcionais e DST", desenvolvido no Museu Dinâmico Interdisciplinar da Universidade Estadual de Maringá-PR (MUDI). Tem como metas, proporcionar o conhecimento em relação a anatomia dos órgãos reprodutores do sexo feminino e masculino para compreensão dos métodos contraceptivos e planejamento familiar visando o autocuidado e a prevenção. Durante as visitas e palestras são utilizados modelos de próteses, imagens e alguns métodos contraceptivos que ilustram e facilitam o entendimento. Atendemos nos anos de 2016 e 2017 18.392 pessoas em visitas agendadas e espontâneas e 67 alunos foram atendidos em palestras nas escolas.*

Palavras-chaves: *Mediação -Infecções Sexualmente Transmissíveis - Autocuidado.*

INTRODUÇÃO

O Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) encontra-se localizado dentro do campus da Universidade Estadual de Maringá-PR (UEM) e tem atuação em várias áreas do conhecimento, como anatomia humana, paleontologia, física, química, botânica, segundo cérebro entre outros, fornecendo atendimentos gratuitos para ensino fundamental, médio, superior e para toda a comunidade.

O presente projeto de extensão vem sendo desenvolvido, desde o ano de 2015, sob a orientação e supervisão de uma docente vinculada com a instituição de ensino superior e de alunos bolsistas, e voluntários; as mediações ocorrem no ambiente “Educação para Saúde”, e tem como principal objetivo estimular a prevenção e o autocuidado, trazendo informações sobre métodos de barreiras para infecções sexualmente transmissíveis (IST) e um embasamento sobre anatomia dos órgãos reprodutores com foco no planejamento familiar. Neste ambiente citado anteriormente, os acadêmicos são os mediadores. Durante o início do ano letivo os alunos que se propõem a função de mediadores do museu, obrigatoriamente, necessitam passar por capacitações. Em um primeiro momento são capacitados para atuarem no ambiente do projeto a que pertencem. Após, esses monitores acompanham monitores mais antigos e gradativamente vão assumindo as turmas que chegam em visitas ao museu estarem

mediando em seus respectivos ambientes, em um segundo momento, após a fundamentação teórica os alunos iniciam as mediações.

Este projeto extensão atende em todas as dimensões não se limitando somente dentro do campus da UEM, mas ultrapassa os muros da universidade. Os mediadores são responsáveis pelo agendamento e desta forma contribuem com os colégios estaduais de Maringá e região, sempre que são solicitados, ministrando palestras sobre diversos assuntos relacionados ao projeto, podendo ser os seguintes temas: autocuidado, prevenção de IST, gravidez na adolescência entre outros assuntos. Portanto, contribuindo com a comunidade assistida e que necessita de informações coerentes, podendo ser de forma verbal, multimídia ou por rodas de conversas, a forma de escolha, dependerá da faixa etária, local e do tema que será abordado, ou seja, sabendo-se os requisitos citados será a forma de apresentação relacionada ao assunto proposto pelo projeto.

A instituição Museologia com o passar da história assumiu diversas funções, considerando pelo conceito que temos atualmente moderno de museu, onde a educação começa a ter um papel de importância no século XX um papel importante de produção de conhecimento, valores, hábitos e determinadas culturas e grupos sociais distintos. Neste caso dentro do museu ocorrem novas contextualizações modificadas e socializadas, relacionado à educação. O conceito de mediação significa um terceiro elemento entre outras duas pessoas, onde sua função causa um efeito no outro podendo levar a transformações. As mediações em museus ocorrem de várias formas exposições, entre a ciência, história da sociedade e arte. (GOMES ISABEL; CAZELLI SIBELE, 2016).

A “terminologia “Infecções sexualmente transmissíveis” (IST) passou a ser adotada e não será mais utilizado o termo “Doenças Sexualmente Transmissível” (DST), pois ocorreu a substituição em consonância para que desta forma seja utilizado internacionalmente pela Organização Mundial de Saúde (OMS), como forma de alertar. As IST são causadas por mais de 30 agentes (vírus, bactérias e protozoários), a principal forma de transmissão é de pessoa para pessoa, podendo ocorrer infecção vertical de mãe para filho durante a gestação. O portador de IST, conseqüentemente, terá modificações em sua qualidade de vida, em suas relações pessoais e socialmente. (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2015).

METODOLOGIA

Todo início de ano os monitores que desejam fazer parte do projeto são encaminhados para um curso de capacitação oferecido pelo coordenador do projeto. No início, os novos mediadores acompanham os monitores que se encontram há mais tempo, aproximadamente por um mês, e quando eles se sentem aptos iniciam de fato as mediações, assumindo os grupos de visitantes.

As escolas realizam o agendamento online, na página do MUDI (www.mudi.uem.br) podendo sugerir os temas de preferência. As visitas livres são permitidas, e neste caso, as pessoas podem ficar à vontade, se necessitarem do monitor ele estará de prontidão para realizar o atendimento.

Durante as visitas são utilizados modelos de próteses que ilustram e facilitam para o melhor entendimento das informações propostas sobre anatomia e fisiologia dos

aparelhos reprodutores femininos e masculinos, métodos contraceptivos a forma de se utilizar, sua importância e focando-se sempre no planejamento familiar, exemplificando o seu manuseio.

Em relação às palestras oferecidas, externamente ao MUDI, os monitores são os responsáveis pelo contato com as instituições de ensino e em conjunto definem os assuntos que deveriam ser abordados. A responsabilidade de informar os alunos e os respectivos responsáveis, sobre a mesma, é do professor. Para tanto, são utilizadas apresentações sobre anatomia e as funções dos órgãos reprodutores, por meio de apresentação em forma de multimídia e modelos anatômicos. Além disso, para abordar IST utiliza-se apresentação de preservativos femininos e masculinos que estão disponíveis na Unidade Básica de Saúde (UBS) e suas respectivas formas de uso. Ao término das palestras, aplicamos a metodologia da caixa secreta de perguntas, que consiste em uma caixa de sapato com uma abertura na tampa, onde os alunos são estimulados a perguntarem em casos de dúvidas sem serem identificados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As ações extensionistas e de ensino do Mudi, no ano de 2016 até setembro de 2017, atenderam 16.180 pessoas em visitas agendadas. 2.212 em visitas espontâneas. Os alunos e a comunidade em geral foram beneficiados com o trabalho do museu e tiveram a oportunidade de conhecer sobre várias áreas do conhecimento.

Além do atendimento aos visitantes do Mudi, o ambiente "Educação para a saúde" foi levado às escolas estaduais de Maringá, por meio de palestras para alunos do ensino fundamental e médio. Nessas palestras foram abordados temas como: gravidez na adolescência, órgão reprodutor masculino e feminino, puberdade, uso de preservativo e autocuidado.

Reconhecendo a indissociabilidade entre a pesquisa, ensino e extensão, ampliamos nossas ações buscando, por meio de pesquisa, avaliar o público que frequenta o museu com intuito de promover, sobretudo, melhorias na mediação. A "Avaliação da divulgação científica no MUDI/UEM: melhorias na mediação, implementação, prevenção e autocuidado" são realizadas durante as visitas escolares no MUDI. Por fim, a junção da extensão com a pesquisa, proporciona novos conhecimentos em relação a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, planejamento familiar e autocuidado.

REFERÊNCIAS

Brasil, *Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas Infecções Sexualmente Transmissíveis*, abr. 2015.

GOMES, Isabel; CAZELLI, Sibeles. *Formação de Mediadores em Museus de Ciência: Saberes e Práticas*. Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte), abr. 2016, vol.18, no.1, p.23-46.

Sobre o MUDI. Disponível em: <<http://www.mudi.uem.br/index.php/sobre-o-mudi-sp-2101375831>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

Sessão 1 – Texto 009

O impacto da educação em saúde bucal e sua importância no alcance de hábitos saudáveis

Bruna Angélica de Souza Viana¹, Amanda Penha Mathias², Fernanda Midori Tsuzuki³, Carina Gisele Costa Bispo⁴

¹Aluna do curso de Odontologia, bolsista PIBIS/FA-UEM contato:brunaang26@gmail.com

²Aluna do curso de Odontologia, bolsista PIBIC/FA-UEM, contato: amandapemathias@gmail.com

³Aluna do curso de Odontologia, bolsista PIBIC/FA-UEM, contato: fertsuzuki@gmail.com

⁴Prof.^a Depto de Odontologia – DOD/UEM, contato: carinagc7@gmail.com

Resumo. A OMS (Organização Mundial de Saúde) reconhece a relação que há entre educação e saúde, pois a boa saúde apoia um aprendizado proveitoso e vice-versa. Com esse intuito, o projeto “Sorriso Saudável, Futuro Brilhante” visa proporcionar melhoria na saúde bucal da população de jovens e adultos por meio da educação em saúde. Para tanto, são realizadas diversas ações preventivas, como palestras educativas, escovação supervisionada e orientações sobre auto-exame. O projeto vai além da saúde bucal e busca integrar o campo social se envolvendo em ações para a doação de alimentos, roupas e brinquedos. O programa é desenvolvido em parceria com a empresa Colgate e todos os anos são adquiridos kits com escova dental, pasta dental, solução bucal e Fio dental para distribuição nas comunidades mais vulneráveis.

Palavras-chave: Higiene bucal – Educação em saúde Bucal – Odontologia preventiva

1. INTRODUÇÃO

A OMS (Organização Mundial de Saúde), reconhece a correlação entre educação e saúde, sendo que a boa saúde apoia um aprendizado proveitoso e vice-versa (GARBIN, 2012). A educação em saúde é fundamental para o desenvolvimento dos programas que objetivam a promoção da saúde bucal. Diante disso, várias ações podem ser realizadas a fim de prevenir problemas dentários (GARBIN, 2012).

A informação sobre os cuidados com a saúde bucal juntamente com a educação têm sido ressaltadas nos estudos. A falta de conhecimento sobre cuidados necessários de higiene bucal constituem um fator que deve ser considerado, sendo que a informação, mesmo disponível nas grandes mídias, não alcança todas as camadas da população da mesma maneira e, raramente, possibilita a produção de conhecimento que gera autonomia em relação às atenções à saúde. Os programas odontológicos educativos são de extrema importância, pois revelam e interpretam as necessidades das populações de menor acesso aos serviços de saúde odontológicos, e, dessa maneira, precisam ser valorizados (REGINA, 2004).

2. OBJETIVO

Este trabalho tem como objetivo descrever as atividades do projeto “Sorriso Saudável, Futuro Brilhante”, assim como os meios utilizados para proporcionar melhoria na saúde

bucal da população de jovens e adultos.

3. METODOLOGIA

O projeto é desenvolvido na clínica odontológica da UEM, em Centros comunitários, nos bairros e igrejas de Maringá. Trabalham em conjunto acadêmicos, docentes e profissionais da área da saúde desenvolvendo inúmeras atividades:

Atividades Lúdico-educativas e Escovação Supervisionada

Essas atividades são realizadas não só para conscientizar as crianças sobre a importância da higiene bucal e hábitos alimentares, mas também, para estimular a autonomia da escovação e consolidar medidas preventivas da doença cárie, gengivite e má oclusão. Dentre as atividades lúdico-educativas realizadas, estão a Escovação Supervisionada, teatros (com um roteiro simples e curto; com foco na cárie dentária, dieta, hábitos deletérios e outras doenças; podem envolver personagens), desenhos animados, músicas e paródias, pintura, jogos e brincadeiras.



Figura 1. Atividades lúdico-educativas sendo desenvolvidas em uma comunidade

Palestras pré-clínica

Aproveita a oportunidade em que os pacientes e seus familiares estão na sala de espera da clínica odontológica da Uem. Eles são recebidos com palestras que reiteram as instruções dadas à eles e ajudam a repassar novas informações aos seus acompanhantes.

Atividades Sociais

Deixa de focar apenas na saúde bucal do paciente, realizando atividades que promovem a integração social da população, melhorando sua estima e reintegrando o indivíduo na sociedade. São recolhidas doações de roupas, brinquedos e alimentos e distribuídos à população mais vulnerável de Maringá.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atualidade, os indivíduos supervalorizam a aparência ao invés de outros valores, tendo a ausência de dentes como sendo uma condição estética e socialmente desfavorável, ocasionando a exclusão das pessoas do convívio em sociedade (KOYASHIKI, 2008). Diante desta crença, por vezes, a odontologia é vista como uma especialidade que trata apenas de beleza, no entanto, a saúde bucal está extremamente vinculada com a saúde de todo o organismo do indivíduo e pode trazer grandes complicações ao estilo de vida, como a alimentação, que pode ser drasticamente prejudicada. Sabe-se, então, que existe muito a ser modificado quanto ao pensamento sobre a saúde bucal.

Deve-se cada vez mais continuar reproduzindo as informações sobre a necessidade da prevenção de doenças, muito mais do que sobre os tratamentos destas. A promoção de saúde por meio da educação é de grande valia, pois solidifica o conhecimento e autocuidado, tornando o paciente autônomo sobre a qualidade da sua saúde bucal.

Além disso, o programa também incentiva as crianças a cuidarem de si mesmas e assumirem a responsabilidade por sua própria saúde. Vê-se com estas atividades desenvolvidas pelo projeto a curiosidade e também o quanto falta de informação às pessoas, sendo possível perceber com isso que a má situação da saúde bucal de grande parte dos brasileiros se deve não somente ao desleixo, mas, muito mais que isso, à ausência de conhecimento de cuidados com a saúde bucal.

5. CONCLUSÃO

O projeto propõe o desenvolvimento de atividades que ofertam prioritariamente a educação dando atenção maior à prevenção da saúde. Os jovens apresentam grande potencial para a criação de hábitos saudáveis e estes devem ser bastante priorizados. No entanto, as atividades são realizadas com toda a população e de grande importância pois aumentam a integração e engajamento de todos os indivíduos para melhoria de hábitos positivos.

REFERÊNCIAS

GARBIN, C. A. S. et al. *Saúde bucal e educação infantil: avaliação do desgaste e do condicionamento de escovas dentárias utilizadas por pré-escolares*. Rev Odontol UNESP, v. 41, n. 2, p. 81–87, 2012.

KOYASHIKI, G. A. K.; ALVES-SOUZA, R. A.; GARANHANI, M. L. *O trabalho em saúde bucal do Agente Comunitário de Saúde em Unidades de Saúde da Família* The work in oral health of the community health agent in family health units. Ciências & Saúde Coletiva, v. 13, n. 4, p. 1343–1354, 2008.

REGINA, A. et al. *Saúde bucal* : uma revisão crítica sobre programações educativas para escolares Oral health : a critical review about educative programmes for students. p. 121–130, 2004.

Sessão 1 – Texto 011

Controle Populacional de Cães e Gatos Área Temática: Saúde

Lucas E. P. Bazilio¹, Giovana H. Nakadomari², Aline A. Ferreira³, Ana B. S. Marques⁴, Marilda O. Taffarel⁵, Mauro H. B. de Camargo⁶.

¹Acadêmico de Medicina Veterinária- UEM/ Campus Umuarama- PR. Contato: lucas_epb@hotmail.com

²Acadêmica de Medicina Veterinária- UEM/ Campus Umuarama- PR. Contato: giovana_hashimoto@hotmail.com

³Acadêmica de Medicina Veterinária- UEM/ Campus Umuarama- PR. Contato: alinie@live.com

⁴Acadêmica de Medicina Veterinária- UEM/ Campus Umuarama- PR. Contato: anabmarques18@gmail.com

⁵Docente do Curso de Medicina Veterinária- UEM/ Campus Umuarama- PR. Contato: mtafarel@yahoo.com.br

⁶Docente do Curso de Medicina Veterinária- UEM/ Campus Umuarama- PR. Contato: maurohbc@gmail.com

Resumo: *O projeto envolve a saúde humana e o bem estar animal por meio da esterilização cirúrgica de cães e gatos com finalidade de controle populacional, contribuindo com a redução na transmissão de zoonoses, além de trazer benefícios ao próprio animal, na medida em que evita algumas doenças do sistema reprodutor. Durante o período de vigência da bolsa foram realizadas 50 cirurgias, sendo 16 orquiectomias e 34 ovariossalpingohisterectomias. Os objetivos do projeto vêm sendo alcançados, beneficiando a saúde pública da cidade e proporcionando a prática da Medicina Veterinária por esses acadêmicos.*

Palavras-chave: *Controle populacional; esterilização.*

INTRODUÇÃO

O controle populacional de cães e gatos compreende uma série de medidas realizadas com intuito de se manter a saúde pública, restaurando a saúde dos indivíduos e mantendo um ambiente mais saudável (PAIM; ALMEIDA FILHO, 2000). Tais medidas devem ser efetivadas por organizações governamentais, sendo de responsabilidade das mesmas, porém são realizadas na prática tanto por organizações governamentais como por organizações não governamentais (FORTES; ZOBOLI, 2004).

A presença de cães e gatos nas ruas (animais “errantes”) aumentam as chances de disseminação de zoonoses, agressão, acidentes de trânsito e danos à propriedade, comprometendo assim tanto o bem estar humano quanto o bem estar animal (GARCIA, 1996), além do mais, tais animais estão sujeitos à fome, frio, abusos e maus tratos, sendo de grande importância a efetivação de controle populacional para evitar problemas como estes (MOLENTO, 2007). Na tentativa de controle populacional são realizadas esterilizações cirúrgicas de cães domiciliados, eutanásia de cães abandonados e campanhas educativas, sendo difícil estimar a efetividade de tais ações em curto período de tempo (VIARO & PARANHOS, 2002), porém sabe-se que a eutanásia gera despesas aos cofres públicos e não resolve o problema da população canina elevada (SOTO et al., 2006).

Um dos métodos mais utilizados em instituições privadas e de ensino é a

esterilização cirúrgica através de ovariossalpingohisterectomia ou ovariectomia em cadelas e gatas, e orquiectomia em cães e gatos, com intuito de controle populacional, mas também prevenindo doenças do trato reprodutor (FERREIRA, 2014).

OBJETIVOS

O objetivo do projeto é conscientizar a população da necessidade do controle populacional, da esterilização cirúrgica de pequenos animais, e oferecer o serviço a custo reduzido, auxiliando as pessoas carentes e reduzindo o abandono de forma indireta na cidade de Umuarama – PR.

METODOLOGIA

O projeto é divulgado através de informações verbais e panfletos para os alunos de Medicina Veterinária e Agronomia e proprietários que frequentam o Hospital Veterinário da UEM.

Os proprietários interessados na esterilização cirúrgica de seus animais realizaram cadastro na secretaria do Hospital Veterinário da Universidade Estadual de Maringá durante todo o período de vigência do projeto. Após o cadastramento, são realizados contatos telefônicos e agendamentos de consultas pré-operatórias de cada paciente (são realizadas no mínimo três ligações antes da desistência, em dias e horários alternados, para então o animal ser retirado da fila). Durante esta consulta, realizada por alunos supervisionados por um professor ou médico veterinário responsável, é realizada anamnese, exame físico e coleta de sangue para hemograma. Após esta triagem, os animais aptos são encaminhados para a cirurgia.

Os procedimentos anestésicos e cirúrgicos são realizados pelos alunos participantes do projeto sob supervisão de professores, utilizando as técnicas tradicionalmente descritas para cães e gatos (machos e fêmeas). O protocolo anestésico é adequado para a necessidade clínica de cada paciente sempre primando pela segurança e bem estar dos animais. Após o procedimento cirúrgico os animais são entregues a seus respectivos proprietários com instruções escritas sobre os cuidados pós-operatórios e prescrições de analgésicos e antibióticos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No início da vigência da bolsa já haviam 295 cadastros de animais para o projeto. Durante a vigência da bolsa, foram cadastrados 260 novos animais, totalizando 555 (até o dia 15/08/2017). Neste período foram realizadas 248 ligações para os proprietários com intuito de agendar consultas pré operatórias, onde foi possível efetivar 50 castrações, sendo 34 ovariossalpingohisterectomia (25 cadelas e 9 gatas) e 16 orquiectomias (11 gatos e 5 cães).

Dos animais que não foram castrados: 106 proprietários não atenderam as ligações ou número era inexistente, 25 já haviam sido castrados na rotina do hospital ou externamente, 20 proprietários desistiram por motivos pessoais ou financeiros, 10 animais já haviam entrado em óbito, 4 animais estavam prenhes, 1 lactante, 1 em estro e 1 senil. Foram agendadas 84 consultas ao decorrer do projeto, onde 13 tutores desmarcaram, 8 não compareceram, 1 desistiu e 11 não puderam ser castrados por afecções diagnosticadas

através do exame físico ou exames laboratoriais e de imagem. Houve um óbito por complicação anestésica.

Sampaio et al. (2009) afirmam que a castração de machos e fêmeas é o método mais recomendado para controle populacional, pois além de evitar eutanásia em massa, evita doenças que ocorrem com o uso de fármacos anticoncepcionais, especialmente em relação às afecções uterinas, como a piometra e neoplasias mamárias. Apesar de eficiente, o método cirúrgico não pode ser utilizado como única maneira de controle populacional.

CONCLUSÃO

O projeto cumpre com sua função de extensão à medida que a esterilização cirúrgica dos animais vem sendo realizada com um custo acessível a população mais carente da cidade de Umuarama. Dessa forma tem contribuído para diminuição da taxa de natalidade de cães e gatos e conseqüentemente diminuindo o número de animais abandonados, a incidências de maus tratos, e o risco de transmissão de doenças zoonóticas.

REFERENCIAS

FERREIRA, A. R. A. *Estudo comparativo entre a abordagem mediana ventral e lateral direita para ovariosalpingohisterectomia em cadelas pré púberes e adultas*. 84 f. Dissertação (Programa de Pós Graduação) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FORTES, P. A. C.; ZOBOLI, E. L. C P. Bioética e Saúde Pública: entre o individual e o coletivo. In: FORTES, P. A. C; ZOBOLI, E. L. C P. (org). *Bioética e Saúde Pública*. São Paulo: Ed. Centro Universitário São Camilo, 2004.

GARCIA, R. .C. M.; MALDONADO, N. A. C.; LOMBARDI, A. *Controle populacional de cães de gatos- Aspectos éticos*. Ciênc. Vet. Trop., Recife-PE, v. 11, suplemento 1, p.106-110, abril, 2008

MOLENTO, C.F.M.; DALMAS, J.C.; ZAFANELLI, M.C.G. *Atitude em relação aos animais: população de Umuarama e região*. In: VIII JOVET e IV MOSTRA CIENTÍFICA DA UNIPAR, 2002, Umuarama, PR. Arquivos de Ciências Veterinárias e Zoologia da UNIPAR, Umuarama, v. 5, p. 324, 2002b.

PAIM, J. S.; ALMEIDA FILHO, N. *A Crise da saúde pública e a utopia da saúde coletiva*. Salvador: Casa da Qualidade Editora, 2000.

SAMPAIO, G.R. *Controle populacional de caninos e felinos por meio da esterilização cirúrgica*. Projeto de extensão DMV/UFLA, 2009.

SOTO, F. R. M; FERREIRA, F; PINHEIRO, S. R; NOGARI, F. *Dinâmica populacional canina no Município de Ibiúna-SP: estudo retrospectivo*. Braz. J. vet. Res. anim. Sci., São Paulo, v. 43, n. 2, p. 179, 2006.

VIARO O, PARANHOS NT. *Para viver de bem com os bichos (manual do educador)*. São Paulo: Centro de Controle de Zoonoses; 2002.

Sessão 1 – Texto 003

O Espaço Segundo Cérebro: disseminação do conhecimento sobre Sistema Nervoso no ensino técnico

Área Temática: Educação

Fabiana G. da M. Lima¹, Francielle V. Ramalho², Sabrina Silva Sestak³, Juliana Vanessa C. M. Perles⁴, Jacqueline N. Zanoni⁵

¹Graduanda de Biomedicina, bolsista PIBEX/FA, contato: affabimottalima@gmail.com

²Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Ciências Biológicas (PBC – UEM), contato: fran_fvr@hotmail.com

³Mestranda – Programa de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas (PFS – UEM), contato: sabrina.sestak@gmail.com

⁴Professora do Departamento de Ciências Morfofisiológicas – DCM/UEM, contato: jvcperles@uem.br

⁵Professora do Departamento de Ciências Morfofisiológicas – DCM/UEM, contato: jnzanoni@uem.br

Resumo. *O Espaço Segundo Cérebro, em conjunto com outros ambientes do Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI), atendeu aproximadamente 1000 visitantes provenientes de visitas agendadas por instituições de ensino técnico no período de outubro de 2016 a setembro de 2017. Estes dados indicam interesse na busca de conteúdo científico transmitido de maneira informal e dinâmica, tanto por parte dos educadores dessas instituições quanto dos alunos participantes. Logo, o conteúdo foi passado de maneira a instigar o raciocínio lógico na construção de um pensamento científico sobre o corpo humano, mais especificamente, sobre sistema nervoso entérico, exemplificando com competências profissionais aprendidas nos cursos técnicos.*

Palavras-chave: *Segundo Cérebro – Sistema Nervoso Entérico – Ensino técnico*

INTRODUÇÃO

O Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) possui como principal missão a integração da comunidade acadêmica com os ensinos fundamental e médio, além da comunidade em geral, sendo um ambiente de transmissão de conhecimento científico a qualquer tipo de população e de coleta de dados para diversas pesquisas científicas (MUSEU DINÂMICO INTERDISCIPLINAR). A grande maioria do público visitante do museu é composta por turmas de escolas municipais e estaduais, além de colégios particulares de Maringá e região, situação que ocorre pela facilidade em encontrar horários para a visita e pela possibilidade de transporte de todos os visitantes de maneira conjunta (por meio de ônibus e vans de transporte). Entretanto, no período analisado de outubro de 2016 a setembro de 2017, observou-se um agendamento de aproximadamente 1000 vagas para visitas de turmas provenientes de cursos técnicos.

A educação de adultos por meio do ensino técnico é um tema de extrema relevância, já que articula na relação entre formação geral e profissional do indivíduo. A educação profissionalizante traz consigo um estigma, já que existe uma fragmentação do ensino no Brasil: a educação geral, que prepara os indivíduos para os estudos superiores, e a educação profissional, que prepara indivíduos para o ingresso imediato

no mercado de trabalho. Nesse contexto, os egressos do ensino técnico encontram currículos centrados nas competências profissionais do trabalho, em “trabalhos manuais”, que não conseguem fugir das práticas comportamentais projetadas para beneficiar a produção. Dessa forma, é oferecida uma formação específica a esses egressos, mas que nem sempre é complementada com formação humana, cultural e técnico-científica (CIAVATTA, RAMOS, 2001). O grande número de visitantes provenientes de cursos profissionalizantes demonstra interesse, de parte docente e discente, no auxílio à complementação do ensino desses egressos. O MUDI, por meio de seus diversos ambientes, fornece um “atalho” ao conhecimento científico, visando sempre a construção de raciocínio lógico.

Dentre os ambientes inseridos no museu, encontra-se o Espaço Segundo Cérebro (Figura 1), responsável tanto por pesquisa científica, por meio do Laboratório de Plasticidade Neural Entérica, quanto pela popularização do conhecimento sobre sistema nervoso, por meio do atendimento à população em ambiente externo ao laboratório. Nesse espaço, é explicado à população sobre a fisiologia do sistema digestório e sua regulação, realizada pelo Sistema Nervoso Entérico (SNE). Esse sistema é composto principalmente por células da glia e neurônios entéricos, encontrados em dois plexos ganglionados: o plexo mioentérico ou de Auerbach, localizado na túnica muscular externa, e o plexo submucoso ou de Meissner, encontrado na camada submucosa. Os plexos atuam na motilidade gastrointestinal, no controle do epitélio secretório e também no fluxo sanguíneo local (SASSELLI, PACHNIS, BURNS, 2012). O objetivo desse trabalho, portanto, foi avaliar a interação do Espaço Segundo Cérebro com os visitantes provenientes de cursos de educação profissionalizantes.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesse projeto é a atenção direta ao visitante, por meio de explicação sobre a fisiologia do sistema digestório, conceitos básicos sobre sistema nervoso e introdução ao sistema nervoso entérico, foco de estudo do laboratório de Pesquisa em Plasticidade Neural Entérica. Além de explicação científica, a apresentação foi modificada de acordo com a turma visitante, alterando-se os exemplos utilizados e a ênfase da apresentação. Foram utilizadas peças anatômicas verdadeiras, miniaturas em plástico representando os órgãos do trato gastrointestinal e neurônios, além de microscópios para a visualização dos neurônios entéricos. Para a verificação de qual público foi atendido pelo museu, foi feita a análise pelo registro online de agendamentos de visitas, durante o período de outubro de 2016 a setembro de 2017. A resposta dos visitantes foi avaliada por observação pessoal.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No período analisado, o museu atendeu mais de 16.000 visitantes provenientes de agendamentos, sendo em sua maior parte turmas de ensino fundamental e ensino médio. Os visitantes de turmas de ensino profissionalizante representaram aproximadamente 6,2% das visitas agendadas totais. Dentre os diferentes cursos técnicos, o curso de técnico em enfermagem foi o mais representativo entre esses visitantes, com um total de 13 turmas diferentes agendadas durante o período analisado. De forma geral, as instituições agendavam as visitas para as turmas no período noturno, provavelmente devido ao fato de que muitos estudantes trabalham no período diurno e que seria mais

fácil reunir grande parte da turma no horário em questão.

Os visitantes, de forma geral, mostraram-se com grande curiosidade na chegada ao museu, fazendo muitas perguntas sobre os espaços que viriam a ver. Quanto aos estudantes de áreas relacionadas a saúde, a grande expectativa da visita seriam os ambientes do Teatro Anatômico e o Espaço Segundo Cérebro. No Espaço Segundo Cérebro, os visitantes demonstraram não conhecer as funções do sistema digestório, anatomia do corpo humano e, na linguagem utilizada nas apresentações, “como o sistema nervoso manda em tudo”, ficando muito surpresos conforme a explicação continuava. O interesse se tornava maior quando utilizadas como exemplos patologias do cotidiano, como cálculos biliares, apendicite, diabetes mellitus e quaisquer exemplos que os visitantes viessem por mencionar, além de situações aonde os alunos se encaixariam quando viessem a trabalhar. Esses alunos questionavam muito, e por muitas vezes a visita se prolongou além do tempo destinado devido a quantidade de perguntas realizadas.

Dessa forma, pode-se afirmar que a visita ao Espaço Segundo Cérebro contribuiu na complementação da profissionalização desses indivíduos, utilizando-se do conhecimento científico sobre corpo humano transmitido de forma simplificada, por meio de exemplos conhecidos no cotidiano dos alunos, peças para melhor visualização e explicação dada com ênfase na formação de raciocínio lógico sobre o processo de digestão e sua regulação. A visita também foi útil no auxílio aos alunos na contextualização das competências profissionais que eles vão exercer, principalmente nas áreas de enfermagem, nutrição, estética e análises clínicas. O interesse dos alunos em saber além do currículo transmitido no curso foi tanta, que pode se afirmar que a fragmentação do ensino não favorece a esses alunos, que sentem necessidade de buscar conhecimento além para melhor exercer suas futuras profissões. Além disso, outro papel do Espaço Segundo Cérebro na visita desses indivíduos foi o esclarecimento de como funciona um laboratório de pesquisa científica, ou seja, de onde provém o conhecimento que foi passado para eles durante a demonstração, e a própria estimulação à busca por conhecimento. Esse estímulo é muito importante, já que os alunos de ensino técnico demonstraram grande avidez por informação. Espera-se que a tendência pela procura do museu por essas instituições aumente, fazendo dos monitores cada vez mais instrumentos de transformação social.



Figura 1 – Espaço Segundo Cérebro

REFERÊNCIAS

CIAVATTA, M.; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: Dualidade e Fragmentação. *Retratos da Escola*. v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.

SASSELLI, Valentina; PACHNIS, Vassilis; BURNS, Alan J. The enteric nervous system. *Developmental Biology*. v.366, n.1, p. 64-73, 2012.

MUSEU DINÂMICO INTERDISCIPLINAR. *Sobre o Mudi: histórico*. Disponível em: <<http://mudi.uem.br/index.php/sobre-o-mudi-sp-2101375831/historico>>. Acesso em: 18 ago 2017.

Sessão 1 – Texto 004

VIOLÊNCIA NA ESCOLA E SUA RELAÇÃO COM AS CARACTERÍSTICAS SOCIAIS E ESPACIAIS: INTERVENÇÃO COM ALUNOS DO ENSINO MÉDIO DAS ESCOLAS ESTADUAIS DE SARANDI-PR.

Área temática: Educação

Ana Lúcia Rodrigues¹, Milena C. Belançon², Naiara S. de A. Alcantara³

¹Prof.^a Depto de Ciências Sociais – DCS/UEM, contato: alrodrigues1962@gmail.com

²Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, bolsista acadêmica, contato: milenabelancon@gmail.com

³Graduanda em Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá, bolsista acadêmica, contato: nayara_sandy@hotmail.com

RESUMO. *Pressupondo que a violência na escola não pode ser considerada em si mesma, mas, problematizada e respondida a partir de sua correlação com fatores territoriais e sociais. Considerando, ainda, os significativos processos de segregação, vulnerabilidade e violência registrados em Sarandi-PR, situação que se evidencia por meio da alta taxa de evasão escolar principalmente sobre os alunos do Ensino Fundamental em transição para o Ensino Médio (EM). O projeto atua em todos os Colégios Estaduais da cidade desde o final de 2015 com acompanhamento dos estudantes do 9º ano, que serão acompanhados até o ano de 2018, quando estiverem matriculados no 3º ano. Desse modo objetiva-se reduzir os impactos do processo de vulnerabilização a que esta população jovem está submetida, e assim atuar no combate à evasão escolar.*

Palavras-chave: *Ensino Médio - Violência na Escola - Evasão Escolar.*

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda as atividades de extensão do Projeto Universidade Sem Fronteiras - Violência na escola e sua relação com as características sociais e espaciais: intervenção com alunos do Ensino Médio das escolas estaduais de Sarandi-PR. Realizado pela equipe do Observatório das Metrôpoles-UEM nos sete seguintes Colégios Estaduais de Sarandi-PR: Antônio Francisco Lisboa, Cora Coralina, Helena Kolody, Jardim Independência, Jardim Universitário, Jardim Panorama e Olavo Bilac. O objetivo geral do projeto foi intervir com os alunos do Ensino Médio de Sarandi-PR visando à redução dos impactos identificados como resultantes do processo de vulnerabilização e violência a que estão submetidos. Especificamente buscou-se compreender a realidade social do entorno dos colégios e sua relação com os casos de violência; empoderar os alunos por meio do conhecimento de sua própria realidade; entender os impactos socioespaciais vivenciados e fomentar a continuação dos estudos para além do Ensino Médio, visando incentivá-los para o Ensino Superior. Para isso, foram realizados encontros com os alunos, nos quais se trabalha conjuntamente com a temática principal - a relação entre violência e território – ferramentas e técnicas de pesquisa científica como questionário, georreferenciamento, banco de dados, gráficos,

tabelas e metodologia de foto elicitação etc. A equipe do projeto se constitui de forma multidisciplinar.

2 DESENVOLVIMENTO

No ano de 2016 foram realizadas atividades em todos os colégios concomitantemente, sempre no contra turno das aulas, exceto duas atividades: i) as apresentações do projeto que ocorreram no período de aula e ii) a visita ao campus da UEM que ocorreu ao longo de todo um dia. A primeira atividade realizada com os alunos em cada um dos sete colégios foi a apresentação do projeto e o convite para participar dos encontros. Durante a apresentação os alunos preencheram um cadastro com seus nomes completos, turma e turno que compõem, número do telefone celular e nome na rede social Facebook. A partir das informações do cadastro foram criados os meios de comunicação com todos os alunos. Por intermédio desses grupos os alunos eram avisados sobre a data, horário e local dos próximos encontros, que eram também combinados previamente com a equipe pedagógica ou direção de cada colégio.

A segunda atividade realizada iniciou-se com ensino de leitura de mapas utilizando como objeto o mapa do entorno de cada escola em um raio de 500 metros e, para isso, utilizamos as salas de informática dos colégios. Após a exposição e atividades práticas dos conceitos para compreensão e análise de mapas, foi pedido para que marcassem neste os locais que eles frequentavam para alguma atividade de lazer, cultural, social, religiosa, visita a familiares e amigos.

Os alunos também foram instigados a marcar no mapa os equipamentos sociais existentes, e a fazerem um esquema do trajeto de sua casa até o colégio marcando os pontos de referência que lembrassem. Em seguida, pediu-se que os relatassem por escrito casos de alguma ocorrência de violência que tivessem presenciado ou sabido com pessoas próximas, em especial os amigos e conhecidos adolescentes. Nesse contexto, introduziu-se preliminarmente uma reflexão sobre os tipos de violência existentes e classificadas pela literatura (LIRA, 2014).

A terceira atividade teve como objetivo conceituar e debater a violência urbana no município de Sarandi. Apresentou-se aos alunos o critério utilizado para definir se a cidade é violenta ou não, por meio dos referenciais de Bourdieu (2007), com explicação e debate sobre o conceito de taxa de homicídio e a ocorrência de violência na cidade entre o período de 2011 a 2015. Nesse contexto, foi abordado que por meio da educação e renda é possível reverter o cenário de violência, conforme reflexões realizadas pelos coordenadores junto à Equipe (PRAXEDES, 2015).

Como quarta atividade foi organizada uma visita dos alunos integrantes do projeto ao campus da UEM. Essa atividade contou com a vinda de 53 alunos do 1º ano dos sete colégios atendidos pelo projeto. A visita ocorreu no dia 8 de Junho de 2016 das 8h às 16h. O roteiro da atividade foi: 1) Visita ao Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI); 2) Entrega de abaixo assinado solicitando isenção da taxa de inscrição do Processo de Avaliação Seriada (PAS) para a pró-reitora de ensino; 3) Passeio pelo campus; 4) Debate dos resultados da pesquisa sobre o perfil social dos alunos do 1º ano do EM e violência. Além disso, a visita dos alunos à UEM contou com o transporte de ida e volta e almoço gratuito no Restaurante Universitário (RU). Essa atividade buscou mostrar como a interação e ocupação dos espaços públicos, em especial o campus universitário, enriquece as visões de mundo dos estudantes e estimula o

desenvolvimento de novas habilidades culturais, artísticas e científicas.

Para a quinta atividade pediu-se aos alunos que retratassem suas realidades por meio de fotografias do entorno e dentro dos colégios, assim eles puderam fotografar, com o auxílio da equipe o que quisessem e julgassem importante dentro de uma rota já previamente determinada. Após a atividade, foi explicado aos alunos que a metodologia utilizada se chamava foto elicitação¹ e que ela ajuda a entender a relação entre o espaço e o sujeito e de como o próprio espaço responde a uma lógica de poder e de desigualdade (BIGNANT, 2010).

A sexta atividade também reuniu todos os grupos de alunos dos sete colégios para o encerramento do ano de 2016, onde foram apresentados fotos e vídeos feitos ao longo de todas as atividades e ao final da apresentação alguns alunos contaram suas experiências como agentes transformadores, dando exemplos de experiências vividas no contexto escolar (MARCONDES FILHO, 2001).

No ano de 2017 um novo ciclo de atividades teve início, com as mesmas turmas de alunos, mas agora matriculados no 2º ano do EM. Novamente foram realizadas as apresentações do projeto em todos os colégios convidando os alunos a participarem das atividades no contra turno, tanto o grupo de alunos que participou no ano anterior quanto alunos que ainda não haviam participado. Para esse ano as atividades foram construídas para que todas abordem dois eixos principais: 1) a questão da violência na escola e no seu entorno e; 2) a intervenção voltada para as formas de ingresso na Universidade. Portanto, as atividades realizadas em cada um dos colégios tiveram como discussão principal esses dois temas e o processo de intervenção está em andamento.

3 ANÁLISE E DISCUSSÃO

Foi possível perceber durante as atividades o interesse dos alunos em se apropriarem das ferramentas científicas apresentadas. Em parte, pela interatividade proposta por algumas ferramentas nas quais os alunos podiam interferir e interagir com os dados coletados por eles próprios, fomentando o debate e os colocando em posição ativa frente à produção do conhecimento. Nota-se ainda que ao entrarem em contato com uma parte do universo de pesquisa e intervenção de uma Universidade, tanto durante as atividades nos colégios como durante a visita ao campus da UEM, lhes foram dadas as possibilidades de visualizar e projetar um caminho distinto dos que lhe são impostos muitas vezes por suas realidades, como se o acesso à Universidade não estivesse ao alcance deles. No curso do projeto encontramos alunos interessados em conhecer seus direitos, apropriarem-se dos espaços públicos, críticos quanto às violências sofridas, inclusive às de ordem simbólica, e almejando formas de alcançar novos objetivos para além do que eles esperavam, e que também está mais acessível por meio das novas redes criadas entre escola pública e a universidade.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão “Violência na escola e sua relação com as características sociais e espaciais: Intervenção com alunos do Ensino Médio das Escolas Estaduais de Sarandi-PR”, desenvolvido em Sarandi com as turmas de alunos do 9º ano e sua trajetória até a

¹ Método que utiliza a fotografia como estímulo da memória, encontrado com mais frequência nos Estados Unidos, está se tornando mais comum nas pesquisas científicas brasileiras nos últimos anos.

conclusão do EM no final de 2018, nos mostra que a escolha de se trabalhar com os mesmos alunos do 9º ano do fundamental até o 3º ano do Ensino Médio (EM), visa compreender os obstáculos encontrados por eles nesse caminho, bem como, contribuir na sua superação, para a conclusão do EM, o que já percebemos se efetivando.

Os objetivos realizados a partir da construção coletiva – Equipe da UEM e Estudantes do EM de Sarandi – para compreender as correlações entre as características sociais e espaciais do território de Sarandi e as ocorrências de violência no entorno escola (RODRIGUES, 2014) se mostra muito virtuoso, pois a intervenção junto aos alunos está efetivamente empoderando-os da sua realidade e os incentivando a ingressarem no Ensino Superior (ES) como uma forma para a melhoria de suas vidas; auxiliando-os e incentivando-os a buscar algo além do que lhes é quase “pré-determinado” pelo território carente e precário onde vivem e pela conseqüente condição socioeconômica onde falta quase tudo: recursos financeiros, materiais, sociais e culturais.

5 REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. *Economia das Trocas Simbólicas: Campo do Poder, Campo Intelectual e Habitus de Classe**; trad. Sergio Micili. São Paulo: Perspectiva. 2007.

BIGNANT, E. (2010) "The use of photo-elicitation in field research", *EchoGéo*. Disponível em <<http://echogeo.revues.org/11622> >. Acesso em 20 de junho de 2016

LIRA, P. S. *Geografia do crime e arquitetura do medo: Uma análise dialética da criminalidade violenta e das instâncias urbanas*. Rio de Janeiro:Ed. Oficina, 2014.

MARCONDES FILHO, C. *Violência Fundadora e violência reativa na cultura brasileira*. São Paulo: Perspectiva, 2001.

PRAXEDES, W. A educação reflexiva na teoria de Pierre Bourdieu. *Série caminhos da formação docente*. São Paulo: Loyola, 2015.

RODRIGUES, A.L. *A pobreza mora ao lado: Segregação socioespacial na Região Metropolitana de Maringá*. 2014. 258 f. Tese (Doutorado em Sociologia Urbana)- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.

Sessão 1 – Texto 017

Projeto Brincadeiras com meninos e meninas de/e nas ruas: Uma reflexão acerca do comportamento das Crianças e adolescentes

Área temática: Direitos Humanos e Justiça

Danielle Cristina Goularte Tótolli¹, João Alfredo Martins Marchi², Verônica Regina Müller³

¹Acadêmica do curso de Licenciatura em Artes Cênicas UEM, contato: danytottoli@gmail.com

²Prof. De Artes Cênicas do Departamento de Música DMU/UEM, joaomarchi23@hotmail.com

³Profª. do Departamento de Educação Física DEF/UEM, contato: veremuller@hotmail.com

***Resumo.** O presente texto tem como objetivo apresentar a relação das Crianças e Adolescentes com os educadores Sociais que participam das Intervenções dentro do projeto de extensão universitária “Brincadeiras com Meninos e Meninas de e nas ruas”, a partir de diários de campo produzidos pelos educadores, buscando registrar o vínculo construído entre pares e destes com os adultos. Utilizamos como referencial teórico MAGER et. al (2011), afim de embasar nossos estudos acerca da infância e juventude. Para o tratamento dos dados analisamos diários de campo produzidos durante o período de um ano de intervenção das educadoras e educadores do projeto. Identificamos que as relações das Crianças e destas com os adultos trazem benefícios para ambos, possibilitando contribuições que podem ser utilizadas como uma possível ferramenta para reflexão acerca do papel da criança como categoria geracional na sociedade.*

***Palavras-chave:** Cultura Lúdica – Brincadeiras - Educação Social*

DE ONDE FALAMOS?

O PCA- Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente atua na efetivação dos direitos e luta em defesa da proteção integral da Criança e do Adolescente. O Programa está vinculado à Pró-reitoria de extensão e Cultura, PEC-UEM, e surgiu em 1993 como programa de extensão. Segundo Mager (*et. al.*, 2011, p. 27) “É um programa de capacitação, assessoria, intervenção e produção científica. “Está direcionado à pesquisa aplicada e à divulgação de práticas e conhecimento sobre a temática específica da infância e adolescência”.

Dentro do PCA, existe um projeto que atua diretamente com Crianças e adolescentes dentro da comunidade em que vivem. Trata-se do projeto Brincadeiras que, desde 1997 produz material resultante das intervenções lúdico-político-pedagógicas com crianças e adolescentes de e nas ruas. Com afirma Mager (*et. al.*, 2011, p. 68) “Utilizamos a brincadeira para provocar o diálogo entre nós, para termos, na voz da criança, não só os risos e expressão de alegria, mas também a sua opinião, bem como sua história e relatos de toda ordem”.

A RELAÇÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NAS ATIVIDADES DENTRO DO PROJETO.

Desde 2015 o Projeto Brincadeiras atua no Conjunto Habitacional Odwaldo Bueno Neto, todos os sábados. Produzimos a cada encontro relatórios que são usados para estudos posteriores. A partir das leituras dos relatórios foi possível observar logo nos primeiros encontros com as crianças e adolescentes a transformação no comportamento e forma de lidar com os conflitos que apareciam no decorrer das brincadeiras.

Chamei os dois meninos da “briga” e conversei com eles, explicando o que tinha acontecido, que não agíamos daquela forma no projeto e que tudo a gente poderia resolver na conversa. Eles me escutaram com a cabeça baixa, perguntei então o que eles achavam, eles me responderam “a gente vai tentar”, perguntei se era só por falar ou se eles iam tentar de verdade, eles disseram que iriam tentar de verdade. Disse então que tínhamos acabado de firmar um acordo naquele momento e que se eles voltassem a brigar não teriam como dizer que “não sabiam” ou que “não estava combinado”, cumprimentei os dois e voltamos a brincar. Eles ficaram ali desenhando com giz, fui ao lado deles e comecei a desenhar também, já estávamos “em paz” de novo (diário de campo, 19/05/2016).

Algumas crianças chegavam ao projeto com um histórico de agressividade para com os outros, dificultavam as brincadeiras, batiam nas outras crianças, gritavam, quebravam os brinquedos, outras tímidas não interagiam com os demais. Com pouco mais de um ano de intervenção, em seus relatórios, os educadores começaram a perceber que havia mudança na forma que essas crianças lidavam com suas frustrações e com os conflitos em grupo. O modo pontuado para lidar com diferentes situações era sempre pensando no coletivo, no bem estar do grupo e próprio da criança. Em um dos relatos uma Educadora comentou que era difícil explicar para uma das crianças que a brincadeira escolinha deveria ser com todas e não apenas ela, essa criança gritava muito com os demais e não permitia mais colegas na brincadeira, esse diálogo pode ser lido no trecho a seguir:

Quando cheguei na ATI a H. (10 anos) veio ao meu encontro sugerindo “Escolinha” como brincadeira, havia muitas crianças interessadas, inclusive a D. (09 anos) que queria ser professora também. Quando sugerimos (Eu e a educadora L.) que houvesse mais professores para a H. (10 anos) ela saiu e não quis brincar. Mas nós continuamos a brincadeira, desenhamos a sala, separamos as matérias e escolhemos os professores todos juntos. A brincadeira começou com a aula de biologia ministrada pela professora I. (10 anos), que ensinou sobre árvores. Obs: A H. (10 anos) ficou de longe observando, depois de um tempinho ela se juntou a brincadeira, ainda da mesma forma que antes (gritando com os alunos), mas dessa vez o foco não era dela, mas de todas as crianças que participaram, tínhamos diretora Y. (9 anos) pra organizar os professores que dariam a aula seguinte (Diário de campo, 10/09/2016).

Podemos perceber, a partir do excerto deste relato que é necessário criar relação com os pequenos a fim de realizar os acordos entre uma brincadeira e outra. Esta relação, em nosso caso, é a de vínculo que o Educador Social estabelece permitindo abertura no diálogo e compreensão por parte tanto dos educadores quanto das crianças e adolescentes, aprendemos que é necessário haver uma escuta e uma

consciência desta escuta para aprender a lidar com os conflitos, e segundo Mager.

A conscientização é construída com o exercício constante do respeito aos outros e a si mesmo; da possibilidade de discutir uma regra e mudá-la, da participação com a opinião e a interferência efetiva da realidade; da dinâmica da comunicação e do exercício da organização em grupo. Condição necessária para a organização política (*et. al.*, 2011, p. 68).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência dentro do projeto e utilizada para a produção dos dados, apresenta uma preocupação para com as educadoras, educadores e crianças partindo de uma visão social que busca potencializar e dar autonomia aos sujeitos e que demanda sensibilidade, responsabilidade e formações tanto por meio de experiências práticas quanto por intermédio de estudos teóricos (MAGER *et. al.* 2011). Deste modo, acreditamos que a pesquisa proposta pode interferir e agregar experiências tanto científicas como também sociais e pessoais às educadoras e educadores do projeto.

REFERÊNCIAS:

CORSARO, W. *A acção colectiva e agência nas culturas de pares infantil*. Mimeo.

DELGADO, A.C.C.; MÜLLER, F. Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmiento. *Currículo sem Fronteiras*, vol.6, n.1, p. 15 – 24, jan/jun 2006.

MÜLLER, Verônica. *Reflexões de quem navega na educação social: uma viagem com crianças e adolescentes*. Maringá, Ed. Clichetec, 2002.

MAGER, Miryam; et al. *Práticas com crianças, adolescentes e jovens: pensamentos decantados*. Maringá: Eduem, 2011.

Sessão 1 – Texto 018

Projeto de Enfrentamento ao Trabalho Infantil

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

**Telma M. Gomes¹, Gláucia V. P. de Brida², Pedro H. G. Ribeiro³, Bruna A. Stoel⁴,
Carolina de A. Guarnieri⁵, Denisse B. López⁶, Flávia C. Pacheco⁷, Vinicius S. M.
Gomes⁸**

¹Mestre em Serviço Social – PEC/UEM, contato: tmgomes@uem.com.br

²Profª Drª do Dpto. De Psicologia – DPI/UEM, contato: glauciabrida@gmail.com ³Assistente Social – USF/UEM, contato: pedro_girotto@hotmail.com

⁴Assistente Social Residente – UEM, contato: brunastoel@hotmail.com

⁵Graduanda em Ciências Sociais, bolsista USF/UEM, contato: carolinaaguarnieri@gmail.com

⁶Graduanda em Psicologia, bolsista USF/UEM, contato: Brust.Brust@hotmail.com ⁷Graduanda em Psicologia, bolsista USF/UEM, contato: flavia_cunha_pacheco@hotmail.com

⁸Graduando em Direito, bolsista USF/UEM, contato: shin_smg@hotmail.com

Resumo. *O presente artigo tem por objetivo apresentar o Projeto de extensão Enfrentamento ao trabalho infantil: diagnóstico, fortalecimento e potencialização das ações estratégicas do PETI, referente ao Programa Universidade Sem Fronteiras (USF), vinculado a Universidade Estadual de Maringá (UEM). Estruturado a luz do redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) – que por sua vez, está alocado na Política de Assistência Social – o projeto tem por objetivo fortalecer a prevenção e acelerar a erradicação do trabalho infantil dos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu.*

Palavras-chave: Trabalho Infantil – Assistência Social – Criança Adolescente

A Universidade na luta pela erradicação do trabalho infantil: projeto “Enfrentamento ao trabalho infantil: diagnóstico, fortalecimento e potencialização das ações estratégicas do PETI”

O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI teve início em 1996 com o Governo Federal, e o apoio da Organização Internacional do Trabalho (OIT), para o enfrentamento do trabalho de crianças em carvoarias na região de Três Lagoas (MS), se estendendo posteriormente para os estados de Pernambuco, Bahia, Sergipe e Rondônia. Em 2005 ocorreu a integração do PETI com o SUAS e o Programa Bolsa Família (PBF), aprimorando e potencializando suas ações de caráter permanente por todo território Brasileiro. No ano de 2011 o PETI foi introduzido na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), conforme o disposto no Art. 24-C da Lei 12.435, de 06 de julho de 2011, passando legalmente a integrar o SUAS (BRASIL, 2014). Já em 2014, considerando as novas configurações do trabalho infantil no Brasil, ocorre a pactuação do redesenho do PETI, estando este período marcado por grandes avanços da cobertura de serviços e da qualificação da rede de proteção do SUAS, em consonância com o Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador. Este redesenho se fez necessário devido a novas demandas de trabalho infantil no Brasil, também em consonância com o fortalecimento do Programa e os avanços da rede de proteção social do SUAS. Essa rede tem o objetivo de potencializar os serviços socioassistenciais já existentes e criar uma agenda intersetorial,

isto é, a articulação com outras políticas públicas.

Nesse contexto, o projeto de extensão denominado “Enfrentamento ao trabalho infantil: diagnóstico, fortalecimento e potencialização das ações estratégicas do PETI”, da Universidade Estadual de Maringá (UEM), é financiado pelo programa Universidade sem fronteiras, e tem como objetivo principal fortalecer a prevenção e acelerar a erradicação do trabalho infantil nos municípios de Maringá, Sarandi e Paiçandu. Para tanto, os objetivos específicos do projeto visam apoiar e qualificar as gestões municipais da política de assistência social para a construção das ações estratégicas do PETI e agenda intersetorial de acordo com as orientações do MDS e da Secretaria da Família e Desenvolvimento Social; contribuir para a identificação do trabalho infantil e a importância do registro e informações do CadÚnico para o planejamento das ações estratégicas; Realizar levantamento e orientação sobre ações de prevenção da rede socioassistencial, da educação e saúde sobre o trabalho infantil; orientar os profissionais da rede socioassistencial sobre o atendimento das crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias; articular e apoiar as iniciativas de ampliação e fortalecimento dos programas de Aprendizagem Profissional e contribuir para garantir que crianças e adolescentes retardem sua entrada no mundo do trabalho, assegurando os seus direitos de usufruir da infância, como brincar e avançar em sua formação escolar na idade certa.

O público alvo do projeto são as crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, estendido às famílias assistidas pela rede socioassistencial e da educação, bem como aos gestores e trabalhadores das políticas de assistência social da educação e da saúde. O projeto propõe o desenvolvimento de uma metodologia contendo informação e mobilização, promovendo a intersetorialidade, juntamente com estudos e diagnósticos dos municípios, promovendo campanhas e eventos para a promoção e divulgação do projeto e das ações.

O projeto, entendendo a complexidade e multidimensionalidade do fenômeno do trabalho infantil, conta com uma dinâmica interdisciplinar, com bolsistas dos cursos de direito, ciências sociais, psicologia e serviço social, ainda conta com duas coordenadoras, uma assistente social e uma psicóloga. No início foi desenvolvida uma formação para os bolsistas recém formados e graduandos, a fim de aprofundar os conhecimentos específicos sobre a Política da Assistência Social, e mais especificamente em relação ao PETI e seu redesenho.

É necessário que as práticas do PETI estejam articuladas com representantes das políticas de educação, saúde, trabalho, agricultura, esporte, lazer, trabalhando de forma conjunta com os conselhos de direitos, entidades e todas as demais instituições que possuam alguma ligação com o trabalho infantil. É importante ressaltar que o Programa, de certa forma, provoca a intersetorialidade entre os serviços, pois as ações estratégicas do Programa dizem respeito não somente à política de assistência social, mas contam também com a parceria de outras políticas para sua execução. As ações do PETI são desenvolvidas a partir de 5 eixos, sendo eles: informação e mobilização; identificação; proteção social; apoio e acompanhamento e por fim, monitoramento. O primeiro eixo trata sobre informação e mobilização, nesse sentido, deve haver mobilização dos diversos segmentos sociais que estão, de alguma forma, envolvidos com esta temática. Para que haja a erradicação do trabalho infantil, é necessário, primeiramente, que as equipes estejam munidas com o diagnóstico do território onde a criança ou adolescente

está inserido. Dessa forma, nota-se o quanto é importante que estes dados sejam fornecidos por toda a rede de atendimento.

Foi nessa perspectiva que, após esse período inicial, a primeira ação do projeto foi organizar reuniões com a coordenação dos equipamentos da rede socioassistencial dos municípios de Sarandi Maringá e Paçandu, onde houve discussões sobre os problemas locais, por meio dos diagnósticos da própria assistência. A partir dessas reflexões, foram promovidas conjuntamente ações estratégicas de intersetorialidade entre os serviços e as políticas, propondo uma aproximação com as políticas da saúde, da educação e as secretárias de esporte e cultura. Também aconteceram visitas técnicas aos municípios, para um acompanhamento de dados e uma melhor análise dos equipamentos e serviços da assistência social. Assim, uma das próximas ações do projeto diz respeito a desempenhar o papel de articulador entre a assistência social básica e as outras políticas para a promoção de diálogo e de um planejamento intersetorial das intervenções no campo da erradicação do trabalho infantil.

Após esse contato com as diferentes realidades dos territórios e as especificidades de cada município, foi construída, de forma conjunta com os municípios, uma primeira proposta de intervenção: a realização de oficinas sobre infância e trabalho com as famílias atendidas pelo PAIF, SCFV e outros serviços da assistência social básica. As oficinas, que tiveram como objetivo a sensibilização da população sobre a questão do trabalho infantil, foram divididas em dois encontros, acontecendo em um total de seis CRAS nos três municípios. Para tal, o assunto do trabalho infantil foi abordando a partir das vivências de cada família, de forma a possibilitar uma reflexão a respeito da concepção de infância num primeiro encontro, e, num segundo momento, buscando problematizar as diversas questões culturais a respeito do trabalho nessa faixa etária que ainda permeiam nossa sociedade e que acabam contribuindo com a manutenção de um elevado percentual de crianças em situação de trabalho infantil.

A ideia de trabalhar com famílias partiu do reconhecimento do trabalho social com famílias como uma poderosa ferramenta de prevenção e proteção, capaz de "contribuir para a convivência, reconhecimento de direitos e possibilidades de intervenção na vida social de um conjunto de pessoas, unidas por laços consanguíneos, afetivos e/ou de solidariedade (BRASIL, 2012 ,p.12)", entendendo assim a família e seus membros como sujeitos de direito e protagonistas de uma história que pode ser por eles repensada, resignificada e transformada. Assim, as oficinas com famílias são apontadas pelo MDS como uma das ações que consolidam e materializam os objetivos do PAIF. Nessa perspectiva, a intervenção mostrou-se coerente tanto com os pressupostos da Política da Assistência Social, quanto com os objetivos mais específicos do projeto, buscando articular, em todo momento, as dimensões sociais, individuais, históricas e culturais que constituem toda e qualquer situação de risco e vulnerabilidade.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que se entende como prioridade conscientizar e instrumentalizar a população sobre as questões sociais que incidem em suas vidas e territórios, faz-se necessário capacitar e apoiar de forma continuada as equipes que lidam diariamente com esse tipo de situação. Dessa forma, as próximas atividades a serem desenvolvidas pelo projeto contemplam, entre outras ações, apoio e consultoria teórica, técnica e metodológica aos gestores dos equipamentos e serviços da

assistência social dos municípios nos quais o projeto atua, capacitações das equipes envolvendo trabalho social com famílias, debates com as equipes sobre os temas de exploração sexual infantil e aliciamento da infância e da juventude no tráfico de drogas e produção de material de divulgação e sensibilização pela equipe do projeto.

O projeto tem duração de um ano, tendo iniciado as atividades em abril do ano de 2017. Objetiva ainda impulsionar na agenda pública a prioridade na prevenção, defesa e atendimento de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil e suas famílias.

Considerando o histórico da luta pela erradicação do trabalho infantil no contexto mais amplo da Política de Assistência Social no território brasileiro, é possível observar que os objetivos gerais e específicos do projeto, assim como suas primeiras ações desenvolvidas nos municípios de sua abrangência, vão ao encontro das demandas identificadas no território, ao mesmo tempo em que estão em consonância com os pressupostos éticos, teóricos, metodológicos e políticos que pautam a luta em prol da garantia e efetivação dos direitos sociais. Assim, as intervenções realizadas pela equipe permitem salientar a importância da capacitação continuada dos profissionais, como também a articulação em rede das diversas políticas públicas para proteção em integral de crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, realizando concomitantemente a prevenção dessa violação de direitos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Perguntas e Respostas: O redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil*. 2^a Versão. 2014. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/cartilha_perguntas_respostas_redesenho_peti_2014.pdf>. Acesso em: 12 julho 2017.

Brasil (2014), “Perguntas e Respostas”: O Redesenho do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, 2^a versão, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF*. Brasília: MDS, 2012.

Sessão 1 – Texto 135

DA APLICABILIDADE DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL PARA ALTERAÇÃO DA CONDIÇÃO DAS MEDIDAS ALTERNATIVAS Á PRISÃO

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Marcos Leandro Klipan¹, Ana Júlia de Barros Ribeiro², Daniela Dias Ghiraldi³, Eduardo Filipe Gonçalves⁴, Isabela Serrano Silvério⁵, Simone Yuriko Tanaka⁶

¹Prof. Depto de Psicologia – DPI/UEM, contato: mklipan@uem.br

²Aluna do curso de Direito, não bolsista, contato: anajuliadebarros@hotmail.com ³Advogada do Patronato, bolsista SETI/PR, contato: danighiraldi@hotmail.com

⁴Aluno do curso de Direito, bolsista SESP/PR, contato: eduardofilipegon@gmail.com

⁵Aluna do curso de Direito, não bolsista, contato: isabela@silverio.net.br

⁶Advogada do Patronato, bolsista SETI/PR, contato: simoneyuriko@gmail.com

Resumo. *Este resumo tem como objetivo descrever brevemente o Programa Patronato, Projeto de Extensão responsável por fiscalizar as medidas alternativas à prisão, assim como prestar assistência ao reeducando. Para este trabalho, buscou-se trazer os princípios do Direito Penal, os quais são norteadores desse ramo das ciências criminais, mas que, embora seguidos pelo Programa, tem encontrado vários entraves quando se verifica na prática, no caso, quando existe a necessidade de substituir a condição prestação de serviço à comunidade por outra medida, em sede de execução da pena. O Patronato tem suas bases firmadas na dignidade humana e busca fazer um trabalho de diálogo, acompanhamento e reintegração do reeducando à sociedade.*

Palavras-chave: *Patronato – medidas alternativas – mudança de condição*

1. DO PROGRAMA PATRONATO

O Programa Patronato de Maringá é um Projeto de Extensão por intermédio do Termo de Cooperação Técnico-Financeiro entre a Secretaria de Ciência Tecnologia e Ensino Superior (SETI), Secretaria de Segurança Pública (SESP) e a Universidade Estadual de Maringá (UEM). É composto por uma equipe multidisciplinar que integra as áreas de Administração, Direito, Pedagogia, Psicologia e Serviço Social. Tal projeto representa o compromisso entre o sistema penitenciário e a universidade, uma vez que tem a finalidade de prestar assistência ao reeducando que cumpre medida alternativa ou pena em meio aberto.

Consoante a esse pensamento, vale citar que o projeto orienta e fiscaliza o seu público, sendo este oriundo da Justiça Estadual e Federal. Tais pessoas foram submetidas a penas e medidas alternativas, as quais englobam a prestação de serviço à comunidade, participação em grupos educativos, acompanhamento psicossocial, como as demais condições descritas no artigo 43 do Código Penal. Sendo assim, note-se que o Programa Patronato tem suas bases firmadas na dignidade da pessoa humana e, por esse motivo, busca fazer um trabalho de acompanhamento e reintegração do assistido à sociedade, amparando nas questões sociais e nas necessidades básicas.

2. DOS PRINCÍPIOS DO DIREITO PENAL

Os princípios do Direito Penal fundamentam a operacionalização do ordenamento jurídico, tendo importância por dar coesão internamente, impondo limites ao poder e promovendo garantias perante a sociedade, perpetuando os direitos humanos.

Como ponto inicial, o princípio norteador do direito é o da dignidade da pessoa humana. Segundo o doutrinador Ingo Sarlet, entende-se por dignidade humana, os direitos e deveres fundamentais que asseguram ao indivíduo contra qualquer ato degradante ou desumano, assim como asseguram condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de promover participação ativa e corresponsável nos destinos da vida em harmonia com os demais seres humanos, podendo conferir a “condições existenciais mínimas” características específicas como idade, sexo, condições de saúde, e carga horária de trabalho.

O princípio da humanidade das penas traz um novo adendo ao propósito da dignidade, reafirmando a primazia do indivíduo, fixando que as penas não poderiam ultrajar a dignidade humana, convencionando também os ideais do Estado Democrático Brasileiro. Outro princípio é o da pessoalidade da pena, o qual estabelece que a pena cabe tão somente ao condenado, sendo então intransferível em todos os seus aspectos.

O último Princípio prevê a individualização da pena, como enunciado na Constituição Federal, artigo 5, inciso XLVI: “A lei regulará a individualização da pena e adotará, entre outras, as seguintes: a) Privação ou restrição da liberdade; b) Perda de bens; c) Multa; d) Prestação social alternativa; e) suspensão ou interdição de direitos”. Deverá ter aplicação nas normas, às sentenças e na execução das penas.

3. DO CONFLITO: FALTA DE PREVISÃO LEGAL

Na rotina do Programa, vários reeducando possuem a condição de prestação de serviço à comunidade proveniente de suas penas ou medidas alternativas. Não são raros os casos em que aqueles que foram submetidos a tal condição, não conseguem adequar seus horários (de trabalho e estudo) para que a medida possa ser de fato cumprida, ou ainda não tem condições físicas para cumprir a pena conforme determinado em sentença, seja pela idade avançada, seja por problemas de saúde. Assim, por diversas vezes a equipe do Programa é questionada acerca da possibilidade de tais condições serem substituídas, por penas de caráter pecuniário, por exemplo.

A resposta, todavia, acaba variando de caso a caso, em respeito ao princípio da individualização da pena. Ocorre, entretanto, que pela experiência obtida nos diversos casos atendidos pelo Programa, foi possível observar que as circunstâncias em que tal substituição foi de fato possível não passaram de raras exceções.

Isto ocorre em razão do entendimento de que o Juízo da execução não tem competência para substituir a pena aplicada na sentença condenatória, uma vez que, segundo tal interpretação, o juiz da execução somente tem poder para ajustar a pena restritiva de direitos imposta e não de modificar uma decisão já transitada em julgado.

A problemática de tal situação se dá em razão das particularidades de cada caso concreto. Diversos são os casos em que os horários das instituições que recebem a prestação de serviço colidem com a jornada de trabalho e estudos dos assistidos, o que acaba gerando situações bastante complexas para a equipe do Patronato, uma vez que é insuficiente o número de entidades que se propõem a receber o público atendido pelo Programa.

Além disso, existem casos em que a substituição da pena é pleiteada por indivíduos que não possuem condições físicas ou até mesmo psicológicas para seguir adiante com o que fora instituído anteriormente, como é caso de idosos ou pessoas com distúrbios mentais, por exemplo. Assim sendo, é indispensável que em tais casos haja uma análise mais detalhada do indivíduo em si e de suas peculiaridades, respeitando assim o princípio da dignidade da pessoa humana, e conseqüentemente os princípios da humanidade da pena e da pessoalidade da pena, resguardados pela Constituição Federal.

Outrossim, do mesmo modo que a lei não permite ao juiz da execução interferir na substituição da pena aplicada pelo Juízo de conhecimento, ela também não o proíbe de assim suceder, de forma que parece bastante sensato interpretar o artigo 148 da Lei de Execução Penal no sentido de aplicar àquilo que for mais benéfico ao réu e ao próprio instituto da pena, garantindo, assim, o aspecto retributivo da sanção aplicada, sem deixar de dar a devida atenção às condições especiais que incidem na particularidade de cada caso.

4. DO POSICIONAMENTO DA EQUIPE JURÍDICA DO PATRONATO

Não se deve olvidar que inexistente previsão de que tais substituições estão proibidas. Tendo o Poder Judiciário em geral, incluindo o juiz da execução, a função de interpretar e aplicar a lei, racionalmente e razoavelmente, incluindo o poder de restabelecer direitos contestados ou violados. Existe, portanto, uma autonomia dada a este juiz que pode se encontrar mais próximo do caso da realidade das condições e necessidade do assistido em seu cumprimento de pena, sendo esta passível de mudanças ao longo de seu tempo de cumprimento de sentença, mesmo quando já proferida pelo magistrado da ação penal. E para necessidades como esta, é que a existência de um juiz de execução ganha sentido.

Existe a previsão no Código Penal, artigo 46, que diz que a prestação de serviços à comunidade deve ser “*fixada de modo a não prejudicar a jornada normal de trabalho*”. E em casos aqui pertinentes, que o Programa Patronato deve resolver eventuais dificuldades nos horários de prestação, já que a equipe técnica avalia a situação pessoal do condenado e encaminha ao cumprimento da pena de forma conivente a suas necessidades.

O Programa Patronato atua em sintonia aos direitos fundamentais basilares do Estado Democrático de Direito, como o princípio da dignidade humana, que engloba a maioria, se não todos, os direitos primários de cada indivíduo, sendo que nesse projeto de extensão colocamos em prática esse princípio, quando não emitimos juízos de valor pela condição que os assistidos se encontram, vez que o julgamento já foi feito pela autoridade competente, assim como prestamos assistência no sentido de assegurar direitos básicos de cada pessoa, com saúde, educação, trabalho, além de tudo que estiver ao nosso alcance.

Entendemos que embora não haja previsão legal para substituição da medida a ser cumprida pelo assistido, normalmente a prestação de serviço à comunidade, em sede de execução da pena, princípios como o da humanidade das penas e a individualização da pena deveriam ser suficientemente fortes para autorizar a modificação dessa pena restritiva de direitos por outras, como a prestação pecuniária ou limitação de final de semana, por exemplo.

Não raras vezes, verificamos que o reeducando luta para garantir sua subsistência, diante dos preconceitos da sociedade contra pessoas com antecedentes criminais ou em cumprimento de pena, com trabalhos informais e extensa jornada de trabalho, ou então

retornando aos estudos, para garantir um futuro melhor. Isso se torna um impeditivo para o cumprimento da pena de prestação de serviço à comunidade, que normalmente se dá no mesmo horário do trabalho ou estudo, verificando-se o conflito entre o direito à subsistência digna e a execução da pena, responsabilização do indivíduo pela transgressão da lei.

Mais do que isso, há casos em que o assistido tem condições físicas reduzidas, quadro médico que o impedem de ser encaminhado para cumprimento de prestação de serviço à comunidade para exercer funções que sejam compatíveis com suas peculiaridades. Ou então pessoa de idade avançada, com mobilidade reduzida, não havendo instituições conveniadas com o Patronato que tenha atividades condizentes com as restrições dos assistidos.

Desta forma, é entendimento deste Patronato que diante dos princípios constitucionais que são corolários do Estado Democrático de Direito Brasileiro devam prevalecer a suposta falta de previsão legal dos que entendem que não cabe a substituição da pena restritiva de direitos de prestação de serviço à comunidade por outra que seja mais adequada pelo juízo da execução da pena, quando as características do indivíduo o impossibilitem de cumprir estritamente como determinadas pelo magistrado da ação penal. Estabelecendo um diálogo entre a execução da pena e a dignidade humana do reeducando, demonstrando, assim, ética e respeito com o seu desenvolvimento social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. Decreto-lei n o 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

BRASIL. Lei n o 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7210compilado.htm>. Acesso em: 05 set. 2017.

Departamento de Execução Penal, Patronato Penitenciário do Paraná – PCTA. Disponível em: <<http://www.depen.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=38>> ;>. Acesso em: 04 set. 2017.

SARLET, Ingo Wolfgang. *Dignidade da pessoa humana e os direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988*. 9 ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2012.

Sessão 5 – Texto 010

Hemoglobinopatias: Diagnóstico e orientação genética

Área Temática: Saúde

Danielle M. Shiba¹, Maria de F. A. T. E. de Araújo², Juliana C. Martinichen-Herrero³, Tatiana T. Higa⁴, Eliana V. Patussi³, Eliana L. T. Shimauti^{3,5}

¹Aluna do curso de Farmácia, bolsista EXTENSÃO/UEM, contato: d.mayum1@hotmail.com

²Bioquímica Depto Análises Clínicas e Biomedicina-DAB/UEM, contato: mfatearaujo@uem.br

³Prof.^a Depto Análises Clínicas e Biomedicina-DAB/UEM, contato: eltshimauti@uem.br; jcurim@hotmail.com; evpatussi@gmail.com

⁴Prof.^a Depto Medicina – DMD/UEM, contato: tthiga2@uem.br

⁵Profa Coordenadora/orientadora – DAB/UEM, contato: eltshimauti@uem.br

Resumo. *As hemoglobinopatias, doenças monogênicas frequentes na população brasileira, são classificadas em Hb variantes e talassemias. Essas anormalidades genéticas apresentam grande heterogeneidade fenotípica, varia de assintomático a letal. O objetivo deste foi diagnosticar as hemoglobinopatias e conscientizar a importância do planejamento familiar na medida preventiva das anemias hereditárias bem como informar sobre a doença. Do total de 138 indivíduos avaliados, 49 (35,5%) apresentaram Hb anormais. A maioria dos indivíduos atendidos desconheciam a sua condição genética e todos que receberam orientação genética e educacional informaram que as instruções serão consideradas para a decisão sobre o planejamento familiar de maneira consciente e informativa, e que contribuiu para esclarecer equívocos na interpretação dessa anormalidade hereditária.*

Palavras-chave: *Talassemias – Hemoglobinas variantes – Orientação educacional*

INTRODUÇÃO

As hemoglobinopatias são anormalidades hereditárias causadas pelas mutações nos genes que codificam as cadeias globínicas da molécula de hemoglobina (Hb), ocasionando alterações estruturais ou deficiência na sua síntese. As hemoglobinopatias estruturais resultam da substituição de um aminoácido por outro nas cadeias globínicas alfa ou beta, conhecidas como Hb variantes. Aquelas resultantes da deficiência de síntese, caracterizam-se pela redução parcial ou total de uma ou mais cadeias do tetrâmetro de Hb, determinando as talassemias. As variantes estruturais mais prevalentes no nosso meio são as Hb S e Hb C, ambas originadas, sobretudo, no continente Africano. A forma homocigota de Hb S (SS) é conhecida como anemia falciforme, a heterocigota (AS) como traço falciforme; a homocigota de Hb C (CC) como doença de Hb C, e heterocigose de Hb C é representada como AC (DOMINGOS; SHIMAUTI; SILVA, 2016). As talassemias mais frequentes são as alfa (α) e beta (β), esta última prevalente entre os povos dos países da região mediterrânea. A talassemia beta é classificada clinicamente como maior (homocigota), intermediária (heterocigose para genes de menor gravidade ou interação com Hb variantes) e menor (heterocigota). A talassemia alfa é classificada como portador silencioso, traço talassêmico, doença de Hb H e hidropsia fetal. Estas hemoglobinopatias são descritas em várias combinações

gênicas, com grande heterogeneidade clínica, que variam de quase imperceptíveis a letais (DOMINGOS; SHIMAUTI; SILVA, 2016).

Estima-se que 7% da população mundial possuem genes para alguma forma de hemoglobinopatia (ROBERTS; MONTALEMBERT, 2007). No Brasil, cerca de 25 a 30 mil indivíduos portam anemia falciforme (CANÇADO; JESUS, 2007), e a frequência de Hb AS varia de 1,5% a 10%. No Paraná, a prevalência de anemia falciforme é de 2,2:100.000 nascidos vivos, com maior número de casos na 2ª Regional de Saúde – Metropolitana e na 15ª Regional – Maringá (WATANABE *et al.*, 2008). A prevalência de heterozigotos AC varia entre 1-3%. Já a talassemia beta menor (AT) perfazem cerca de 1-6% dos euro-descendentes do Sul e do Sudeste do país (RAMALHO; MAGNA.; PAIVA e SILVA, 2003). A distribuição dos genes das talassemias e Hb S, apresentam variações regionais devido às diferenças nas composições étnicas e intensa miscigenação que caracteriza a população brasileira.

A elevada prevalência e alto índice de morbimortalidade de hemoglobinopatias evidencia a necessidade de ações educativas e preventivas por meio de diagnóstico, informações e comunicação.

O objetivo deste estudo foi detectar as pessoas com hemoglobinopatias e oferecer a orientação genética-educacional visando conscientizar a importância do planejamento familiar na medida preventiva das anemias hereditárias, bem como informar sobre adoença.

CASUÍSTICA MÉTODO

Foram atendidos 138 indivíduos com suspeita de hemoglobinopatias, no período de janeiro a julho de 2017, no Laboratório de Ensino e Pesquisa em Análises Clínicas do Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina da Universidade Estadual de Maringá-PR, provenientes do município de Maringá e região. O diagnóstico laboratorial foi realizado, a partir da amostra sanguínea colhida em anticoagulante EDTA-K3. Os parâmetros hematológicos foram obtidos pelo analisador hematológico, BC-300 PLUS – Mindray. O perfil hemoglobínico foi caracterizado por meio de eletroforese de Hb pH 8,4 (MARENGO-ROWE, 1965) associado a eletroforese em pH 6,8 (BONINI-DOMINGOS, 2006). Todos com o diagnóstico de hemoglobinopatias foram convidados a realizarem estudo familiar. A orientação genética e ação educativa foram fornecidas aos indivíduos interessados, utilizando-se de uma cartilha explicativa como instrumento pedagógico. Foram entregues as carteiras de identificação de hemoglobinopatias para os pacientes e familiares diagnosticados como portadores de genes para hemoglobinas anormais. A orientação genética e ação educativa consistiram em esclarecer as dúvidas sobre os seguintes aspectos: função de Hb; definição de anemia; o que é hemoglobinopatia; o que são anemias hereditárias e forma de transmissão; formas heterozigotas (assintomáticas) e homozigotas (sintomáticas); como identificar; como cuidar; como diagnosticar; onde buscar o atendimento.

RESULTADO

Do total de 138 indivíduos com suspeita de hemoglobinopatias, 49 (35,5%) apresentaram Hb anormais. Destes, 12 (22,4%) eram sintomáticos, e 37 (75,5%) heterozigotos assintomáticos/oligosintomáticos (Tabela 1). Entre total de amostras analisadas, 02 casos

corresponderam às crianças menores de 5 meses de vida, necessitando de confirmação diagnóstica após seis meses de vida, período em que ocorre a estabilização de cadeias globínicas, permitindo assim a detecção precisa de hemoglobinas anormais. Não foram observadas talassemia alfa na população analisada. A faixa etária dos indivíduos atendidos com suspeita de hemoglobinopatias variou de 44 dias a 86 anos, dos quais 78 (56,5%) eram gênero feminino e 60 (43,5%) masculino.

Entre os indivíduos com diagnóstico de hemoglobinopatias assintomáticos/oligossintomáticos, 16 (43,2%) manifestaram interesse em receber orientação genética e educacional individualizada. Quando questionados se já ouviram falar de hemoglobinopatias, 10 (62,5%) responderam que nunca tinham ouvido falar, outros 6 (37,5%) apresentavam conceitos equivocados, embora já tivessem ouvido falar. Todos os indivíduos que receberam referidas orientações informaram que a condição genética será considerada para a decisão sobre o planejamento familiar de maneira consciente. Verificou-se também que entre os indivíduos heterozigotos, 10 (26,3%) eram de gênero feminino na faixa etária reprodutiva (12 a 44 anos), indicando assim potencial para gerar a doença.

Tabela 1. Distribuição da prevalência de heterozigotos, homozigotos e heterozigose em interação detectados entre os indivíduos com hemoglobinopatias (n=49)

Hemoglobinopatias	Perfil hemoglobínico	n	%
Talassemia β heterozigota (Assintomáticos/oligossintomáticos)	AA α	19	38,8
Hb variantes em heterozigose Assintomáticos	AS, AC, AD	18	36,7
Doença Falciforme (Sintomáticos)	S β ⁰ e S β Talassemias, SC, SS	12	24,5

[β ⁰ ausência da cadeia β]; [β ⁺ redução parcial da cadeia β]

DISCUSSÃO

Este estudo demonstrou que entre as hemoglobinopatias, a mais prevalente foi a AT, seguida de AS, AC e AD, o que corrobora os dados do SEIXAS *et al* (2008). A elevada frequência de AT comparada às outras hemoglobinopatias pode ser justificada pela origem étnica regional, composta na sua maioria pelos eurodescendentes, principalmente da região mediterrânea, seguida de AS, que caracteriza a contribuição dos afrodescendentes (PROBST *et al.*, 2000). Em consonância com a literatura, maioria dos heterozigotos assintomáticos (AS, AC) ou oligossintomáticos (AT) desconhecia que era portador dessas mutações gênicas (CANÇADO; JESUS, 2007). Do casamento entre esses heterozigotos há 25% de probabilidade de gerar pessoas com seis tipos de anemias hemolíticas crônicas graves. Desse modo, a detecção da Hb anormal, possibilita as medidas preventivas, bem como tratamentos das complicações agudas e crônicas, aumentando assim a sobrevivência dos portadores de formas graves de hemoglobinopatias (RAMALHO; MAGNA; PAIVA e SILVA, 2003).

As hemoglobinopatias devem contar com a infra-estrutura necessária não apenas para confirmar o diagnóstico laboratorial, mas também para fornecer as informações sobre o caráter benigno das formas heterozigotas, aconselhamento genético para os portadores e familiares, bem como tratamento completo para os pacientes.

O aconselhamento/orientação genética é utilizado para informar sobre o risco de ocorrência da desordem genética de uma família; de auxiliar os pacientes e familiares a

interpretar os resultados de exames laboratoriais, prevenção, diagnóstico, tratamento disponível e esclarecimentos quanto às possíveis complicações clínicas (RESTA *et al.*, 2006). Desse modo, desempenha um papel fundamental na promoção de saúde pública e direitos humanos (RAMALHO; MAGNA, 2007).

CONCLUSÃO

Este estudo enfatiza a importância de diagnóstico, aconselhamento/orientação genético-educacional dos portadores de formas heterozigotas e homozigotas de hemoglobinopatias como ferramentas para melhorar a qualidade de vida, promover o tratamento adequado, além de contribuir para a decisão sobre o planejamento familiar de maneira consciente e informativa e atenuar a aflição dos afetados e de seus familiares.

REFERÊNCIAS

CANÇADO, R. D.; JESUS, J. A. *A doença falciforme no Brasil*. Rev Bras Hematol Hemoter, Santos, v. 29, n. 3, p. 203-206, 2007.

BONINI-DOMINGOS, C. R. *Metodologias laboratoriais para o diagnóstico de hemoglobinopatias e talassemias*. São José do Rio Preto: Ed. HN, 2006.

DOMINGOS, C.R.B.; SHIMAUTI, E.L.T.; SILVA, D.B. *Talassemia beta da síntese de hemoglobina ao diagnóstico clínico e molecular*. In: Ministério da Saúde. Orientações para o diagnóstico e tratamento das talassemias beta. 1.ed. Brasília-DF: Ed. MS, 2016. ISBN 978-85-334-2358-9, p. 11-25.

MARENGO-ROWE, A. J. *Rapid electrophoresis and quantitation of hemoglobin on cellulose acetate*. J. Clin. Pathol., London, v.18, n. 6, p. 790-792, 1965.

PROBST, C.M. et al. *HLA Polymorphism and Evaluation of European, African, and Ameridian Contribution to the White and Mulato Populations from Paraná, Brazil*. Human Biology. v.72, n.4, p. 597-617, 2000.

RAMALHO, A.S.; MAGNA, L.A.; PAIVA E SILVA, R.B. *A Portaria no 822/01 do Ministério da Saúde e as peculiaridades das hemoglobinopatias em saúde pública no Brasil*. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, v.19, n.4, p.1195-1199, 2003.

RAMALHO, A.S; MAGNA, L.A. *Aconselhamento genético do paciente com doença falciforme*. Ver. Bras. Hematol. Hemoter., v.29, n.3, p. 229-32, 2007.

RESTA, R., et al. *A new definition of genetic counseling: National Society of Genetic Counselors' Task Force Report*. J Genet Couns. v.15, n.2, p. 77-83, 2006.

ROBERTS, I., MONTALEMBERT, M. *Sickle cell disease as a paradigm of immigration hematology: new challenges for hematologists in Europe*. Haematologica v.92, n.7, p.865-871, 2007.

SEIXAS, F.A.V. et al. *Incidence of hemoglobinopathies in Northwest Paraná, Brazil*. Rev. Bras. Hematol. Hemoter. v.30, n. 4, p. 287-291, 2008.

WATANABE, A.M. et al. *Prevalência da hemoglobina S no Estado do Paraná, Brasil, obtida pela triagem neonatal*. Cad. Saúde Publica. v.24, n.4, 2008.

Sessão 5 – Texto 019

Análise do conhecimento dos visitantes de uma exposição científica sobre coluna vertebral normal e patológica

Área Temática: Saúde

Lilian Catarim Fabiano¹, Mário Sérgio Lopes², Diogo Rodrigues Jimenes³, André Luis Schmidt da Silva⁴, Fernando Colabone Justen⁵, Rafael Lóde Cortez⁶, Carmem Patrícia Barbosa⁷

¹Fisioterapeuta, Especialista em Fisioterapia do Trabalho e Ergonomia e Pós graduanda em Anatomia e Histologia Humana da Universidade Estadual de Maringá (UEM); lcatarim@hotmail.com

²Fisioterapeuta e Mestre em Educação Física (UNIPAR/UFPR); professormariosergio@hotmail.com

³Bacharel em Educação Física, especialista em Treinamento Desportivo e em Anatomia e Histologia Humana da UEM; diogojimenes@gmail.com

⁴Biólogo e mestrando em Biociências e Fisiopatologia da UEM; schsilva@hotmail.com

⁵Acadêmico do curso de Educação Física da UEM; fcolabone@gmail.com

⁶Acadêmico do curso de Educação Física da UEM; ra103315@uem.br

⁷Professora Doutora em Anatomia Humana do Departamento de Ciências Morfológica (DCM) da UEM; carmemmec1@gmail.com

Resumo. *A dor relacionada à coluna vertebral tem afetado grande parte da população, sendo uma preocupação à saúde pública. Frente a esta problemática, este estudo conta com uma exposição científica no Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) com a temática “Coluna vertebral”, onde os visitantes que concordarem em participar voluntariamente do estudo, preencherão após a visita, um questionário sobre anatomia e fisiologia da coluna normal, suas alterações, incapacitações, formas de tratamento e prevenção. Sendo a educação uma ferramenta de prevenção, serão apresentadas informações sobre hábitos benéficos e maléficos relacionados à da coluna vertebral.*

Palavras-chave: *Alteração postural 1 – Doenças da coluna 2 – Divulgação científica*

1. INTRODUÇÃO

A coluna vertebral pode sofrer alterações no decorrer da vida e este fato tem sido observado há muitos anos. O pior é que a incidência de pessoas com desvios posturais vem aumentando, assim como a vulnerabilidade às tensões mecânicas e traumáticas nesta região corpórea. Em adultos, tais desvios estão relacionados a alterações estéticas, dor, sintomas neurológicos, fadiga muscular, doenças articulares, osteoartrite, degeneração do disco intervertebral, limitação das aptidões físicas, emocionais e cognitivas, além da diminuição da qualidade de vida (CARNEIRO, SOUZA e MURANO, 2005). Por isso, a dor na coluna tem sido apontada como a maior causa de afastamento de trabalhadores de suas atividades laborais, totalizando 116.371 casos em 2016 (BRASIL, 2017). No entanto, grande parte destas alterações podem ser assintomáticas, principalmente em crianças e adolescentes (MARTÍN PIÑERO et al. 2014; BACCHI et al., 2013).

De acordo com Bacchi et al. (2013), parte dos problemas posturais decorrem de agressores externos do próprio cotidiano do indivíduo. Adicionalmente, os autores

complementam que a melhor maneira de diminuir a incidência de adultos com dores crônicas na coluna é por meio de orientações voltadas a crianças e jovens, sendo importante uma avaliação postural que investigue precocemente as alterações na coluna. Por fim, Rauschnig (2016) aponta que para facilitar o diagnóstico e o tratamento de doenças degenerativas da coluna, deve haver a compreensão de sua anatomia.

No entanto, a educação acerca das doenças da coluna deve englobar a explicação de sua natureza, bem como as possíveis complicações, tratamentos e prevenções (KOTWICKI et al.; 2013). Gomes, D'Ávila e Santos (2014) acrescentam que o convívio prático amplia o conhecimento a respeito do corpo humano e conduz a mudança no estilo de vida, valorizando a prevenção e a adesão a tratamentos propostos.

Neste contexto, Rodrigues et al. (2013) enfatizam o papel das universidades na divulgação do conhecimento por meio de programas e projetos de extensão, tornando-o acessível à comunidade em geral. Desta forma, as instituições de ensino superior podem desenvolver ações de caráter educativo, social, desportivo, cultural, científico e tecnológico que beneficiem a comunidade externa. Marandino et al. (2008) complementam que isso pode ser feito, por exemplo, por meio de visitas a museus o que, além de estimular o aprendizado e a observação, pode promover o exercício da cidadania por abranger pessoas de vários grupos e níveis socioeconômicos.

2. JUSTIFICATIVA

Diante do exposto e considerando a educação como a mais relevante ferramenta de prevenção, esta pesquisa justifica-se pelo relevante índice populacional que sofre com dores e incapacidades relacionadas às patologias da coluna vertebral, sendo a maior causa de afastamento do trabalho em pessoas com mais de 45 anos de idade. Apesar de poderem estar relacionadas ao processo de envelhecimento, a falta de conhecimento pode levar ao desenvolvimento precoce, agravamentos ou incapacitações causados por doenças relacionadas à coluna vertebral. Desta forma, torna-se essencial educar a população, por meio da plena divulgação dos malefícios e dos métodos que contribuem para sua prevenção.

3. OBJETIVOS

Este estudo terá como objetivo avaliar o nível de conhecimento de alguns visitantes de uma exposição científica de Anatomia Humana do Museu Dinâmico Interdisciplinar (MUDI) da Universidade Estadual de Maringá (UEM) sobre a anatomia e fisiologia da coluna vertebral, bem como as principais alterações que a coluna pode apresentar, suas complicações, tratamentos e prevenções.

Adicionalmente, objetivamos apresentar a anatomia e a fisiologia da coluna vertebral normal; elucidar a fisiopatologia das principais alterações em nível estrutural e funcional que a coluna vertebral pode apresentar, tais como escolioses, hiperlordoses, hipercifoses, osteofitoses, hérnias de disco, etc.; incitar no visitante o interesse pela percepção corporal; realizar uma breve avaliação física nos visitantes interessados; incentivar a realização de ações preventivas das patologias da coluna vertebral; caracterizar a população visitante em relação ao sexo, idade, peso, altura, escolaridade, profissão, prática semanal de exercícios físicos, presença de doenças na coluna

vertebral, conhecimento prévio acerca da anatomia e da fisiologia da coluna vertebral normal e das principais alterações da mesma, gravidade e incapacitações associadas a tais doenças, bem como formas de tratamento e prevenção; promover uma atividade interativa para fixação do conteúdo abordado na exposição.

4. Metodologia

A apresentação da anatomia e da fisiologia da coluna vertebral normal será realizada por meio da visitação à exposição científica que ocorrerá no Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM (MUDI). Para tanto, serão utilizadas peças anatômicas especialmente preparadas da coluna vertebral mostrando vértebras, discos e curvaturas normais, bem como textos sobre o tema. Para demonstrar a formação das curvas fisiológicas da coluna, será utilizada peça anatômica de um bebê em desenvolvimento. O visitante da exposição contará com monitores capacitados, os quais acompanharão os visitantes nos ambientes da exposição. A realização deste projeto foi previamente aprovada pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (COPEP) da Universidade Estadual de Maringá (UEM), sob o protocolo número 41853, o qual faz parte do projeto de pesquisa intitulado “*Avaliação da divulgação científica no MUDI/UEM: melhorias na mediação, implementação, prevenção e autocuidado*”.

Serão expostas peças anatômicas de esqueleto com hiperlordose, hipercifose, escoliose, hérnia de disco, osteofitose, artrose e com artrodeses. As peças serão acompanhadas de imagens e explicações sobre cada disfunção.

Para incitar a percepção corporal no visitante, será colocado um espelho diante do qual o mesmo poderá segurar uma bolsa pesada, usar um sapato de salto alto ou se sentar de maneiras corretas e incorretas para melhorar sua auto percepção postural.

Os visitantes poderão ser submetidos a uma breve avaliação física a qual contará com uma balança digital (MAXON MX-2003B®), uma trena em aço com graduação em milímetros e polegadas (VONDER®), um simetrógrafo de parede tipo Banner, e um plantígrafo (PODOTECH®). Para tanto, o visitante será pesado e mensurado a fim de possibilitar o cálculo de seu índice de massa corpórea (IMC). Adicionalmente, o mesmo será submetido a uma avaliação postural no simetrógrafo e poderá ser fotografado com seu próprio celular para observação futura de suas principais alterações da coluna. Por fim, por meio do plantígrama, o visitante realizará a análise de sua pisada.

Atividades e ações preventivas serão estimuladas a partir da projeção de um vídeo educativo sobre os melhores padrões posturais a serem assumidos durante a execução das atividades de vida diária. Um material de apoio do tipo *folder* será confeccionado pelos organizadores para ser entregue aos visitantes ao término da visita. O referido material conterá várias informações úteis para a prevenção das disfunções das doenças da coluna vertebral.

A população visitante será caracterizada por meio do preenchimento de um questionário elaborado pelos próprios organizadores e validados por 3 professores doutores, que conterá 13 questões objetivas que visam obter informações referentes à idade, sexo, ocupação profissional, nível sócio educacional, história pregressa de doença na coluna vertebral, conhecimento prévio acerca da anatomia e da fisiologia da coluna vertebral normal, conhecimento prévio acerca das principais doenças da coluna, da gravidade e da incapacitação de tais doenças. Por fim, o conhecimento dos mesmos

sobre as diversas formas de tratamento e de prevenção das principais disfunções da coluna será avaliado.

Para estimular a fixação do conteúdo abordado os visitantes serão incentivados a montar uma coluna vertebral normal a partir de diversas vértebras individuais separadas.

A coleta de dados será realizada considerando um número aproximado de 960 visitantes maiores de 18 anos de idade, dos quais 275 representará a amostra significativa para este estudo. A margem de desvio será de 5%. Os questionários serão interpretados por meio de uma análise quali-quantitativa e uma avaliação estatística para a confecção de gráficos e tabelas será realizada utilizando o programa *Microsoft Office Excel 2007*.

5. Resultados esperados

Por considerar a educação um valioso método de prevenção, espera-se que com este trabalho seja possível conscientizar a população visitante acerca das doenças mais frequentes da coluna vertebral, além de incitar mudanças nos hábitos diários, proporcionando melhor qualidade de vida. Adicionalmente, espera-se que outros profissionais da área da saúde sejam motivados a adotar medidas educativas como método de prevenção de tais disfunções.

REFERÊNCIAS

- BACCHI, C. A. et al. *Avaliação da qualidade de vida, da dor nas costas, da funcionalidade e de alterações da coluna vertebral de estudantes de fisioterapia*. Motriz: rev. educ. fis. Rio Claro, v. 19, n. 2, jun. 2013.
- BRASIL. Disponível em: <http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2017/04/dor-nas-costas-e-a-maior-causa-de-afastamento-do-trabalho>. Acesso em 15 junho 2017.
- CARNEIRO, J. A.; SOUSA, L. M.; MURANO, H. L. R. *Predominância de desvios posturais em estudantes de educação física da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*. Rev Saude.Com. v. 1, n. 118, 2005.
- DÂNGELO, J.G.; FATTINI, C. *Anatomia humana sistêmica e segmentar*. 3. ed. São Paulo: Atheneu, 2007.
- KOTWICKI, T. et al. *Optimal Management of Idiopathic Scoliosis in Adolescence*. Adolescent Health, Medicine and Therapeutics. v. 4, 2013.
- LIMA, S. M. T.; FONTANA, C. M. *Atividade física como um dos aspectos preventivos da osteoporose*. Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR, v. 4, n. 2, maio/ago. 2000.
- MARANDINO, M. (Org.). *Educação em museus: a mediação em foco*. São Paulo: Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Não-formal e Divulgação em Ciências, 2008.
- MARTÍN PIÑERO, B. et al. *Enfoque actual en la rehabilitación de la escoliosis*. Correo científico Médico, Holguín, v. 18, n. 1, marzo 2014 .
- RAUSCHNING, W. *New perspectives in spinal anatomy*. Spine, v. 41, April 2016.
- RODRIGUES, L. L. et al. *Contribuições da extensão universitária na sociedade*. Caderno de Graduação ciências humanas e Sociais, Aracajú, v.1, n.16, mar. 2013.

VIALLE, L. R. et al. Hérnia Discal Lombar. Rev. bras. ortop., São Paulo, v. 45, n. 1, 2010. ZAVANELA, P. M. et al. *Incidência de osteófitos na coluna vertebral*. Revista de Medicina, São Paulo, v. 87, n. 2, 2008.

Sessão 5 – Texto 020

Conscientização para o desenvolvimento de boa postura durante o exercício de atividades laborais

Área Temática: Saúde

Lilian Catarim Fabiano¹; Carmem Patrícia Barbosa²

¹Fisioterapeuta, Especialista em Fisioterapia do Trabalho e Ergonomia e aluna da Especialização em Anatomia e Histologia Humana da Universidade Estadual de Maringá (UEM); lcatarim@hotmail.com.br

²Professora Doutora em Anatomia Humana do Departamento de Ciências Morfológica (DCM) da UEM; carmemmec1@gmail.com

Resumo. *Os distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho são multifatoriais e têm se tornado um problema à saúde pública. Neste trabalho, um grupo de colaboradores de uma empresa no ramo do comércio varejista da cidade de Maringá-PR foi convidado a participar voluntariamente de palestras sobre ergonomia e de temas voltados à anatomia da coluna vertebral, suas alterações e prevenções, além da importância da boa postura durante a realização das atividades laborais. Adicionalmente, foram apresentadas normas e legislações referentes ao tema. Por fim e considerando a falta de conhecimento um dos piores agravantes de tais doenças, os mesmos foram incentivados a esclarecer suas dúvidas sobre o tema abordado.*

Palavras-chave: *Coluna vertebral – ergonomia – DORTs.*

INTRODUÇÃO

A competitividade do mercado financeiro atual tem gerado mudanças no perfil das empresas a fim de habilitá-las à competição tanto em relação ao mercado nacional como internacional. O aumento da produtividade e a minimização de custos expõem o trabalhador a longas jornadas e ritmos intensos de trabalho, inclusive em ambientes ergonomicamente incorretos oferecendo riscos e agravos à saúde, além de comprometer seu desempenho profissional e social (PIZÓN e TORRES, 2005; PRZYSIEZNY, 2000).

De fato, ambientes de trabalho sem os princípios básicos de ergonomia, na maioria das vezes são inadequados para o desempenho das atividades laborais e podem prejudicar o trabalhador. O distúrbio osteomuscular relacionado ao trabalho (DORT), comprovadamente está associado à má execução de atividades repetitivas como as desempenhadas durante o trabalho diário (OLIVEIRA, et al., 1998). Assim, embora sua etiologia seja multidimensional, fatores relacionados à ocupação podem aumentar sua incidência, fazendo com que esta doença represente uma das mais importantes causas de afastamento do trabalho (BRASIL, 2001; SATO, 2001). Infelizmente, o DORT vem assumindo um caráter epidêmico, crônico e incapacitante pois, em decorrência de suas muitas recidivas, o indivíduo apresenta prejuízos também na realização de atividades fora do ambiente de trabalho (SALIM, 2003).

Renner (2005) enfatiza que independentemente da atividade laboral, as estruturas musculoesqueléticas são alvos frequentes de lesões cujas causas, embora diversas, podem estar relacionadas às posturas adotadas durante as atividades laborais.

Adicionalmente, a manutenção de uma postura por tempo prolongado pode gerar fadiga muscular, diminuição da força e da velocidade de execução do movimento e redução do desempenho físico. Assim, problemas de coordenação motora e acidentes de trabalho são considerados consequência comuns neste tipo de situação (GRANDJEAN, 1998).

Todavia, a dor crônica referida pelos pacientes, por exemplo, pode prejudicar o sono, o apetite, a libido, o estado emocional, a capacidade de concentração, as atividades familiares, profissionais e sociais, além de causar alterações de peso corporal (Oliveira et al. 1998). Estudos apontam que a maioria destes males podem ser evitados a partir das avaliações dos riscos do ambiente de trabalho e de intervenções preventivas. Augusto, et al. (2008) destacam que é de suma importância que os colaboradores sejam orientados sobre os cuidados posturais, sendo a informação uma importante intervenção na prevenção dos sintomas dos DORT's. Desta forma, a identificação e a resolução dos problemas físicos e organizacionais do setor laboral, o adequado planejamento das atividades a serem exercidas e a participação efetiva dos colaboradores são pré-requisitos elementares para a resolução de muitas disfunções (BARBOSA et al., 2000).

Neste contexto, a ergonomia é apontada como essencial à otimização do ambiente de trabalho, pois correlaciona homem, labor, ambiente e equipamentos utilizados. Valendo-se de conhecimentos específicos em anatomia, fisiologia, biomecânica e psicologia, esta ciência propõe a resolução de problemas encontrados neste relacionamento, buscando a segurança e o bem-estar dos trabalhadores em seus sistemas de produção (LIDA, 2005). Assim, é considerada benéfica tanto ao funcionário quanto à própria empresa uma vez que previne lesão e estresse, diminui tensão e fadiga muscular, melhora a autoestima, o relacionamento e a comunicação interpessoal. Adicionalmente, reduz índice de faltas, afastamentos previdenciários, atos inadequados ou inseguros que culminem em acidentes de trabalho e doenças ocupacionais. Todavia, a correta aplicação da ergonomia melhora a qualidade de vida do trabalhador, proporcionando conforto, bem-estar e melhora da eficácia na realização das atividades diárias, melhorando inclusive a lucratividade da empresa (COUTO, 2007; 2002).

Atualmente, a atuação do fisioterapeuta em nível empresarial tem crescido exponencialmente (FERREIRA, 2003). Isto porque este profissional que antes apresentava-se restrito a procedimentos de cura e reabilitação, tem-se especializado em ergonomia e atuado em ações de prevenção e de conscientização da importância da reeducação postural, tanto estática como dinâmica, permitindo a realização de atividades seguras (BRACCIALLI e VILARTA, 2000). Graedke e Krug (2008) acrescentam a importância do profissional da saúde frente a esta problemática, onde deve haver uma maior concentração no desenvolvimento de pesquisas, de atividades de educação em saúde e elaboração de programas voltados à prevenção dos DORT's.

JUSTIFICATIVA

Como visto, o índice de trabalhadores que sofrem lesões decorrentes de suas atividades laborais e o número de afastamento do trabalho que tais lesões causam são assustadoramente altos. Além disso, é sabido que a prática de medidas preventivas relativamente simples (como adotar uma postura mais adequada e realizar exercícios de alongamentos e fortalecimentos esporádicos) pode minimizar tais incidências. Todavia, nem sempre a conscientização e a educação preventiva da população é adequada. Por

isso, justifica-se este trabalho a grande importância da orientação como ferramenta de ação a fim de minimizar os malefícios do uso incorreto do corpo.

OBJETIVOS

Este estudo teve como objetivo apresentar aos colaboradores de uma empresa no ramo do comércio varejista, na cidade de Maringá-PR, a importância da ergonomia e da boa postura durante a prática de atividades laborais bem como das atividades diárias. Adicionalmente, visou explicar sobre a anatomia da coluna vertebral, suas funções, possíveis alterações e doenças, além de incentivar a realização de atividades e ações capazes de prevenir os DORT's.

METODOLOGIA

Inicialmente, a referida empresa do ramo alimentício de Maringá-PR na qual o projeto de extensão foi desenvolvido convidou seus colaboradores, por meio de e-mail e cartazes colocados em toda a empresa, a participar das palestras.

Posteriormente, aqueles que quiseram participar de forma voluntária, compareceram à sala de treinamento nos dias e horários previamente especificados. Para a participação nas palestras, os mesmos foram divididos em grupos de aproximadamente 20 pessoas. Vale ressaltar que todas as palestras ocorreram durante a jornada de trabalho a fim de contemplar todos os colaboradores interessados.

As palestras foram ministradas por um fisioterapeuta especialista em ergonomia, que fez uso de um retro projetor e peças sintéticas representando o corpo humano. Num primeiro momento a abordagem contemplou noções de ergonomia, seu histórico e aplicabilidade prática. Posteriormente, os temas anatomia da coluna vertebral, suas doenças (como hipercifose, hiperlordose, escoliose, degeneração articular e hérnia de disco) e a importância da manutenção de uma boa postura foram abordadas. Também foram discutidas as principais normas e legislações trabalhistas em relação à laborterapia e a postura correta que deve ser assumida ao manter-se sentado, em pé e mesmo durante a execução de atividades específicas como transporte de carga, operação de caixa e limpeza em geral. Por fim, houveram vários esclarecimentos sobre as melhores formas de prevenção das doenças ocupacionais.

As palestras tiveram duração de 1 hora e, em cada dia, foram ministradas duas palestras para públicos diferentes. Todos os procedimentos aqui descritos foram previamente aprovados como projeto de extensão pela Pró-Reitoria de Extensão e Cultura/Museu Dinâmico Interdisciplinar da UEM sob número de processo 4967/2017.

CONCLUSÃO

As empresas precisam estar atentas à saúde do colaborador. Para tanto, a utilização de métodos que permitem o acesso à educação e despertem o interesse aos cuidados com a saúde como, por exemplo, as palestras realizadas no âmbito laboral, devem ser incluídas na rotina de todas as empresas.

Com este trabalho, foi possível facilitar o acesso à educação em saúde dos colaboradores, onde os mesmos receberam informações sobre a importância da ergonomia e da boa postura durante atividades laborais e em atividades diárias.

Também foi exposta a anatomia da coluna vertebral, suas funções e alterações, bem como foi incentivado a realização de atividades e ações que previnem os DORT's. Adicionalmente, com este projeto, pode se levar informação à população buscando melhorar sua qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L. H. et al. *Abordagem da Fisioterapia na Avaliação de Melhorias Ergonômicas de um Setor Industrial*. Revista Brasileira de Fisioterapia. v.4, n.2, 2000.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações programáticas Estratégicas. *Diagnóstico, tratamento, reabilitação, prevenção e fisiopatologia das Ler/Dort*. Série A.Normas e Manuais Técnicos, n.º 105. Brasília, 2001. Disponível em: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diag_tratamento_ler_dort.pdf>. Acessado em 17 de agosto de 2017.

BRACCIALLI, L. M. P.;VILARTA R. *Aspectos a serem considerados na elaboração de programas de prevenção e orientação de problemas posturais*. Rev.paul.educ. ffs. V. 14 n. 1, 2000.

COUTO, H. A. *Ergonomia aplicada ao trabalho em 18 lições*. Belo Horizonte: Ergo, 2002.

COUTO, H. A.; NICOLETTI, S. J.; LECH, O. *Gerenciando a LER e os DORT nos tempos atuais*. Belo Horizonte: Ergo, 2007.

FERREIRA, L. L. et al. *Intervenção fisioterapêutica na prevenção dos DORT em auxiliares de limpeza*. Revista Pesquisa em Fisioterapia, v. 3, n. 1, 2013.

FISCHER, F. M.; MORENO, C.R.C.; ROTENBERG, L. *Trabalho em turnos e noturno na sociedade 24 horas*. São Paulo: Atheneu, 2004.

GRANDJEAN, E. *Manual de ergonomia: adaptando o trabalho ao homem*. Porto Alegre: Bookman, 1998.

IIDA, I. *Ergonomia: projeto e produção*. 2.ed. São Paulo: Edgard Blucher, 2005.

RENNER, J. S. *Prevenção de distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho*. Boletim da Saúde. Porto Alegre, v. 19, n. 1, jan/jun 2005.

SALIM, C. A., *Doenças do trabalho: exclusão, segregação e relações de gênero*. São Paulo Perspect. São Paulo, n. 1, v. 17, jan./mar. 2003.

SATO, L. *LER: objeto e pretexto para a construção do campo trabalho e saúde*. Cad. Saúde Pública, v.17, n.1, 2001

OLIVEIRA, C. R. et al. *Conceituação da LER*. Manual prático de LER-lesões por esforços repetitivos. 2. ed. Belo Horizonte: Health, 1998.

PINZÓN, P. V.; TORRES, C. H. S. *DolorMúsculo-Esquelético y suAsociaciónconFactores de Riesgo Ergonómicos, enTrabajadores Administrativos*. Rev. salud pública. Colombia, v. 7, n. 3, nov. 2005.

PRZYSIEZNY, W. L. *Distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho: um enfoque ergonômico*. Dynamis. v. 31, n. 8, 2000.

AUGUSTO, V. G. et al. *Um olhar sobre as LER/DORT no contexto clínico do fisioterapeuta*. Rev. Brasileira de Fisioterapia. São carlos, v. 12, n. 1, jan./fev. 2008.

GAEDKE, M. A.; KRUG, S. B. F., *Quem eu sou? A identidade de trabalhadoras portadoras de LER/DORT*. Rev. Textos & Contextos. Porto Alegre v. 7 n. 1, jan./jun. 2008.

Sessão 5 – Texto 021

Reabilitação Oral em Pacientes com Edentulismo Total e Parcial

Área temática: Saúde

Samuel K. A. de Lima¹, Sérgio Sabio²

¹Aluno do Curso de Odontologia, Bolsista PIBIC/FA contato: samueloduem@gmail.com

²Professor do Departamento de Odontologia – DOD-UEM, contato: dentesabio@gmail.com

Resumo: *A perda dentária é muito prevalente no Brasil, sobretudo entre idosos, onde mais de 3 milhões precisam de prótese total bimaxilar. Para mudar este quadro, o governo Federal instituiu os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO). Dentre suas funções, está a reabilitação com Próteses dentárias Totais. O objetivo deste trabalho foi documentar casos de reabilitação oral com próteses totais removíveis tendo como propósito devolver aos pacientes, atendidos no projeto de extensão da Universidade Estadual de Maringá a qualidade de vida com uma melhora na mastigação e na fonação além da estética. Para a realização deste documentário, foram recebidos pacientes na clínica odontológica da Universidade Estadual de Maringá previamente solicitados na secretaria de saúde de Maringá. Como resultados obtivemos o atendimento de cerca de 200 pacientes sendo entregues em torno de 400 próteses.*

Palavras-chave: *Edentulismo - Saúde bucal - Prótese Total*

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços da Odontologia, a perda dentária ainda é um grave problema de saúde pública, principalmente entre idosos. O número de pacientes totalmente edêntulos ainda continua elevado e este número se manterá por várias décadas, mesmo nos países industrializados. No Brasil, 7 milhões de idosos necessitam de prótese total mono ou bimaxilar, e segundo dados coletados pelo IBGE em 2005 tal fato decorre, dentre outros fatores, da deficiência de acesso à assistência odontológica de média e alta complexidades. Portanto, a reabilitação desses pacientes não se baseia apenas na reposição dentária, mas sim na reestruturação do sistema estomatognático e na reintegração do indivíduo na sociedade.

Para combater a morbidade da perda dentária e de outros agravos bucais, o governo brasileiro instituiu os Centros de Especialidades Odontológicas (CEO) integrantes da Política Nacional de Saúde Bucal. Esses Centros devem atuar de forma integrada à atenção odontológica primária, assegurando atendimento nos níveis secundários e terciários.

Além disso, a Universidade Estadual de Maringá (UEM), conta com um projeto de Extensão de Reabilitação Oral a Pacientes com Edentulismo Total o qual atende pacientes encaminhados das Unidades básicas de Saúde a oito anos e dentre suas atribuições, está a provisão e a reabilitação com próteses dentárias totais. Essa reabilitação deve permitir o desenvolvimento satisfatório das atividades relacionadas à

boca e dentes como a fonação e a mastigação, bem como oferecer conforto e uma aparência aceitável.

Foram realizados pedidos prévios de autorização aos pacientes assistidos, informando-os que os mesmos estariam sujeitos a fotografias e filmagens sem que os expusessem. Como critérios de inclusão, os pacientes deveriam ser edêntulos maxilar e mandibular e ausentes de qualquer patologias bucais.

OBJETIVO

O objetivo deste trabalho foi a documentação de casos atendidos no Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Maringá, no qual foram realizados videos, previamente autorizados pelos assistidos, para posterior divulgação do atendimento clínico no serviço de saúde pública executado na Clínica de Odontologia da UEM , em congressos e mídias sociais.

MATERIAIS E MÉTODOS

Todos 200 pacientes atendidos no projeto foram primeiramente informados que o caso estaria sendo documentado e que poderiam ou não ser fotografados ou filmados pela equipe de discentes para que a documentação fosse realizada. Com a autorização dos mesmos deram-se inicioaos atendimentos.

Para a confecção de cada prótese, foram necessários que voltassem a clinica por seis vezes, incluindo a consulta de ajuste do aparelho protético.

Na primeira consulta realiza-se o exame físico, o qual consiste na avaliação da presença de patologias intra e extra orais. Deve ser constatado a ausência ou presença de hiperplasias, cistos ósseos, raízes residuais, dentes inclusos e lesões crônicas nos tecidos intrabuciais. Caso fosse percebido alguma patologia óssea ou até mesmo de tecido mole, utilizava-se de exames complementares, como histopatológico e/ou radiografia, para ajudar a avaliação clinica e caso ultrapassasse a alçada do projeto, o paciente era encaminhado para outro projeto de extensão da Universidade que então após sanado a patologia, eram encaminhados novamente ao projeto para darem continuidade ao tratamento. Depois de realizado anamnese e os exames iniciais, faz-se então na primeira consulta a moldagem anatômica, a qual tem o objetivo de copiar os detalhes anatômicos. A pressão inicial precisa ser suficiente para espalhar o alginato por todo o rebordo;o cirurgião dentista deve aliviar a pressão sobre o rebordo, evitando que esta pressão distorça o tecido mole.

Feito isso, a moldagem é encaminhada para o laboratório para que seja confeccionada o modelo de gesso e a moldeira individual do paciente, sendo que esta será utilizada na proxima consulta. Na segunda consulta então, é realizado a moldagem funcional; primeiramente devemos avaliar os limites da moldeira individual, verificar se esta sendo comprimida a mucosa ou se esta posicionada sobre algum freio, avaliando a necessidade de ajustes, este procedimento cria espaço para a aplicação da godiva em bastão que proporciona uma leve pressão na região de fundo de sulco melhorando o vedamento periférico. A moldagem funcional tem o intuito de copiar os tecidos moles, para isso é utilizado a pasta zinco enólica, sendo que a mesma se espalhará por todo o fundo de sulco e permitira que faça o tracionamento da bochecha para que seja copiado todas as inserções musculares e então dará a estabilidade a prótese.

Assim, a moldagem funcional é encaminhada novamente ao laboratório para que seja feito a base de prova, o qual consiste em um rolete de cera feito em uma nova placa individual, em que nela será registrado todas as linhas de orientação para a montagem dos dentes. Com isso, na terceira consulta, é realizado o traçado da linha alta do sorriso, linha dos caninos e linha média, além de verificar o corredor bucal. Logo após estes registros, o paciente escolherá a cor dos dentes desejado, sendo que a clinica dispõe de tres cores; após a escolha, o paciente é dispensado e a base de prova juntamente com a anotação da escolha é novamente encaminhada ao laboratório para que este siga as linhas de orientações e realize a montagem dos dentes.

Na quarta consulta, o paciente irá provar os dentes, sendo que estes estarão montados em um plano de cera, irá informar ao atendente se agradou a montagem e o tamanho dos dentes. Também nesta etapa é verificado a oclusão da arcada superior e inferior, sendo que as mesmas devem estar em perfeito estado para que não ocorra esforços que comprometam o rebordo. Então, ao término desta consulta e aprovada pelo paciente, é encaminhado para a acrilização dos aparelhos protéticos.

A quinta consulta é feito a entrega da prótese acrilizada, Figura 1, onde será verificado todos os contatos oclusais novamente e avaliar se há algum incomodo na mucosa para que então seja feito os primeiros ajustes. Após assinado todos os termos de entrega, e fornecido todas a instruções de higiene da prótese, o paciente é liberado e informado que poderá retornar para os futuros ajustes, visto que o mesmo precisará de um periodo de adaptação de pelo menos uma semana e se acaso houver reparos a serem realizados, poderá retornar, na sexta consulta, para os ajustes necessarios.

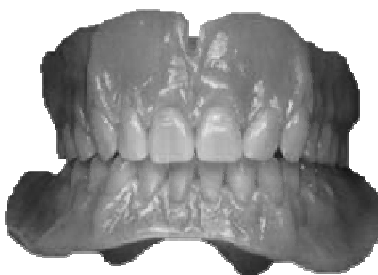


Figura 1. Prótese acrilizada

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como resultados obtivemos o atendimento de cerca de 200 pacientes durante este período, dando então um ótimo suporte para a comunidade de Maringá e região. A necessidade de estudos epidemiológicos em populações adultas, principalmente idosas, sendo de grande interesse para vários planejamentos de ordem pública em saúde bucal, além de direcionar a atenção e melhorar os serviços para essa faixa etária da população. Com isso, o edentulismo se torna um forte indicador de saúde para adultos e idosos.

O projeto de extensão para reabilitação oral da UEM atende pacientes com uma ampla diversidade, sendo pacientes de idades elevadas, paciente com alzheimer, com parkinson, pacientes cadeirantes e entre outros, trazendo a estes uma ampla qualidade de vida, devido a melhora na estetica, fonação e mastigação. Frequentemente, o cirurgião dentista se depara com certas situações onde a condição de higiene da prótese total não está de forma adequada, observando grande acúmulo de biofilme aderido. Esse biofilme

é composto por uma complexa estrutura de bactérias e fungos aderida na superfície acrílica de próteses. Estima-se que em um miligrama de peso úmido contenha mais que 10microorganismos⁴, envolvendo mais de 30 diferentes espécies. Para a limpeza desse biofilme, são necessários métodos mecânicos e químicos. Sorgini et. al (2012) comparou o uso de dentifrícios com abrasivos e sem abrasivos na limpeza de próteses totais e concluíram que, os dentifrícios específicos para limpeza de próteses totais (sem substâncias abrasivas) causaram maior perda de massa estrutural, porém causaram menor rugosidade superficial em relação aos dentifrícios convencionais (com substâncias abrasivas). Portanto, o uso de substâncias abrasivas na higienização de próteses totais deve ser evitado quando possível pois, a longo prazo, pode facilitar o acúmulo de biofilme pelo aumento da rugosidade superficial da resina acrílica. Um estudo de Sousa Porta et. al. (2013), conclui que a imersão diária de Próteses Totais em hipoclorito de sódio à 0,5% por três minutos reduzem o contingente bacteriano, sem causar danos na cor ou rugosidade da resina. Portanto, associar a higienização mecânica e química com substâncias não abrasivas e hipoclorito de sódio, trazem resultados benéficos para a higienização de próteses totais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no documentário realizado no Projeto de Extensão de Reabilitação Oral em Paciente com Edentulismo Total e Parcial, temos que o uso de prótese total pode oferecer melhoras na qualidade de vida dos pacientes totalmente desdentados não reabilitados, fazendo com que a oferta desse serviço pelo Sistema Único de Saúde seja de grande valia para melhora dos índices de saúde geral do Brasil, no contexto psicológico deconvívio social e conseqüentemente da qualidade de vida do paciente. É dever do CirurgiãoDentista realizar um planejamento correto de reabilitação com Próteses Totais e orientar a respeito dos cuidados e manutenção que o paciente deve seguir para que o tratamento tenha bom prognóstico e longevidade.

REFERÊNCIAS

AAS, J. A.; PASTER, B. J.; STOKES, L. N. et. al. *Defining the normal bacterial flora of the oral cavity. J ClinMicrobiol.* v.43:57215732, 2005.

Brasil. Ministério da Saúde (MS). SB Brasil 2010: *Pesquisa Nacional de Saúde Bucal: Resultados Principais.* Brasília:DF, 2012

DOUGLAS, C. W.; SHIS, A.; OSTRY, L. *Will there be a need for complete dentures in the United States in 2020? J ProsthetDent .* v.87:p.58, 2002.

FELTON, D.; COOPER, L.; DUQUM, I. et al. *EvidenceBasedGuidelines for the Care and Maintenance of Complete Dentures: A Publication of the American College of Prosthodontics. J Prosthodont.* v.20:p.S1S12, 2011.

LI, K.Y.; WONG, M. C. M.; LAM, K.F. et al. *Age, period, and cohort analysis of regular dental care behavior and edentulism: A marginal approach. B MC OralHealth.* ; 11:9. 2011.

SORGINI, D. B.;LOVATO, C. H. S.;SOUZA, R. F. et. al. *Abrasiveness of Conventional and Specific DentureCleansing Dentifrices. Braz Dent J.* v.23(2):154159, 2012.

PORTA, S. R. S.; FERREIRA, S. C. L.; SILVA, W. J. et. al. *Evaluation of sodium hypochlorite as a denture cleanser: a clinical study*. Gerodontology. v.12:Dec, 2013.

TELLES, D. M.; COELHO, A. B.; REGO, M. R. de M. et. al. *Prótese Total: Concencional e sobre Implantes*. 1º ed. [2.reimpr.]. – São Paulo: Santos, 2011. 492p

Sessão 5 – Texto 006

A PESSOA IDOSA NA ERA DIGITAL

Área Temática: Educação

Fabricio Vieira dos Santos¹, Kaio Henrique Rissardi da Silva², João Victor Fernandes Peres Gutierrez³, Ana Carolina Maciel⁴, Victor Hugo Carvalho Santos⁵, Ana Paula Vidotti⁶, Sonia Trannin de Mello⁷, Josiane Medeiros De Mello⁸

¹Aluno do curso de Zootecnia, bolsista – UEM, contato: fabricio.zoojr@hotmail.com

²Aluno do curso de Zootecnia, bolsista – UEM, contato: ra100708@uem.br

³Aluno do curso de Zootecnia– UEM, contato: ra100137@uem.br

⁴Aluna do curso de Zootecnia, – UEM, contato: acmaciel56@gmail.com

⁵Aluno do curso de Letras – UEM, contato: victor.guiito@hotmail.com

⁶Prof.^a Depto de Ciências Morfológicas / MUDI, contato:apvidotti@uem.br

⁷Prof.^a Depto de Ciências Morfológicas / MUDI, contato:stmello@uem.br

⁸Prof.^a Depto de Ciências Morfológicas / MUDI, contato:jmedirosmello@gmail.com

Resumo. No Brasil ainda tem-se o analfabetismo absoluto, incapacidade de ler e escrever, o funcional, não entende o que lê, e ainda o analfabetismo digital, que atinge várias camadas da população, entre elas a da pessoa idosa. Diante desse fato o presente projeto tem por objetivo levar a inclusão digital para aqueles que não possuem conhecimento e proporcionar uma oportunidade para essa fatia da população de aprender a usar os recursos que a computação, e assim, realizar a inclusão da terceira idade e facilitar o acesso as novas tecnologias existentes, respeitando os limites dessa faixa etária. Os trabalhos são desenvolvidos no Mudi, com auxílio de monitores de diversos cursos de graduação que tem habilidades de ensinar recursos digitais para a pessoa idosa visando sanar suas dificuldades e temores com relação ao tema.

Palavras-chave: Inclusão Digital, Pessoa Idosa, Educação.

INTRODUÇÃO

Atualmente o analfabetismo absoluto, uma parcela menor que 10% da população Brasileira. Porém é de se considerar que existe o analfabetismo funcional, a inabilidade de compreender o que se lê como textos simples, contas básicas ou interpretar textos, condição em que se enquadram 68% dos Brasileiros. Mas, também existe o analfabetismo tecnológico, ou digital, que é a incapacidade usar aparelhos eletrônicos, como computadores, celulares, tablets etc. Essa nova condição exige a mesma atenção disponibilizada às outras defasagens de aprendizado, já que mais de 50% dos Brasileiros possuem acesso à Internet e 75% da população possuem um aparelho celular, ou seja, a vida digital já abrange a maioria dos Brasileiros entre eles encontra-se a população idosa (FREIRE, 2017).

Para Sorj (2003), exclusão digital pode ser considerada como a inacessibilidade de pessoas ao acesso em produtos, serviços e benefícios das novas tecnologias da informação e da comunicação. É influenciada por 5 fatores: i) A necessidade de infraestrutura física de acesso; ii) A disponibilidade de equipamentos individuais; iii) Treinamento no uso dos recursos do computador e da Internet; iv) Capacitação intelectual e inserção social do usuário; v) Produção e uso de conteúdos direcionados às necessidades específicas.

Uma das faixas da população excluídas digitalmente é a pessoa idosa, por representarem a geração anterior a expansão das TICs, o que gera certa dificuldade, temor e estranheza em se readaptar as novas tecnologias que incluem eletrodomésticos, caixas eletrônico, celular e computador, pela falta de infra estrutura e suas mudanças repentinas e pessoas dispostas a ensiná-los respeitando suas limitações advindas da idade.

Incluir os idosos na sociedade da informação é de extrema importância, não só pelo aprendizado e aproximação entre gerações, mas também pelo aumento da expectativa de vida de 81,2 anos para 2060 (AGÊNCIA BRASIL, 2017) e a mudança do comportamento dessa faixa etária.

Kachar (2001) define que o perfil do idoso do século XXI mudou, ele deixou de ser uma pessoa que vive de lembranças do passado, recolhido em seu aposento, para uma pessoa ativa, capaz de produzir, participante do consumo, que intervém nas mudanças sociais e políticas. Por isso há a necessidade de se atualizarem frente às novidades. Porém há uma certa dificuldade em conseguir pessoas para ensiná-los sobre essas ferramentas, o que fez surgir o desafio da criação de cursos de informática voltados aos idosos que consiga seguir seu ritmo, enfrente seus temores frente a tecnologia e que compreenda sua realidade de forma estratégica para o aprendizado de forma eficiente.

Pereira e Neves (2011) reuniram estudos de Kachar (2001), que relatam as estratégias do ensino de TIC a idosos: turmas menores; preferencialmente um aluno por computador; começar por jogos e atividades lúdicas; utilizar experiências de vida dos idosos; respeitar o ritmo de cada aluno; partir de situações contextualizadas; efetuar atividades de repetição; seguir etapas gradativas de aprendizagem; efetuar frequentes causas; entre outros.

Segundo Silveira et al. (2014) o idoso que frequenta a aula de informática tem a possibilidade de se atualizar, contatar parentes e amigos num ambiente de troca de informações e redução do isolamento pela experiência comunitária em grupo, permitindo uma melhora na qualidade de vida, relacionada ao auto estima, auto cuidado, o próprio estado de saúde, bem-estar pessoal, capacidade funcional, o estado emocional, a interação social, a atividade intelectual, entre outros.

O projeto tem por objetivo levar a inclusão digital para aqueles que não possuem conhecimento e proporcionar uma oportunidade para essa fatia da população de aprender a usar os recursos que a computação disponibiliza adequadamente, e assim, realizar a inclusão da terceira idade e facilitar o acesso as novas tecnologias existentes, respeitando os limites dessa faixa etária para um bom aproveitamento das aulas.

DESENVOLVIMENTO

O trabalho de extensão foi desenvolvido em uma sala do Museu Dinâmico Interdisciplinar – MUDI, que fica localizado no Campus da Universidade Estadual de Maringá- UEM, na cidade de Maringá – PR, com a disponibilidade de dez computadores.

Foram atendidas 4 turmas até o presente momento, com idade entre 50 a 80 anos e com uma carga horária de 30 horas por turma, totalizando uma média de 40 alunos assistidos por um professor e monitores para atenderem as necessidades individuais e

dúvidas específicas dos alunos durante a aula ministrada.

Os conteúdos para as aulas foram programados a fim de atender pessoas que não tem conhecimento sobre o computador, por isso, incluem a introdução aos componentes básicos de um computador, primeiros movimentos com o mouse por meio de desenhos no *Paint*, ferramentas, ícones, como se orientar dentro de um *software* e o uso do teclado com a digitação e formatação de textos. A internet também foi abordada durante os cursos com seus principais conceitos, funções, sites úteis para a o cotidiano dos idosos, uso de e-mail e redes sociais para aproximá-los de amigos e parentes.

Cada aula possui um objetivo específico que deve ser alcançado por meio de atividades que compreendam os conteúdos citados anteriormente com as necessidades de interação entre computador e aluno em seu dia-a-dia de forma crescente, até o objetivo final, que é possibilitar aos idosos o uso das funções básicas de computadores e acesso à internet.

Além das aulas em sala, o aluno recebeu uma apostila com um tutorial contendo informações textuais e ilustrativas para poder treinar em casa, como também nas monitorias realizadas em outros horários, com objetivo de sanar eventuais dúvidas sobre os temas estudados ou algum novo tema inerente as tecnologias atuais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão digital permite que todas as pessoas possam desfrutar das vantagens das tecnologias, possibilitando a inclusão destas na sociedade em que vivem. Utilizando a metodologia de aulas adequadas, apostilas e atenção individualizada, foi possível durante a execução do projeto, executar o uso das TICs para uma parte da população excluída digitalmente, a pessoa idosa. Oferecendo a essa população a oportunidade de aprender a manusear novas ferramentas tecnológicas e ainda promover a interação com os demais alunos. Com a realização desse projeto, observa-se claramente a interação da ação da extensão no ensino, reafirmando a extensão como processo educativo, cultural e científico de grande valor nas Instituições.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. *IBGE: número de idosos com 80 anos ou mais deve crescer 27 vezes de 1980 a 2060*. 2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2016-10/brasil-tera-19-milhoes-de-idosos-com-mais-de-80-anos-em-2060-estima-ibge>>. Acesso em: 28 agosto. 2017.

FREIRE Roberta Rocha. *Consumidores analfabetos Funcionais no Brasil: como indivíduos de baixo letramento interagem com a comunicação de marketing*. 2017. 98 f. Dissertação (mestrado). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Administração, 2017.

KACHAR, Vitória. *A Terceira Idade e o Computador: Interação e Produção no Ambiente Educacional Interdisciplinar*. São Paulo: PUC/SP, 2001. 206 p.

PEREIRA, Cláudia; NEVES, Rui. *Os idosos e as TIC – competências de comunicação e qualidade de vida*. Revista Kairós Gerontologia, São Paulo, p.05-26, abr. 2011.

SILVEIRA, Michele Marinho da et al. *Análise da qualidade de vida de idosos frequentadores de oficinas de informática*. *Conscientiae Saúde*, v. 12, n. 4, p.598-603, 12 fev. 2014. University Nove de Julho.

SORJ, Bernardo. *Brasil@povo.com: a luta contra a desigualdade na Sociedade da Informação*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. Brasília, DF: Unesco, 2003.

Sessão 5 – Texto 007

APRENDIZAGENS MUSEOLÓGICAS UTILIZANDO EXPOSIÇÕES TEMÁTICAS

Área Temática: Educação

Ana Carolina Maciel¹, Kaio Henrique Rissardi da Silva², João Victor Fernandes Peres Gutierrez³, Fabricio Vieira dos Santos⁴, Victor Hugo Carvalho Santos⁵, Ana Paula Vidotti⁶, Sonia Trannin de Mello⁷, Carmem Patricia Barbosa Lopes⁸, Josiane Medeiros De Mello⁹

¹Aluna do curso de Zootecnia, bolsista – UEM, contato: acmaciel56@gmail.com

²Aluno do curso de Zootecnia, – UEM, contato: ra100708@uem.br

³Aluno do curso de Zootecnia– UEM, contato: ra100137@uem.br

⁴Aluno do curso de Zootecnia, bolsista – UEM, contato: fabricio.zoojr@hotmail.com

⁵Aluno do curso de Letras, bolsista – UEM, contato: victor.guuito@hotmail.com

⁶Prof.^a Depto de Ciências Morfológicas / MUDI, contato:apvidotti@uem.br

⁷Prof.^a Depto de Ciências Morfológicas / MUDI, contato:stmello@uem.br

⁸Prof.^a Depto de Ciências Morfológicas / MUDI, contato: carmemmec1@gmail.com

⁹Prof.^a Depto de Ciências Morfológicas / MUDI, contato:jmedeirosmello@gmail.com

Resumo. A exposição museológica é a principal instância de mediação dos museus, pois é uma composição em que os elementos encontram-se organizados em um espaço elaborado para permitir a leitura de uma determinada mensagem. O objetivo desse trabalho foi utilizar mecanismos para facilitar a transmissão de informações científicas por meio de exposições museológicas ao público visitante do Mudi. Foram realizadas exposições temáticas intituladas: Diversidade anatômica das espécies brasileiras; diversidade anatômica de crânios das espécies brasileiras; Exposição anatômica de corações humanos – uma viagem pelo sistema circulatório. Acredita-se no potencial que uma exposição museológica tem em associar diversão com aprendizagem, tornando-se uma maneira criativa e prazerosa de se absorver conhecimento de conceitos científicos.

Palavras-chave: Museus - divulgação científica - exposição museológica

INTRODUÇÃO

Os museus são grandes ferramentas transformadoras de conceitos e opiniões, seus efeitos são impactantes ao que se refere à cultura e aos ensinamentos didáticos sobre as ciências exatas, humanas e naturais, o contato direto da sociedade com os museus mostram não só um legado de histórias e descobertas, mas também idéias de grandes pensadores e descobridores que de alguma forma mudaram o rumo da ciência. Segundo (CHELINI E LOPES 2008) a divulgação científica é uma prática que envolve a sociedade e vem cada vez mais se ampliando e se desenvolvendo e, nesse aspecto, os museus ganham cada vez mais seu lugar de destaque ao que se refere em locais de comunicação e da educação não formal. Pode-se afirmar que as tendências dos trabalhos realizados nos museus é também caracterizar o perfil deste espaço, o interesse das escolas em visitar o museu tem uma relação direta com o programa de ciências que elas desenvolvem, assim, os professores procuram o museu com interesse em conteúdos ligados diretamente com a “matéria” em que está sendo abordada, saindo então do

ensino formal para o ensino não formal (MARANDINO, 2001).

O ensino não formal por sua vez vem se tornando cada vez mais importante no Brasil, por ser um objeto de grande impacto, os alunos tem um contato direto com a ciência, uma vez que os ensinamentos de tais disciplinas são focados integralmente em salas de aula. As exposições vêm cada vez mais sendo procuradas pela sociedade, tanto no âmbito da curiosidade do tema e atualização dos conhecimentos, tanto em exposições temporárias e permanentes. Hoje, os museus com sua interface relacionada direta ao público, são considerados, instituições com variados objetivos, englobando, educação, lazer, informação e também inclusão social. Neste contexto, as exposições aparecem com um papel fundamental na relação entre museus e sociedade (CHELINI E LOPES 2008).

De acordo com JACOBUCCI (2008) o museu é tratado como um espaço não-formal de educação, visto que um espaço formal trata-se de uma escola ou similar, podemos defini-lo então como um espaço que ocorra qualquer ação educativa, porém, a educação não formal é diferente, pois utiliza ferramentas didáticas diversificadas e mais atrativas, ainda ressalta que um museu de ciências precisa elaborar e planejar suas rotinas e atividades de forma que os visitantes se interessem logo à primeira vista, várias técnicas, estratégias de exposições e recursos didáticos têm transformado a relação entre o objeto exposto e o visitante em uma interação mais dinâmica, envolvendo uma participação mais ativa dos visitantes. As exposições temporárias são também uma ótima estratégia para divulgar o conhecimento, estratégia que requer um bom planejamento para se obter resultados satisfatórios.

Pesquisadores de Ensino de Ciências tem insistido na necessidade de metodologias centradas nos alunos e que o aprendizado ocorre não só nos ambientes formais de educação, mas em muitos outros locais. Para que o aluno aprenda é de fundamental importância sua participação através de interação com os colegas, o professor e os objetos de aprendizagem (HEIN, 1999). Nesse contexto os Museus passaram a apostar na possibilidade de que seus visitantes aprendessem a partir da interação desses com as exposições e, assim, têm investido em compatibilizar entretenimento e educação.

Ennes (2003) destaca que a exposição museológica é a principal instância de mediação dos museus, pois é uma composição em que os elementos encontram-se organizados em um espaço elaborado para permitir a leitura de uma determinada mensagem. Frente a essa afirmação, o objetivo desse trabalho foi utilizar mecanismos para facilitar a transmissão de informações científicas por meio de exposições museológicas ao público visitante do Museu Dinâmico Interdisciplinar - MUDI, visando estimular à aprendizagem, o acesso à cultura e à socialização.

DESENVOLVIMENTO

O presente trabalho foi desenvolvido no Museu Dinâmico Interdisciplinar – MUDI, que fica localizado no Campus da Universidade Estadual de Maringá- UEM, na cidade de Maringá – PR. A escolha do local se deve ao fato de: 1) ser local que abriga projetos de exposição de curta duração, 2) a atuação do MUDI no processo de aquisição do conhecimento 3) o MUDI recebe uma grande quantidade de visitantes.

Foram realizadas exposições temporárias com as seguintes de temáticas

Diversidade anatômica das espécies brasileiras; diversidade anatômica de crânios das espécies brasileiras: etapa colégio oxigênios; exposição anatômica de corações humanos – uma viagem pelo sistema circulatório.

Nessas exposições foram utilizados diversos materiais como: acervo biológico, cartazes, fotografias, filmes, maquetes. Para a visita, foi disponibilizada visita guiada com explicações dos monitores e também a visita espontânea.

O público atingido durante as exposições foi cerca de 1.574 pessoas pertencentes prioritariamente a grupos de escolas do ensino fundamental e médio, que assinaram o livro de registro das exposições. Também teve a visita de pessoas que fizeram visita livre na sede do Mudi no ano de 2016.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Exposições museológicas motivam a aprendizagem, como sustentam alguns autores, enriquecem o processo de ensino-aprendizagem e estimulam a atividade intelectual dos alunos em torno do assunto em estudo. Museus são lugares onde os visitantes podem aprender a partir da interação com os elementos das suas exposições associando entretenimento e educação. Dessa forma, acredita-se que é possível em uma exposição museológica, associar diversão com aprendizagem, tornando-se uma maneira criativa e prazerosa de se absorver conhecimento de conceitos científicos.

REFERÊNCIAS

CHELINI, M. J. E; LOPES, S. G. B. C. *Exposições em museus de ciências: reflexões e critérios para a análise*. Anais do museu Paulista, v. 16, p. 205-238; 2008.

HEIN, G. E. The constructivist museum. In: HOPPER-GREENHILL, Eilean. *The educational role of the museum*. London: Routledge, p. 73-78. 1999.

MARANDINO, M. Interfaces na relação museu-escola. *Cad. Cat. Ens. Fís.*, v.18, p.85-100; 2001.

ENNES, E. G. *A narrativa na exposição museológica*. Trabalho apresentado na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2003.

JACOBUCCI, D. F. C. *Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica*. Em extensão, Uberlândia, v, 7, 2008.

Sessão 5 – Texto 156

PROPAAE E A INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR: ACESSIBILIDADE PELA DIGITALIZAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE MATERIAIS NA UEM

Área temática: Educação

Danilo Cerqueira Romano¹, Raquel Figueiredo Corrêa², Sonia Mari Shima Barroco³, Fernando Wolff Mendonça⁴

¹Aluno do curso de Ciência da Computação, bolsista PIBIS-UEM, contato: danilocerqueiraromano@gmail.com

²Aluna do curso de Psicologia, bolsista PIBIS-UEM, contato: raquelfigueredoc@gmail.com

³Prof.^a Depto de Psicologia – DPI/UEM, contato: smsbarroco@uem.br

⁴Prof. Depto de Pedagogia - DPD/UEM, contato: fwmendonca@uem.br

Resumo. Objetiva-se apresentar ações desenvolvidas pelos bolsistas em 01/2017, junto ao Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais – Propae/UEM, e refletir sobre a acessibilidade do alunado atendido ao conhecimento científico. Essas ações estão atreladas ao projeto "Laboratório temático inclusão digital e diversidade". Entende-se que a execução das mesmas é relevante aos bolsistas por se depararem com limites e possibilidades vivenciadas pelo público alvo, permitindo-lhes dimensionar a necessidade de acessibilidade aos materiais adaptados para a apropriação do conhecimento. As atividades foram: treinamento no uso da acessibilidade digital, envolvimento com estratégias e técnicas de acessibilidade, guarda e manutenção dos equipamentos eletrônicos e digitais do Propae; transcrições de materiais (vídeos/áudios para a forma escrita). Conclui-se que o desenvolvimento dessas ações oportunizaram uma formação mais consistente no âmbito da inclusão, provocando a revisão dos processos de ensino e aprendizagem e do cotidiano da universidade.

Palavras-chave: inclusão no ensino superior – acessibilidade – adaptação de materiais

1. INTRODUÇÃO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A UEM, O PROPAAE E AS PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO

Temos como objetivos apresentar ações desenvolvidas pelos bolsistas no primeiro semestre de 2017, junto ao Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais – Propae/UEM, e refletir sobre a acessibilidade do alunado atendido ao conhecimento científico. Essas ações estão atreladas ao projeto "Laboratório temático inclusão digital e diversidade".

Entendemos que tal apresentação possa contribuir para que a temática da inclusão no Ensino Superior seja alvo de mais atenção de todos. O momento é de apontar alternativas para o trabalho educacional nas universidades e instituições de ensino superior, visto que a luta por políticas de acessibilidade a este nível de ensino já vem sendo travada há tempos. Com o ingresso dessa população à IES, há que buscarmos os meios para que a permanência e a terminalidade ocorram a contento.

A realização das atividades pelos bolsistas permite-lhes depararem com limites e possibilidades vivenciadas pelo público alvo do Propae, permitindo-lhes dimensionar a necessidade de acessibilidade aos materiais adaptados para que a apropriação do conhecimento possa se dar.

A UEM conta no ano de 2017 com o campus sede em Maringá, e 06 campi em outras cidades, oferecendo atividades referentes à Graduação – Presencial e à Distância, Pós-Graduação - Lato sensu (Especialização, MBAs) e Stricto sensu (Mestrado e Doutorado, Pós-Doutorado), nos âmbitos da pesquisa, do ensino e da extensão.

Em 2016, foi posicionada no Ranking Universitário Folha de São Paulo, como a 24ª melhor Instituição de Ensino Superior do Brasil (UNIVERSIDADE..., 2017, p. 4). Conta com 1282 docentes efetivos e com 22.197 alunos de graduação e pós-graduação (presenciais e a distância), além de docentes não efetivos e de outros servidores.

Esses dados permitem que pensemos na relevância desta universidade e no compromisso que ela deva ter com o bom ensino para todos.

Nesse contexto institucional, o Propae (UEM, 1994) atua como um programa que atende pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais. Ele foi fundado em 1994, numa iniciativa de um grupo de docentes de diferentes áreas, envolvidos com a luta pelos direitos das pessoas com deficiência. Era um período em que estava em discussão a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional e havia um anseio para que as IES fossem, democráticas. Após 23 anos de funcionamento, muitas mudanças ocorreram, sendo relevante expor aspectos históricos de sua constituição.

Conforme consta em Perfil (UEM, 2011), em 2011, o Ministério da Educação (MEC) posicionou a UEM como a primeira universidade do Estado do Paraná em número de produções científicas. Também foi indicada entre as 20 mais bem colocadas do País. O alcance deste posicionamento resulta de muitas lutas, desde a sua criação, aprovada em 1969, até o presente ano.

Atualmente a UEM oferece 62 cursos de graduação presencial e 8 cursos de graduação na modalidade à distância. A oferta destes cursos de graduação aumentou no ano de 2007, quando a UEM ingressou no Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), do Ministério da Educação.

Além da expansão de matrículas, a UEM conta com a verticalização do ensino se deu com as pós-graduações lato sensu oferecidas na UEM desde a década de 1980, sendo que ofereceu 53 especializações, vinculadas às diversas áreas de conhecimento. Em relação à pós-graduação stricto sensu, conta com 51 mestrados e 26 doutorados.

O crescimento da graduação e da pós-graduação na UEM foi acompanhado de um esforço para se manter o compromisso social da IES com a comunidade não acadêmica. Um sinal disto pode ser notado no fato de ter graduado em torno de 50.696 pessoas, sendo que sua integração com a comunidade tem se dado, sobretudo, por meio de seus projetos de extensão. Os serviços de atendimento à comunidade também promovem essa integração, por meio de ações desenvolvidas pelos: MUDI – Museu Dinâmico Interdisciplinar, MBP – Museu da Bacia do Paraná, Instituto de Línguas (ILG), Instituto de Estudos Japoneses – IEJ, Apoio à Educação Básica - PDE, Pactos Nacionais (PNAIC, PNEM), Formação Continuada de Professores, PCA - Programa Multidisciplinar de Estudo, Pesquisa e Defesa da Criança e do Adolescente, ProÍmpo - Formação de Conselheiros Tutelares, Patronato – Apoio aos Egressos (sentenciados) e

sua Integração Social, NEDDIJ – Núcleo de Estudos e Defesa de Direitos da Infância e da juventude, NUMAP – Núcleo de Apoio a Violência contra a Mulher, UNATI – Universidade da Terceira Idade, PROPAAE – Apoio a Pessoas com Deficiência, etc.

Nesse contexto institucional, no âmbito das políticas de inclusão, no Perfil da UEM destacam-se: "as cooperativas de economia solidária, as assessorias prestadas aos municípios, a isenção da inscrição do vestibular para alunos de escolas públicas, as vagas destinadas para indígenas, a implantação de cotas sociais e o processo de avaliação seriada (PAS)" (FRANCISCHETTI et al, 2016, p. 6).

A respeito do aspecto de atendimento educacional especializado ou com ênfase na inclusão, o Propae se apresenta como um programa que vem atuando no apoio ao vestibular adaptado, na adequação de materiais para os alunos, no acompanhamento por meio de monitoria especial, entre outras ações.

2. SOBRE O “LABORATÓRIO TEMÁTICO DE INCLUSÃO DIGITAL E DIVERSIDADE”

O Propae, em resposta ao contexto de crescimento e de diversificação da UEM, passou a ter demandas relacionadas ao ingresso e à permanência das pessoas com deficiência e necessidades educacionais especiais. Desse modo, o Laboratório temático de inclusão digital e diversidade foi criado e contemplado por edital de financiamento. O projeto tem como principais objetivos: a) permitir o acesso à tecnologia e à educação às pessoas com necessidades especiais, inclusive crianças e adolescentes com dificuldades escolares, e os da terceira idade tanto da comunidade interna quanto externa à UEM; e b) oportunizar aos alunos participantes (voluntários e bolsistas) a experiência de participar de um trabalho colaborativo, multidisciplinar e social, além da experiência didática.

Ressaltamos a multidisciplinaridade do Propae de modo geral, e do citado projeto de modo específico, uma vez que alunos e professores de diversas áreas do conhecimento trabalham em conjunto para cumprir esses objetivos estabelecidos. Integram o projeto, como voluntários e como bolsistas, acadêmicos dos cursos de Pedagogia; Informática; Letras e Comunicação Social. Para o alcance dos objetivos elencados, contamos com uma metodologia que utiliza a Informática como recurso mediado do processo de ensino-aprendizagem. Avaliamos ser possível prestar um importante trabalho de extensão à comunidade alvo desse projeto, ao mesmo tempo em que se contribuía para as políticas públicas de inclusão social por meio da inclusão digital.

Programas especializados têm sido utilizados como ferramenta para acesso ao conteúdo curricular e à vida societária em geral. Assim, desenvolvem-se as ações a seguir.

- a) Treinamento no uso da acessibilidade digital: Implica em utilizar programas com arquivos TXT, ou seja, em Blocos de notas, bem como os programas de leitura Dosvox, NVDA e JAWS para acesso aos conteúdos das disciplinas e de outros materiais formativos para os acadêmicos.
- b) Envolvimento com estratégias e outras técnicas de acessibilidade: De modo geral, os bolsistas apoiam as diversas atividades do Propae, como filmagem e edição para a produção de documentários, manutenção da página

virtual do Propae, e atendimento aos alunos com as diferentes necessidades especiais, advindas de quadros diversificados de desenvolvimento.

c) Guarda e manutenção dos equipamentos eletrônicos e digitais: Isso implica em guarda e manutenção de recursos materiais e de produções do Propae em acervo próprio.

d) Transcrição de materiais audiovisuais para a forma escrita, para apoio de estudos referentes à educação especial.

Destacamos que essas ações citadas têm oportunizado aos cegos e às pessoas com baixa visão o acesso aos textos curriculares, de modo que a apropriação do conhecimento e a realização de novas elaborações lhes sejam cada vez mais viáveis. Além disso, essas ações apoiam os acadêmicos em seus estudos curriculares e de preparação para o trabalho.

3. ACESSIBILIDADE AO CONHECIMENTO

Consideramos não ser possível uma política de inclusão no Ensino Superior desvinculada do investimento na produção e na divulgação do saber. O estudante universitário com e sem deficiências ou necessidades especiais deve ter condições de acesso ao conteúdo acadêmico curricular em tempo oportuno para que possa aprender como os demais alunos.

Mas, também, deve ter condições de se apropriar dos saberes, que devem ser organizados de forma que lhes sejam acessíveis. Isto porque consideramos que a inclusão educacional não diz respeito apenas à acessibilidade à matrícula, mas à garantia da permanência e da terminalidade dos estudos com qualidade. Nesse sentido, uma universidade deve estar inserida em um contexto de produção e de socialização de conhecimento de modo a impactar positivamente a melhoria da vida dos alunos e da coletividade. A universidade precisa estar compromissada em se tornar acessível fisicamente, nos aspectos arquitetônicos, mas isto não basta. Precisa que o cabedal de saberes que produz seja disponibilizado, investindo no ensino de maior qualidade e na divulgação pelos futuros profissionais que forma.

Destacamos, ainda, em relação à temática da deficiência e da inclusão em geral e no ensino superior que foram publicados materiais expondo as elaborações teóricas e os relatos das atividades desenvolvidas no Propae (RIBEIRO; DELLA ROSA, 2010; RIBEIRO; SILVA; CINTRA, 2013; BARROCO; LEONARDO; SILVA, 2012).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como a UEM, embora vivencie uma situação de luta para manter sua autonomia, assume um espaço de notoriedade na sociedade paranaense, e nos planos nacional e internacional, ela deve estar atenta à política de inclusão que pretende assumir doravante. Destacamos que suas atividades de pesquisa, ensino e de extensão devam atentar-se para um público atendido pelo Propae, e que tem ficado à margem das mesmas. Há o problema de ritmo mais lento que ele pode apresentar, tornando-o talvez menos produtivo em termos numéricos. Contudo, quando se reconhece que os alunos integrantes podem aprender e contribuir para a formação de outra sociedade, não pautada num produtivismo desenfreado, que leva ao adoecimento e ao sofrimento de

todos, entende-se que o convívio com os desafios da inclusão no ensino superior e com a implementação de ações referentes a ela deve ser promovido. Isso permite uma formação mais sólida no âmbito da inclusão, tanto aos alunos atendidos como aos bolsistas.

REFERÊNCIAS

BARROCO, S. IV. S.; LEORNARDO, N. S. T.; SILVA, T. S. A. da (Org.). *Educação Especial E Teoria Histórico-Culturat*: em defesa da humanização do homem. 1. ed. Maringá: EDUEM, 2012.

FACCI, M. G. D.; MEIRA, M. E. M.; TULESKI, S. C. (Orgs.). *A exclusão dos "includidos"*: uma crítica da psicologia da educação à patologização e medicalização dos processos educativos. Maringá: EDUEM, 2013.

FRANCISCHETTI, É.; SANTOS, J. M. D. D. S. G.; UEDA, L. M. A.; PEREIRA, M. C.; GASPAR, R. A.; SHIMABUKURO, T. N. *Caracterização da Universidade Estadual de Maringá do Programa Multidisciplinar de Pesquisa e Apoio à Pessoa com Deficiência e Necessidades Educativas Especiais (Propae)*. Maringá UEM, 2016, texto não publicado.

RIBEIRO, M. J. L.; DELLA-ROSA, V. A.. *Laboratório Temático de Inclusão Digital e Diversidade: teorias e experiências*. Maringá: EDUEM, 2010.

UEM. Universidade Estadual de Maringá (1994). *Portaria n. 1.533-GRE*, de 28 de setembro de 1994, que fica criado o Programa Interdisciplinar de Pesquisa e Apoio à Excepcionalidade - Propae, vinculado ao Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Propae, UEM, Maringá, PR.

UEM. Universidade Estadual de Maringá. Perfil. Maringá: UEM, 2011. Disponível em: <http://www.uem.br/index.php?option=com_content&task=view&id=32&Itemid=151>. Acesso em: 5 maio 2016.

UEM. Universidade Estadual de Maringá. Maringá: UEM, 2017. Disponível em: <<http://www.asp.uem.br/arquivos/IndicadoresUEM.zip>>. Acesso em 13 set 2017.

Sessão 5 – Texto 095

JUSTIÇA RESTAURATIVA: DESAFIOS E AVANÇOS

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

Nilza Machado de Oliveira Souza¹, Paulo Roberto de Souza², Antonio Carlos Simionato³

¹Prof.^a Depto de Direito Privado e Processual – DPP/UEM, contato: nmosouza@uem.br

²Prof. Depto de Direito Privado e Processual – DPP/UEM, contato: prsouza@uem.br

³Aluno do Curso de Graduação em Direito/UEM, contato: simionato@wnet.com.br

Resumo. *Descreve-se as atividades desenvolvidas pelo Projeto de Extensão nº 6528/11, Justiça Restaurativa e Sistemas Alternativos de Solução de Conflitos, cujo foco são conflitos e violência danosos às pessoas e relacionamentos. As pessoas afetadas, direta ou indiretamente, são convidadas para participar de encontros, denominados círculos restaurativos e, caso aceitem, terão oportunidade de dialogar sobre o ocorrido e construir planos de ação que promovam responsabilização, reparação de danos, restabelecimento de vínculo e reintegração social. O Projeto atua em quatro eixos: palestras e encontros de sensibilização; cursos e oficinas de iniciação e capacitação de multiplicadores e facilitadores; atendimentos; política pública. Em 2017 mil seiscentas e sessenta pessoas foram contempladas pelas atividades do projeto e o eixo política pública apresentou proposta de projeto de lei de Pacificação Restaurativa para Maringá à Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal e ao Executivo e atuou na organização de uma audiência pública.*

Palavras-chave: política – pública – restaurativa

Justiça restaurativa – Política pública de tratamento adequado de conflitos: desafios e avanços

A justiça restaurativa é concebida como um novo paradigma de justiça, cujo foco central são os danos às pessoas e aos relacionamentos. Trata-se de “um processo pelo qual todas as partes ligadas a uma ofensa em particular, se reúnem para resolver coletivamente como lidar com as consequências da ofensa e as suas implicações para o futuro” (TONY MARSHALL apud LARRAURI, 2004, p. 73).

A preocupação com o fenômeno da violência, a nível mundial, fez com que países como Nova Zelândia, Austrália e Canadá passassem a adotá-la, como uma possibilidade eficaz de enfrentamento à violência, ainda na década de 70. As experiências positivas chegaram ao Brasil no final da década de 80 e, assim, a Justiça Restaurativa se implantou, oficialmente, a partir de 2005, por meio de três projetos pilotos que, orientados pela recomendação da ONU (Resolução nº 2002/12 do Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas) inseriram as experiências pioneiras em Porto Alegre/RS, São Caetano do Sul/SP e Brasília/DF, com apoio do Ministério da Justiça, da Secretaria de Reforma do Judiciário, da Secretaria dos Direitos humanos da Presidência da República, dentre outros. Em 2012 a Lei nº 12.594/12, que instituiu o SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo estabeleceu, taxativamente, no art. 35, III, “prioridade a práticas ou medidas que sejam restaurativas e, sempre que possível, atendam às necessidades das vítimas”.

A Justiça Restaurativa passou a ser adotada como política pública em diversos municípios brasileiros, como Caxias do Sul, Passo Fundo e Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul, Santos em São Paulo, Petrópolis no Rio de Janeiro, Londrina e Ponta Grossa no Paraná, dentre outros, depois que a Emenda 01/13 à Resolução nº 125/10 do Conselho Nacional de Justiça a previu como política pública, embora restrita aos Juizados Especiais Criminais e à Justiça Juvenil (§ 3º do art. 7º). No Paraná, a Justiça Restaurativa foi introduzida oficialmente pela Resolução nº 04/15 do NUPEMEC - Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos – do TJPR.

Em 2016 a Justiça Restaurativa passou a ser contemplada de forma ampla pela Resolução nº 225/16, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário, estabelecendo no art. 1º, §1º, V, o “Enfoque Restaurativo”, como uma abordagem diferenciada em relação àquelas institucionalizadas, com participação dos envolvidos, familiares e comunidade; atenção às necessidades da vítima e ofensor; reparação de danos e compartilhamento de responsabilidades e obrigações. E ao prever as linhas programáticas, destaca o caráter sistêmico, interinstitucional e intersetorial com integração das redes familiares e comunitárias, instituições afins e sociedade civil, em colaboração com as demais políticas públicas: segurança, assistência, educação e saúde (art. 3º, II, III, V).

Considerada novo paradigma, a Justiça Restaurativa enfrenta dificuldades, como tudo que é novo, mas vem se consolidando, no Brasil, como política pública de tratamento adequado de conflitos, em diversas cidades, citadas acima, contemplando iniciativas, individuais e coletivas, comunitárias e institucionalizadas, privadas e públicas com o objetivo comum de promover a transformação de uma cultura de dominação e violência para uma cultura de cooperação e de paz e Maringá não poderia ficar de fora, considerando a sua trajetória, os desafios e os avanços conquistados com a existência do Projeto Justiça Restaurativa-UEM, desde 2011, e o PROPAZ – Programa de Justiça Restaurativa e Cultura de Paz da Universidade Estadual de Maringá, desde 2012.

A dimensão extensionista do projeto: o papel da justiça restaurativa na construção da cultura de paz e os desafios e avanços como política pública em Maringá

A justiça restaurativa desempenha papel decisivo para a construção da cultura de paz, pois atua na realidade social, promovendo encontros de diálogo em âmbito judicial e extrajudicial, na família, na escola, na comunidade. As suas práticas são vivenciadas por todas as pessoas afetadas, direta ou indiretamente, por atos de ofensa e/ou violência, que concordem e queiram participar do círculo restaurativo e de construção de Paz.

Para Kay Pranis (2011, p. 9) “o círculo é um processo de diálogo que trabalha intencionalmente na criação de um espaço seguro para discutir problemas muito difíceis e dolorosos, a fim de melhorar os relacionamentos e resolver diferenças”.

A melhoria da qualidade dos relacionamentos ocorre pois, por meio do encontro, diálogo e construção de consenso, busca-se promover o bem-estar de todos, ouvir os seus sentimentos e as suas necessidades e, na medida do possível, atendê-las. Vítimas, ofensores, familiares e comunidade são encorajados para assumirem o papel de protagonistas de suas histórias e as ações visam empoderar e emancipar os sujeitos em

situação de conflito e vulnerabilidade. Para atingir esse objetivo, que é um grande desafio, o projeto adota estratégias e ferramentas como cursos, encontros, palestras, oficinas, atendimentos individuais e círculos.

As atividades desenvolvidas pelo projeto evidenciaram que as pessoas capturadas pelo paradigma da cultura de violência se sentem impotentes para enfrentar e solucionar os seus conflitos, por isso, os submetem a terceiros. A crença de que os conflitos devem ser “solucionados” por autoridades, alheias a realidade onde se instalam, pode gerar mais danos e males, pois o processo judicial (convencional) resolve o conflito jurídico (a lide), mas, muitas vezes, não resolve o conflito sociológico (não chega à raiz do problema, às causas subjacentes). Daí a importância de empoderar as pessoas, conscientizá-las do seu poder de autonomia e autodeterminação, de emancipação para o enfrentamento das questões conflituosas que lhes afligem e para a construção de soluções adequadas.

Para atingir esse status é fundamental que a Justiça Restaurativa seja alçada ao patamar de política pública no município de Maringá, como já acontece em outros municípios brasileiros, como Caxias do Sul, Passo Fundo e Bento Gonçalves no Rio Grande do Sul, Santos em São Paulo, Petrópolis no Rio de Janeiro, Londrina e Ponta Grossa no Paraná, dentre outros. Trata-se de um grande desafio que tem reunido esforços concentrados, mas que tem avançado muito, desde a gestão passada até a gestão atual, concretizando-se parcialmente com a apresentação de proposta de projeto de lei de pacificação restaurativa para Maringá e a realização de uma audiência pública, dependendo, agora, de aprovação.

Resultados efetivos do projeto em 2017

As ações extensionistas espalharam-se para além de Maringá, chegando às cidades de Arapongas, Cambará, Cianorte, Itambé, Londrina, Mandaguari, Marialva, Nova Esperança, Paiçandu, Paranavaí, Sarandi, contemplando 1.660 (um mil seiscentas e sessenta) pessoas:

- 1) palestras, encontros e círculos de sensibilização: Maringá, além das atividades desenvolvidas na UEM (bloco 3), fora do campus ocorreram por demandas do Núcleo Regional de Educação; SEDUC; Colégio Estadual Maluf; Colégio Estadual do Parque Itaipu; Cambará, como atividade parceira do Projeto Rondon Regional; Cianorte, no Curso Design e Moda da UEM; Nossa Senhora das Graças, pela Secretaria Municipal de Educação; Sarandi, no Colégio Estadual do Jardim Independência e no Colégio Estadual Antônio F. Lisboa; Paiçandu, no Colégio Vercindes Gerotto dos Reis; Paranavaí, pela Secretaria Municipal de Educação, totalizando 1.444 (um mil quatrocentas e cinquenta) pessoas;
- 2) cursos de iniciação/capacitação/oficinas: realizados em Maringá, Arapongas e Londrina, em parceria com a comunidade, escolas, Judiciário, Ministério Público e demais segmentos, totalizando 185 (cento e oitenta e cinco) pessoas, preparadas para atuar como multiplicadores da justiça restaurativa e facilitadores dos círculos de justiça restaurativa e de construção de paz;
- 3) atendimentos: 31 (trinta e um) casos, envolvendo pessoas em situação de conflito, realizando pré-encontros, pré-círculos, círculos e pós-círculos.
- 4) política pública: entrega de proposta de projeto de lei ao legislativo e ao

executivo e realização de uma audiência pública na Câmara Municipal no dia 22/08/2017.

O aumento das demandas e a expansão das atividades do projeto para além da comunidade universitária e da cidade de Maringá, demonstram a sua inserção regional e a relevância na prevenção de conflitos e violência, bem como na resolução de conflitos, contribuindo para a construção da cultura de paz. Por outro lado, a sua inserção social realiza plenamente a função da extensão universitária, como processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa, e promove ações direcionadas ao atendimento das demandas da comunidade.

Referências

BRANCHER, L. N. *et all. Manual de práticas restaurativas*. Porto Alegre: AJURIS, 2008.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução nº 125/2010*. Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/>. Acesso em: 10 ago 2017.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Resolução nº 225/2016*. Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/atos-administrativos/>. Acesso em: 14 ago 2017.

LARRAURI, Elena. Tendencias actuales de La justicia restauradora. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, ano 12, n. 51, Nov./dez. 2004, pp. 67-103.

NÚCLEO PERMANENTE DE MÉTODOS CONSENSUAIS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS. TJPR. *Resolução nº 004/2015*. Diário Eletrônico do TJPR nº 1548. 16 abr 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - *Resolução nº 2002/12*. Princípios Básicos para a Utilização de Programas de Justiça Restaurativa em Matéria Criminal. Disponível em: <http://justica21.web1119.kinghost.net/>. Acesso em: 10 ago 2017.

PRANIS, Kay. *Círculos de Justiça Restaurativa e de Construção de Paz: guia do facilitador*. Trad. Fátima de Bastiani. Porto Alegre: TJRS, Depto de Artes Gráficas, 2011.

Sessão 5 – Texto 111

TREINAMENTO DE BASQUETE/HANDEBOL PARA USUÁRIOS DE CADEIRAS DE RODAS PARTICIPANTES DO PROAFA/UEM

Área Temática: Direitos Humanos e Justiça

**Christian Martins dos Santos¹, Silvana dos Santos²; Giuliano Gomes de Assis
Pimentel³, Décio Roberto Calegari⁴**

¹Aluno de graduação de Educação Física – DEF/UEM, christian.martins@hotmail.com

²Mestre em Educação Física – Membro ativo GEL/UEM, silsantos2611@outlook.com

³Docente do Departamento de Educação Física – DEF, contato:ggapimentel@gmail.com

⁴Docente do Departamento de Educação Física, deciorc@gmail.com

Resumo. *Trata-se de um estudo descritivo de cunho qualitativo, que abordou as especificidades do Basquete/Handebol para usuários de cadeiras rodas. O estudo traçou nuances acerca do contexto histórico das modalidades, tendo por objetivo apresentar os resultados dos atletas do projeto de extensão PROAFA/UEM nas principais competições da categoria no estado do Paraná. O estudo se mantém em execução, e os resultados conquistados até o momento nos possibilitam afirmar a qualidade do trabalho desenvolvido, mas alicerçado na construção do sujeito num todo, promovendo melhorias nos aspectos sociais, físicos e intelectuais.*

Palavras-chave: *Treinamento – PROAFA/UEM – Deficientes.*

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Atividade Física Adaptada – PROAFA/UEM é um projeto de extensão vinculado ao curso de Educação Física, cuja finalidade está centrada na inclusão, valorização social, saúde e qualidade de vida para pessoas com deficiência. O projeto oferece práticas e treinamentos de onze modalidades: 1. Bocha paralímpica; 2. Basquetebol em Cadeira de Rodas; 3. Handebol em Cadeira de Rodas; 4. Natação adaptada; 5. Tênis de Mesa Adaptado; 6. Esgrima em Cadeira de Rodas; e 7. Tênis de Campo em Cadeira de Rodas. 8. Paraciclisto, 9. Petra Race Running como atividade corporal com abordagem cultural Artes Cênicas Adaptada. Especificamente neste recorte, trataremos das especificidades dos treinamentos de Basquete/Handebol para usuários de cadeira de rodas, visto que Rittner (2009) atribui o esporte como fator de integração e inclusão social. Neste aspecto, o esporte pode ser vislumbrado enquanto unificador das mais diferentes populações, contribuindo ainda, no processo de inclusão social por meio de projetos de cunho social.

O projeto de extensão PROAFA/UEM pode ser considerado um facilitador da inclusão esportiva para pessoas usuárias de cadeiras de roda, pois, em suas dinâmicas são articulados treinos de alto rendimento para jogadores de Basquete/Handebol. Tais treinos ocorrem quatro vezes na semana com duração de duas horas/dia, sendo distribuído em dois dias para a modalidade de Basquetebol e dois dias para Handebol.

Frente as primeiras colocações, o objetivo do estudo consiste em apresentar os resultados de participação dos atletas do projeto de extensão PROAFA/UEM, nas

principais competições da categoria no Estado do Paraná. Tomou-se como ponto de partida o estudo descritivo de cunho qualitativo com abordagem histórica. De acordo com Gil (2008), as pesquisas descritivas possuem como objetivo a descrição das características de uma população, fenômeno ou de uma experiência.

2. RESULTADOS

Os treinamentos são ministrados para um grupo de onze atletas com deficiência física, dos quais quatro possuem lesão medular, sendo: T2 incompleta; T4 completa – paraplegia; T10 completa – paraplégico; T11 incompleta e os demais apresentam paralisia infantil (perna esquerda total e perna direito), amputação transfemural perna esquerda, amputação membro inferior direita, hemiparesia do lado direito, poliomielite, e paralisia cerebral. A rotina de treinamentos e as especificidades técnicas e táticas de cada modalidade condicionam os atletas rapidamente para as exigências das competições, inclusive oportunizando vitórias e a conquista de medalhas.



Imagem 1. Atletas de Basquetebol participantes do projeto de extensão PROAFA/UEM.

No que diz respeito a participação em jogos, a equipe participa ativamente nos campeonatos: Campeonato Paranaense de HCR, Campeonato Paranaense de BCR e Copa Sul de BCR. Para além das competições o esporte também contribui na superação, renovando “a percepção mudando a auto-estima e criando uma imagem corporal positiva (BRAZUNA; DE CASTRO, 2001, p. 117).

Ano	Campeonato Paranaense de BCR	Copa Sul de BCR	Campeonato Paranaense de HCR	Campeonato Brasileiro de HCR
2011	3º lugar			
2011			3º lugar HCR4a	
2011			Campeão HCR4b	
2011			3º lugar HCR7	
2012	3º lugar		Desclassificação por não jogar uma das etapas, por falta de recursos	
2013	3º lugar		Desclassificação em função do ano anterior	
2014	Vice campeão da 1ª divisão		Campeão HCR4a	
2014			Vice campeão HCR4b	
2014			3º lugar HCR7	Vice campeão HCR4a
2014				4º lugar HCR4b
2014				3º lugar HCR7
2014	4º lugar da 1ª divisão		Vice campeão HCR4a	Vice campeão HCR4a
2015				Participação HCR4b
2015				Participação HCR7
2015			Participação HCR4b	Vice campeão HCR4a
2015			Participação HCR7	Participação HCR4b
2015				Participação HCR7
2016	Campeão da divisão de acesso		3º lugar HCR4a	3º lugar HCR4a
2016			3º lugar HCR4b	3º lugar HCR4b
2016			3º lugar HCR7	3º lugar HCR7
2017		Participação		

Quadro 1. Resultados obtidos a partir de 2011

Dentre as classificações, podemos destacar o Vice-campeonato Brasileiro no HCR4a em 2014, os títulos de campeão paranaense do HCR4b (2011) e do HCR4a (2014), demonstrando a qualidade do grupo e como a ausência de alguns atletas compromete a qualidade dos resultados obtidos, pois em todas as competições em que a equipe não conseguiu chegar ao quadro de medalhas atletas de destaque não puderam competir, seja por conta de trabalho o por motivo de lesão.

Já no Basquete o título da divisão de acesso do Campeonato Paranaense e o Vice-campeonato em 2014 são conquistas que proporcionaram as condições para que a equipe ousasse participar da sua primeira competição nacional – a COPA SUL DE BCR – disputada em Pinhais em 2017, onde a equipe acabou caindo no grupo da morte onde estavam também a equipe sede e a equipe campeão da competição, o que inviabilizou as pretensões em termos de resultados do grupo.

Especificamente no projeto de extensão PROAFA/UEM, há uma demanda de atletas que se mostram interessados pelas modalidades e procuram pelos treinos. Desse modo, iniciam-se os treinos, no entanto a participação em competições se faz após um período de inserção no time e quando comissão técnica e demais atletas consideram o novato com potencial para os jogos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que ações voltadas as especificidades esportivas com cadeiras de rodas possibilitam a integração/sociabilização de deficientes praticantes de HCR e Basquetebol. Neste tocante, o projeto de extensão PROAFA/UEM corrobora com a inserção do deficiente nos diferentes papéis sociais.

Para além dos aspectos sociais, pode-se dizer ainda, que o projeto promove por meio de seus treinos a participação ativa dos atletas nos principais torneios e campeonatos no estado do Paraná, mantendo a classificação de vencedores tanto no Basquete quanto no Handebol.

Assim, pode-se concluir este estudo abordando a eficácia dos treinos para melhorias nos aspectos sociais, intelectuais e físicos por meio do esporte de alto rendimento, sem desvalorizar o sujeito ou classificá-lo enquanto indivíduo possuidor de limitações.

REFERÊNCIAS

BRAZUNA, M.R. DE CASTRO, E. M. *A trajetória do atleta portador de deficiência física no esporte físico no esporte adaptado de rendimento*. Uma revisão da literatura. *Motriz*, v. 7, n. 2, p. 115 – 123, 2001.

CALEGARI, D.R. *Handebol sobre cadeiras de roda nasceu no Paraná pode se tornar Paralímpico*. In: Secretaria do Esporte e Turismo, 09/12/2012. Disponível em: <http://www.jogosabertos.pr.gov.br/modules/noticias/article.php?storyid=4956>. Acessado em: 31/09/2017.

Adaptação do Handebol para Cadeira de Rodas. Tese de Doutorado em Educação Física - Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2010.

GIL, A.C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

OLIVEIRA, A. C. S. *Proposta de sistematização pedagógica e avaliação no handebol em cadeira de rodas*. Dissertação de Mestrado de Pós-Graduação em Educação Especial. Universidade Federal de São Carlos, UFSCar. São Carlos – SP. 2011.

RITTNER, V. *Esporte: Um Meio de Integração Social?* In: MALINA, A. CESARIO, S. *Esporte: fator de integração e inclusão social?* Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2009. p. 33-49.

Sessão 9 – Texto 015

ANEMIA EM IDOSOS NO ANO DE 2016

Área Temática: Saúde

Francyhellen Franco Montanha¹, Eliana L. Tomimatsu Shimauti², Eliana Valéria Patussi³, Maria de Fátima Alves Truiti Estevam Araújo⁴, Juliana Curi Martinichen Herrero⁵

¹Aluna do Curso de Biomedicina, DAB/UEM Contato: francyhellenmontanha@gmail.com

²Profa.do Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina – DAB/UEM Contato: elianatomimatsu.elt@gmail.com

³Profa.do Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina – DAB/UEM Contato:evpatussi@gmail.com

⁴Farmacêutica – DAB/UEM Contato: mfatearaujo@hotmail.com

⁵Profa.do Departamento de Análises Clínicas e Biomedicina – DAB/UEM Contato: jeurim@hotmail.com
(Coordenadora)

Resumo *Embora as anemias sejam frequentes com o avanço da idade, não podem ser consideradas uma consequência normal, uma vez que é rara em indivíduos idosos saudáveis. Este projeto visa determinar a prevalência de anemia em idosos atendidos pelo LEPAC, classificar morfológicamente as anemias e comparar com a prevalência de anemia em outras faixas etárias. No período de janeiro/2016 a dezembro/2016, foram analisados 2018 hemogramas no Setor de Hematologia do LEPAC, sendo 270 (13,4%) pertencentes a pacientes com 60 anos ou mais. Do total de hemogramas realizados em todas as faixas etárias, 186 (9,2%) apresentaram anemia. A prevalência de anemia entre os pacientes com 12 a 59 anos foi de 7,8% (n= 157) e entre os pacientes com idade \geq 60 anos, foi de 8,1%. Entre os anêmicos com idade \geq 60 anos, 31,8% dos casos apresentaram anemia microcítica hipocrômica, 63,6% normocítica normocrômica e 4,6% macrocítica.*

Palavras-chave: Anemia – Idosos – Prevalência

INTRODUÇÃO

Anemia é definida como a diminuição dos níveis de hemoglobina abaixo dos considerados normais para o sexo, idade do indivíduo e altitude do local, os padrões da OMS são utilizados como critério para avaliar a anemia, assim, os níveis de hemoglobina indicativos de anemia são de <13 g/dL para homens adultos e <12 g/dL para mulheres adultas.

A anemia ocorre frequentemente em idosos, mais de 10% dos idosos com idade maior ou igual a 65 anos, conforme os padrões da OMS tem anemia. A anemia é de causa multifatorial, geralmente decorre secundária a alguma doença de base. As três causas mais frequentes de anemia são classificadas como Anemia por Doença Crônica ou de Inflamação, ou ainda também pode ser chamada de Insuficiência Renal Crônica, Anemia por Deficiência de Nutrientes, e Anemia por causas inexplicadas (GURALNIK et al., 2004)

Diversos estudos têm demonstrado que a anemia em idosos, além de ser um fator de risco ao óbito, é responsável por complicações iatrogênicas, coronarianas e

insuficiência cérebro-vascular (CHAVES et al., 2004; GURALNIK et al., 2004). A anemia causa severa deterioração na qualidade de vida, levando ao aumento na morbidade e declínio de funções físicas, sendo considerada um fator de risco de mortalidade (BALDUCCI et al., 2006).

OBJETIVOS

Determinar a ocorrência de anemia em idosos atendidos no Laboratório de Ensino e Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá (LEPAC-UEM) na cidade de Maringá-PR, no ano de 2016; avaliar a prevalência dos diferentes tipos de anemia segundo os índices hematimétricos e comparar a ocorrência de anemia com outras faixas etárias.

MATERIAIS E MÉTODOS

A população em estudo compreendeu indivíduos de ambos os sexos com idade ≥ 60 anos atendidos no LEPAC-UEM, no ano de 2016. As análises hematológicas e hematimétricas foram realizadas em contador eletrônico de células (Mindray BC-3000). A morfologia eritrocitária e leucocitária foi avaliada em esfregaço sanguíneo corado segundo May-Grunwald-Giemsa. Para o diagnóstico da anemia foi utilizado o critério proposto pela Organização Mundial de Saúde (OMS). As análises dos dados obtidos foram realizadas por meio de planilhas do Excel®.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No período de janeiro/2016 a dezembro/2016, foram analisados 2018 hemogramas no Setor de Hematologia do LEPAC, sendo 270 (13,4%) pertencentes a pacientes com 60 anos ou mais. Foram realizados 1708 exames em pacientes com idade entre 12 a 59 anos, e 40 exames entre pacientes entre 0 a 11 anos. Dos 2018 pacientes, 973 (48,2%) foram do sexo masculino e 1045 (51,8%) do sexo feminino. Pacientes menores que 12 anos ($n=40$) representaram 2,0% do total de pacientes atendidos. Do total de hemogramas realizados em todas as faixas etárias, 186 (9,2%) apresentaram anemia. A prevalência de anemia entre 0-11 anos foi de 17,5% ($n=7$). A prevalência de anemia entre os pacientes com 12 a 59 anos foi de 7,8% ($n=157$) e entre os pacientes com idade ≥ 60 anos, foi de 8,1% ($n=22$ casos) (Tabela 1).

Tabela 1: Prevalência de anemia na população atendida pelo LEPAC no ano de 2016

Faixa etária	Total de pacientes	Pacientes com anemia	% de pacientes com anemia
0-11 anos	40	6 (F) - 1 (M) - 7	17,5
12-59 anos	1708	98 (F) - 59 (M) - 157	7,8
≥ 60 anos	270	14 (F) - 8 (M) - 22	8,1
TOTAL	2018	186	9,2

A partir da análise dos índices hematimétricos observou-se entre a população anêmica de 12-59 anos, anemia microcítica hipocrômica em 46,5% ($n=73$), anemia normocítica normocrômica em 42,7% ($n=67$) e anemia macrocítica em 10,8% ($n=17$). Entre os anêmicos com idade ≥ 60 anos, 31,8% ($n=7$) dos casos apresentaram anemia microcítica hipocrômica, 63,6% ($n=14$) normocítica normocrômica e 4,6% ($n=1$) macrocítica (Tabela 2).

Tabela 2: Prevalência de acordo com a classificação morfológica das anemias no ano de 2016

TIPO DE ANEMIA	12-59 ANOS	12-59 ANOS (%)	60 ANOS OU MAIS	60 ANOS OU MAIS (%)
MICROCÍTICA HIPOCRÔMICA	73	46,5	7	31,8
NORMOCÍTICA NORMOCRÔMICA	67	42,7	14	63,6
MACROCÍTICA	17	10,8	1	4,6

O tipo de anemia mais prevalente em idosos é a anemia por doença crônica (ADC) seguido da anemia por deficiência de ferro (ADF). Nesta população a alta taxa de anemia normocítica normocrômica (63,6%) sugere ser decorrente de doença crônica, na sua maioria. Os casos de anemia microcítica e hipocrômica (31,8%), podem indicar anemia ferropênica, entretanto, nestes pacientes não foi analisada a concentração de ferro sérico e/ou ferritina, para afirmar com certeza. A anemia na população idosa é um fato preocupante, uma vez que a anemia em idosos pode contribuir para deterioração da qualidade de vida, levando ao aumento na morbidade e declínio de funções físicas, além disso, é considerada um fator de risco de mortalidade.

Os pacientes com idade \geq 60 anos apresentaram maior frequência de anemia no sexo feminino do que no masculino, 11,6% e 5,4%, respectivamente. Os pacientes do sexo feminino com idade entre 12 a 59 anos apresentaram também uma frequência alta de anemia 11,2%, enquanto que os homens na mesma faixa etária apresentaram uma frequência menor (7,1%) (Tabela 3).

Tabela 3: Prevalência de anemia em diferentes faixas etárias no ano de 2016

FAIXA ETÁRIA	TOTAL DE PACIENTES	PACIENTES COM ANEMIA	PACIENTES COM ANEMIA (%)
0-11 anos (ambos os sexos)	40	7	17,5
12-59 anos (sexo masculino)	837	59	7,1
12-59 anos (sexo feminino)	871	98	11,2
\geq 60 anos (sexo masculino)	149	8	5,4
\geq 60 anos (sexo feminino)	121	14	11,6
total	2018	186	9,2

REFERÊNCIAS

BALDUCCI, L.; ERSHLER, W. B.; KRANTZ, S. *Anemia in the elderly- clinical findings and impact on health*. Critical reviews in oncology/hematology. V. 58, p. 156-165, 2006.

CHAVES, P. H.; XUE, Q. L. GURALNIK J. M.; et al.. *What constitutes normal hemoglobin concentration in community-dwelling disabled older women?* J. Am. Geriatr.Soc.. v. 52, p. 1811-1816, 2004.

GURALNIK, J. M.; EISENSTAEDT, R. S.; FERRUCCI, L. et al.. *Prevalence of anemia in persons 65 years and older in the United States: evidence for a high rate of unexplained anemia*. Blood. v. 104, p. 2263-2268, 2004.

Sessão 9 – Texto 031

CONSULTAS DE ENFERMAGEM GERONTOGERIÁTRICA NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: CARACTERIZAÇÃO DOS IDOSOS ATENDIDOS

Área Temática: Saúde

Nayana Flor Ulbinski¹, Iara Sescon Nogueira², Mariana Pissioli Lourenço³, Ligia Carreira⁴, Vanessa Denardi Antoniassi Baldissera⁵

¹Aluna do curso de Enfermagem, bolsista DEX/UEM, contato: nayanafior@hotmail.com

²Aluna do Mestrado em Enfermagem, bolsista CAPES/UEM, contato: iara_nogueira@hotmail.com

³Aluna do Mestrado em Enfermagem, bolsista CAPES/UEM, contato:
marianapissiolilourenco@gmail.com

⁴Prof.^a Depto de Enfermagem – DEN/UEM, contato: ligiacarreira.uem@gmail.com

⁵Prof.^a Depto de Enfermagem – DEN/UEM, contato: vanessadenardi@hotmail.com

Resumo. *Objetivou-se identificar os aspectos sociais, demográficos, condições de saúde e uso de serviços da Atenção Primária à Saúde dos idosos atendidos por consulta de enfermagem gerontogeriatricas em Maringá-PR. Trata-se de uma pesquisa documental de caráter descritivo. Os dados referem-se a 10 idosos que receberam consultas de enfermagem no período de março a agosto de 2017. Os dados foram processados e analisados através do software Google Forms®, utilizando estatística descritiva simples. Do total de idosos, a maioria (7) são mulheres, possuem idade média de 76 anos, seis mencionaram não trabalhar e seis são viúvos. A doença mais referida foi a Hipertensão Arterial Sistêmica (7). Foi possível conhecer fatores relevantes sobre a realidade demográfica, social e de doença, gerando informações fundamentais para o planejamento das ações de saúde.*

Palavras-chave: *Enfermagem – Atenção Primária à Saúde – Saúde do Idoso*

1.INTRODUÇÃO

O envelhecimento é um fenômeno mundial. Estima-se para o ano de 2050, cerca de dois bilhões de pessoas com 60 anos ou mais no mundo, e a maioria delas vivem nos países em desenvolvimento, como o Brasil (ONUBR, 2017). O envelhecimento é compreendido como um processo natural, no entanto, com o aumento da idade, há também um aumento das doenças crônicas e incapacidades, ocasionando condições que requeiram assistência à saúde (BRASIL, 2006).

A Atenção Primária à Saúde (APS) é uma das portas de entrada para o Sistema Único de Saúde e, no que se refere à atenção ao idoso, tem por objetivo promover a saúde e prevenir doenças, além de atuar no tratamento com vistas à cura de doenças e reabilitação da saúde (BRASIL, 2006).

Afirma-se que a assistência ao idoso na APS deva consistir em um processo de avaliação multidimensional e contemplar os diversos fatores que influenciam o processo saúde-doença, sendo necessário que a equipe de saúde, especialmente o enfermeiro, reconheça o processo de envelhecimento, seus determinantes, condicionantes, fatores associados e repercussões (PILGER *et al.*, 2013).

Na assistência de enfermagem gerontogeriatrica no cenário da APS, as ações devem abranger atenção integral por meio de consultas de enfermagem cujo objetivo é garantir assistência sistematizada de enfermagem aos idosos: identificar os problemas de saúde-doença; executar e avaliar cuidados que contribuam para a promoção, proteção, recuperação e reabilitação da saúde (CAMPOS *et al.*, 2007).

A partir da integração ensino-serviço-comunidade, um projeto de extensão universitária em enfermagem se propôs a atuar em parceria com uma equipe de Estratégia Saúde da Família (ESF) e promover atendimento integral aos idosos a partir da implantação de consultas desse modelo de assistência de enfermagem gerontogeriatrica. Assim, esse trabalho teve como objetivo identificar os aspectos sociais, demográficos, condições de saúde e uso de serviços de atenção primária à saúde dos idosos atendidos por consulta de enfermagem gerontogeriatricas.

2. METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa documental, de caráter descritivo, cuja fonte de dados foram os registros de 17 consultas de enfermagem realizadas no período de março a agosto de 2017. Para este estudo foram analisadas 10 consultas enfermagem, e o público-alvo foram os idosos atendidos por um projeto de extensão em enfermagem intitulado “Assistência domiciliar de Enfermagem às famílias de idosos dependentes de cuidado” (ADEFI), vinculado ao departamento de enfermagem da Universidade Estadual de Maringá, localizada no município de Maringá, no Estado do Paraná-Brasil.

O ADEFI vem sendo realizado por meio de integração ensino-serviço-comunidade, em uma Unidade Básica de Saúde (UBS) localizada nesse mesmo município, cujo foco principal é ofertar assistência de enfermagem aos idosos, foco deste estudo e caracterização, residentes em uma área coberta pela ESF. Inicialmente, os idosos foram identificados a partir da indicação dos profissionais da ESF, e assim receberam consulta de enfermagem gerontogeriatricas, que foram agendadas previamente.

Os dados levantados foram coletados por meio de consultas de enfermagem gerontogeriatricas, realizadas na UBS e também por meio de visitas domiciliares, a partir da realização da entrevista da anamnese da consulta de enfermagem, que versavam sobre as características sociodemográficas e de doença dos idosos. As respostas foram transcritas na íntegra, processadas através do *software* Google Forms®, e analisadas utilizando estatística descritiva simples. A pesquisa possui apreciação ética pelo Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Estadual de Maringá e obteve parecer favorável (nº 1.954.350/2017).

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Das 10 consultas de enfermagem gerontogeriatricas analisadas, houve predominância do sexo feminino, sendo sete mulheres e três homens, com faixa etária variando de 61 a 91 anos, com média de 76 anos. Essa maior presença de mulheres supostamente faz parte de um fenômeno conhecido como feminização do envelhecimento, atribuído a menor exposição feminina aos fatores de risco, ao autocuidado e a busca acentuada aos serviços de saúde (NICOLATO, COUTO e CASTRO, 2016).

No que se refere à escolaridade, cinco idosos não possuem escolaridade alguma, três estudaram de um a três anos, um estudou de quatro a sete anos e apenas um idoso estudou oito ou mais anos. A baixa escolaridade atinge a grande maioria da população idosa, sendo que menos de 30% dos idosos no Brasil possuem ensino superior ou secundário (INTERNACIONAL, 2015).

Quanto à raça que se declaravam, sete eram brancos e três pardos. Sobre a religião a qual pertenciam, cinco eram católicos e cinco evangélicos. No que diz respeito à ocupação/profissão dos idosos, cinco responderam viverem apenas da aposentadoria, um porteiro e aposentado, uma diarista e aposentada, um pensionista, uma vendedora e um não havia registro na ficha. Afirma-se que maior parte da renda dos idosos provém de benefícios da assistência social, como aposentadoria e pensões (SILVA, MARIN e RODRIGUES, 2015).

Dentre os entrevistados, seis eram viúvos e quatro casados. Quatro idosos residiam com o filho (a), quatro residiam apenas com o esposo (a) e dois residiam sozinhos. Dos 10 idosos, seis referiram ter cinco ou mais filhos/netos e quatro deles referiram ter apenas três filhos/netos. Quanto à dependência financeira, seis idosos não possuem dependentes e quatro idosos possuem uma pessoa dependente financeiramente.

Dentre os serviços mais utilizados pelos idosos na UBS foram citados: a consulta médica, a consulta de enfermagem, a dispensação de medicação, grupos de convivência e outros serviços, como vacinação e curativo. A consulta médica foi citada por todos os entrevistados, seguida pela dispensação de medicamentos em que oito dos 10 idosos referem buscar o serviço.

Sobre as condições de saúde, as condições crônicas prévias foram as mais apresentadas pelos idosos: Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS) (n=7), Acidente Vascular Encefálico (AVE) (n=4), *Diabetes mellitus* (DM) (n=4), Anemia (n=3) e insuficiência cardíaca (n=1). Cumpre destacar que a HAS constitui-se um importante fator de risco para o desenvolvimento de doenças cardiovasculares, com destaque para o AVC e o infarto agudo do miocárdio, e quando associada a DM, este risco aumenta (PAULA e ANDRADE, 2015). Comumente, os idosos apresentam mais de uma doença crônica e com isso, surge a necessidade de fazer uso de uma quantidade significativa de medicamentos a fim de curar ou controlar comorbidades (OLIVEIRA e SANTOS, 2016).

Quanto ao uso da polifarmácia, definida como consumo diário de cinco ou mais medicamentos de uso contínuo, cinco idosos referiram fazer uso da polifarmácia e cinco não fazem uso da polifarmácia, entretanto usam algum tipo de medicação diariamente. Todos idosos referiram possuir prescrição médica para consumir a medicação. A polimedicação é considerada um problema de saúde pública, pois é a principal causa de iatrogenias na população idosa, que encontra inúmeras dificuldades em relação à utilização de diversos medicamentos (ROSA, 2014; OLIVEIRA e SANTOS, 2016).

4. CONCLUSÃO

Foi possível caracterizar os idosos atendidos em consulta de enfermagem quanto seu perfil demográfico, social, de condições de saúde e uso dos serviços de atenção primária à saúde. Essas informações são fundamentais para o planejamento das ações de saúde.

A partir dessa experiência de extensão, os participantes do projeto em conjunto com a enfermeira do serviço buscaram elaborar diagnósticos de enfermagem e planos de cuidados, integrando a equipe multiprofissional para executar ações em busca de promover um cuidado integral e humanizado, incrementando qualidade de vida e bem-estar para a população idosa atendida.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde. *Envelhecimento e saúde da pessoa idosa*. Cadernos de Atenção Básica, n. 19. Série A. Normas e Manuais Técnicos. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

CAMPOS, R. M. C. et al. *Consulta de enfermagem em puericultura: a vivência do enfermeiro na Estratégia de Saúde da Família*. Revista da Escola de Enfermagem USP. v.45, n.3, p. 566-574, 2011.

INTERNACIONAL. Help Age (Org.). *Global Age Watch Index, 2015*. Disponível em: <http://www.helpage.org/global-agewatch/>. Acesso em: 28 de ago. 2017.

NICOLATO, F.V; COUTO, AM; CASTRO, E.A.B. *Capacidade de autocuidado de idosos atendidos pela consulta de enfermagem na atenção secundária à saúde*. Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, v. 6, n. 2, p. 2199-2211, 2016.

OLIVEIRA, L.P.B.A; SANTOS, S.M.A. *Uma revisão integrativa sobre o uso de medicamentos por idosos na atenção primária à saúde*. Revista da Escola de Enfermagem da USP, v. 50, n. 1, p. 163-174, 2016.

ONUBR. Nações Unidas no Brasil. *A ONU e as pessoas idosas*. 2017. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/acao/pessoas-idosas/>. Acesso em: 26 ago. 2017.

PAULA, C.F; ANDRADE, T. C.B. *Atuação do enfermeiro na prevenção de hipertensão arterial e Diabetes Mellitus na família*. Ensaios e Ciência: C. Biológicas, Agrárias e da Saúde, v. 16, n. 1, p. 137-148, 2015.

PILGER, C; DIAS, J.F; KANAWAVA, C; BARATIERI, T; CARREIRA, L. *Compreensão sobre o envelhecimento e ações desenvolvidas pelo enfermeiro na atenção primária à saúde*. Ciencia y Enfermería, v. 19, n. 1, p. 61-73, 2013.

ROSA, G.R. *Polimedicação em Idosos*. Interciência e Sociedade, v.3, n.2, p.72-73, 2014.

SILVA, S.P.Z; MARIN, M.J.S; RODRIGUES, M.R. *Condições de vida e de saúde de idosos acima de 80 anos*. Revista Gaúcha de Enfermagem, v. 36, n. 3, p. 42-48, 2015.

Sessão 9 – Texto 032

Atendimento em saúde mental na atenção primária: caracterização de pacientes

Área Temática: Saúde

**Allana Roberta da Silva Pontes¹, Beatriz Lemes Runichi², Marcelle Paiano³,
Cinthia Lopes Barbosa⁴, Lislely Midori⁵**

¹Aluno do curso de enfermagem da UEM, contato: allanapontes43@gmail.com

²Aluno do curso de enfermagem da UEM, contato: beatrizlemes11@hotmail.com

³Prof.^a Depto de Enfermagem – DEN/UEM, contato: marcellepaiano@hotmail.com

⁴Enfermeira na Unidade Básica de Saúde - UBS Paris, contato: ciloba@hotmail.com

⁵Enfermeira na Unidade Básica de Saúde - UBS Paris, contato:

lisleymidori@hotmail.com

Resumo. *Este trabalho teve como objetivo caracterizar os pacientes de uma UBS de acordo com a idade e psicotrópicos em uso. O procedimento de coleta de dados foi realizado por meio da identificação dos usuários pelo sistema gestor, utilizado pelas equipes da Estratégia Saúde da Família e posterior inclusão nas fichas de acompanhamento em saúde mental elaboradas pelo presente projeto. Verificou-se que o sexo predominantemente foi o feminino, a faixa etária foi de 20 a 59 anos e os medicamentos mais utilizados foram os antidepressivos e os ansiolíticos. Dessa forma, acreditamos que é necessário melhor controle no uso de psicotrópicos e que a atenção Primária possa investir em um cuidado diferenciado para as mulheres em sofrimento/transtorno mental para que na façam uso indevido de medicação.*

Palavras-chave: *Mulheres – Saúde Mental – Atenção Primária*

1. INTRODUÇÃO

As atuais políticas públicas em saúde mental no Brasil preconizam que pessoas com transtornos mentais sejam acompanhadas concomitantemente na atenção básica de saúde e em unidades especializadas. Entretanto, os transtornos mentais comuns (TMC), considerados menos severos, devem ser integralmente tratados na atenção básica à saúde, o que inclui os modelos de Estratégia Saúde da Família (ESF) e unidades básicas de saúde (UBS) (BORGES, HEGADOREN, MIASSO, 2015).

Neste sentido, considerando as unidades de atenção primária à saúde a principal porta de entrada para os pacientes com queixas psicológicas; e que, tais unidades são responsáveis por atender transtornos mentais considerados menores, os chamados Transtornos Mentais Comuns, verifica-se lacuna na literatura para investigar neste tipo de serviço os fatores relacionados ao consumo de psicofármacos.

Sabe-se que os psicofármacos estão entre as classes de medicamentos mais prescritas nos Estados Unidos. Embora seja indiscutível o benefício relacionado à utilização de psicofármacos como modalidade terapêutica, com a grande popularização dos mesmos surgiram questionamentos referentes à real necessidade de sua utilização. Nem sempre os psicofármacos são utilizados para transtornos mentais específicos,

algumas vezes o próprio prescritor não consegue pontuar ao certo o motivo da utilização de psicofármacos por alguns de seus pacientes (BORGES et al., 2015).

Apesar de todo o aparato tecnológico por meio da implantação dos sistemas de monitoramento sobre o uso de psicofármacos, executados pelo Ministério da Saúde, torna-se relevante realizar estudos para verificar se esses medicamentos são utilizados de forma racional, tendo em vista que podem produzir diversos efeitos adversos, causar dependência e gerar diversos problemas à saúde da população. Além disso, há poucos estudos investigando a prevalência de uso de psicotrópicos, bem como seu padrão de uso na população da APS (MOURA et al., 2016).

Neste contexto, pretendendo conhecer a população em sofrimento/transtorno mental da área de abrangência da UBS visando oferecer melhor assistência aos usuários, este estudo tem como objetivo caracterizar os pacientes de uma UBS de acordo com a idade e psicotrópicos em uso.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva com a apresentação parcial dos dados coletados por meio de 119 “Fichas de acompanhamento em Saúde Mental”, elaboradas pelo presente projeto a fim de acompanhar os pacientes em sofrimento/transtorno mental cadastrados na área de abrangência da UBS.

As fichas elaboradas são compostas pelas seguintes variáveis: idade, uso de psicotrópico, patologia associada, histórico de transtorno mental, encaminhamento para psiquiatria, acompanhamento por algum serviço especializado em saúde mental e realização da estratificação de risco em saúde mental.

O procedimento de coleta de dados foi realizado por meio da identificação dos usuários na relação de pacientes em sofrimento/transtorno mental, obtidos pelo sistema gestor, utilizado pelas equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e posterior inclusão destes, nas fichas de acompanhamento em saúde mental. Os dados analisados no presente estudo incluíram: psicotrópicos em uso, idade e patologia associada.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O uso de medicamentos psicotrópicos é algo cada vez mais comum na sociedade moderna, devido uma sobrecarga imposta nos dias atuais. Vários fatores colaboram com esses altos números como, por exemplo, aceleração do tempo, concorrência e busca pela eficiência no mercado; aumento da violência urbana e as novas configurações familiares, políticas e sociais (CARRILHO, 2015).

O que chama atenção e ao mesmo tempo preocupa é a maior incidência do uso de psicotrópicos por mulheres, que segundo vários estudos, têm maior preocupação em relação à própria saúde e também pelo predomínio da ansiedade e depressão entre o gênero feminino. Algumas subpopulações parecem mais vulneráveis ao uso abusivo, como por exemplo, mulheres, casadas, fumantes, de baixa renda, com algum transtorno ansioso e com idade média entre 50-71 anos (LINS DE SOUZA et al., 2013)

Neste estudo foi possível constatar a maior quantidade de mulheres (58,9%) que procuraram o serviço público de saúde e que fazem uso de medicamentos psicotrópicos com intuito de tratar, principalmente a depressão e a ansiedade.

Além disso, pesquisas apontam elevado uso de drogas psicotrópicas, usadas no combate da ansiedade, agitação, insônia, angústia e depressão, e utilizadas principalmente pela população adulta. Poucos estudos brasileiros de base populacional têm investigado o consumo de antidepressivos em adultos (GARCIAS, 2008). Também se pode contatar o consumo e a prescrição de psicofármacos para queixas relacionadas a situações da vida cotidiana, como “nervosismo”, insônia, luto e problemas familiares (CARRILHO, 2015).

Apesar da venda ser controlada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) junto ao Ministério da Saúde, observa-se a alta utilização de psicotrópicos. Durante a pesquisa foi possível identificar que a maioria dos pacientes fazem uso da Fluoxetina (32%), que é um medicamento antidepressivo da classe dos ISRS (Inibidores Seletivos de Recapitação de Serotonina). Posteriormente está a prescrição da Amitriptilina (29%) seguida dos benzodiazepínicos (Clonazepam e Bromazepam) ambos com 7%.

A prevalência elevada do consumo de benzodiazepínicos (BZD) é observada em vários países. Além de ser considerado abusivo, o uso sem supervisão médica, em quantidades e prazos superiores ao preconizado tem sido crescente nos últimos anos e torna-se objeto de preocupação na área de saúde pública (GUEVARA, 2016).

Nos Estados Unidos, estudos apontam que o uso indevido de ansiolíticos também esteve associado a cerca de um terço das visitas às emergências hospitalares em decorrência de uso indevido e ainda que com limitada evidência, estabelece uma associação entre o uso de BZD e o aumento da mortalidade (LINS DE SOUZA et al., 2013).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a prescrição de psicotrópicos é predominantemente feita para a população do sexo feminino, com idade de 20 a 59 anos, sendo que os principais medicamentos prescritos são os antidepressivos Fluoxetina e Amitriptilina e ansiolíticos Bromazepam e Clonazepam.

REFERÊNCIAS

BORGES, Tatiana Longo; HEGADOREN, Kathleen Mary; MIASSO, Adriana Inocenti. *Transtornos mentais comuns e uso de psicofármacos em mulheres atendidas em unidades básicas de saúde em um centro urbano brasileiro*. Rev Panam Salud

Publica, Washington , v. 38, n. 3, p. 195-201, Sept. 2015 . Available from <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1020-49892015000800003&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Aug. 2017.

BORGES, Tatiana Longo et al . *Prevalência do uso de psicotrópicos e fatores associados na atenção primária à saúde*. Acta paul. enferm., São Paulo , v. 28, n. 4, p. 344-349, Aug. 2015 . Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-21002015000400009&lng=en&nrm=iso>. access on 16 Aug. 2017.

CARRILHO, Camila de Araújo et al. *O uso inadequado de substâncias psicotrópicas entre mulheres: um estudo a partir da singularidade feminina*. REME rev. min. enferm, v. 19, n. 3, p. 664-672, 2015. Available from <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=785671&indexSearch=ID> <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IsisScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=785671&indexSearch=ID>. access on 30 Aug. 2017

GARCIAS, Carla Maria Maia et al. *Prevalência e fatores associados ao uso de antidepressivos em adultos de área urbana de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, em 2006* Prevalence of antidepressant use and associated factors among adults in Pelotas, Rio Grande. Cad. Saúde Pública, v. 24, n. 7, p. 1565-1571, 2008. Available from <https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1610.pdf>. access on 30 Aug. 2017

GUEVARA, Guillermo Pérez. *Uso indiscriminado dos Benzodiazepínicos*. 2016. Available from <https://ares.unasus.gov.br/acervo/handle/ARES/3750>. access on 30 Aug. 2017.

LINS DE SOUZA, Ana Rosa; SÁTIRO OPALEYE, Emérita; REGINA NOTO, Ana. *Contextos e padrões do uso indevido de benzodiazepínicos entre mulheres*. Ciência & Saúde Coletiva, v. 18, n. 4, 2013. Available from <http://www.scielo.org/pdf/csc/v18n4/26.pdf>. access on 16 Aug. 2017.

MOURA, Dean Carlos Nascimento; PINTO, José Reginaldo; MARTINS, Pollyanna; PEDROSA, Kamyla de Arruda; CARNEIRO, Maria das Graças Dias. *Uso abusivo de psicotrópicos pela demanda da estratégia saúde da família: revisão integrativa da literatura*. Sanare, v.15, n.02, p.136-144, 2016. Available from <https://sanare.emnuvens.com.br/sanare/article/view/1048>. access on 16 Aug. 2017.

Sessão 9 – Texto 033

LESÃO HEPÁTICA INDUZIDA PELA FENITOÍNA: RELATO DE CASO

Área Temática: Saúde

Amanda T. C. Watanabe¹, Simone T. Gonçalves², Estela Louro³, Gisleine E. C. da Silva⁴

¹Aluno do curso de Farmácia, bolsista PIBEX/UEM, contato: thiemy03@gmail.com

²Profª Depto de Farmácia-DFA/UEM, contato: stgoncalves@uem.br

³Profª Depto de Farmácia-DFA/UEM, contato: elouro@uem.br

⁴Profª Depto de Farmácia-DFA/UEM, contato: gecsilva@uem.br

Resumo. Este estudo teve por objetivo relatar um caso que foi notificado como evento adverso no Hospital Universitário Regional de Maringá de paciente com uso de Fenitoína como causa de lesão hepática induzida por medicamento. Paciente do sexo feminino, 45 anos, apresentou um episódio convulsivo e foi medicada com Fenitoína, após a administração apresentou elevação das enzimas transaminases, rash cutâneo, lesões aftóides e prurido. Na investigação etiológica da hepatopatia, foram excluídos os agentes víricos e bacterianos. A biópsia hepática foi compatível com hepatite aguda, sendo assim suspeitado de uma reação tóxico-medicamentosa. Foi suspenso o anticonvulsivante e houve melhora dos sinais e sintomas, recebendo alta hospitalar. O reconhecimento precoce da hepatite medicamentosa é essencial, pois o atraso no diagnóstico e na suspensão do medicamento desencadeante pode resultar no aumento da mortalidade.

Palavras-chave: Lesão Hepática Induzida por Medicamentos – Fenitoína – Reação Adversa a Medicamentos.

INTRODUÇÃO

A lesão hepática induzida por medicamentos, também chamada de DILI (Drug Induced Liver Injury) ou hepatite medicamentosa é uma doença comum do fígado que se manifesta geralmente entre um e noventa dias após a administração do medicamento em doses usuais. O quadro clínico da doença é variável, e pode ocorrer desde a ligeira alteração das enzimas hepáticas até a insuficiência hepática fulminante, levando a óbito (BLATT; BECKER; LUNARDELLI, 2016).

A Fenitoína é uma droga anticonvulsivante amplamente utilizada para o tratamento da epilepsia, porém esta droga está entre as dez principais causas de insuficiência hepática aguda induzida por fármacos. A maioria dos casos se resolvem dentro de um a dois meses após a suspensão da Fenitoína, no entanto, a lesão no fígado pode ser grave e fatal com uma taxa de mortalidade superior a 10% (LIVERTOX, 2017).

As reações geralmente ocorrem após duas a oito semanas de terapia com início de febre, erupção cutânea, edema facial, linfadenopatia, seguido por icterícia e urina escura. As elevações das enzimas séricas, eosinofilia, aumento da contagem branca e linfocitose atípica também são comuns. Os sintomas e sinais clínicos podem imitar a mononucleose aguda ou até mesmo o linfoma. Quase todos os casos de